

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”

Faculdade de Filosofia e Ciências

Wagner Antônio Júnior

Histórias de vida e a exclusão escolar:
as narrativas de mulheres transgênero

Marília

2024

Wagner Antônio Júnior

Histórias de vida e a exclusão escolar:
as narrativas de mulheres transgênero

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação como parte das exigências para a obtenção do título de Doutor em Educação pela Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus de Marília.

Orientadora: Profa. Dra. Tânia Suely Antonelli Marcelino Brabo.

Marília
2024

A635h Antônio Júnior, Wagner
Histórias de vida e a exclusão escolar : as narrativas
de mulheres transgênero / Wagner Antônio Júnior. --
Marília, 2024
188 f.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista
(UNESP), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília
Orientadora: Tânia Suely Antonelli Marcelino Brabo

1. Educação. 2. Direitos humanos. 3. Gênero e
diversidade sexual. 4. Transexualidade. 5. Políticas
públicas. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca
da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Filosofia e
Ciências, Marília. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

Wagner Antônio Júnior

Histórias de vida e a exclusão escolar:
as narrativas de mulheres transgênero

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Educação.

Linha de pesquisa: Políticas Educacionais,
Gestão de Sistemas e Organizações, Trabalho e
Movimentos Sociais.

Banca Examinadora

Profa. Dra. Tânia Suely Antonelli Marcelino Brabo
UNESP, Câmpus de Marília
Orientadora

Profa. Dra. Ana Maria Klein
UNESP, Câmpus de São José do Rio Preto

Profa. Dra. Walkíria Martinez Heinrich Ferrer
UNIMAR

Prof. Dr. Carlos da Fonseca Brandão
UNESP, Câmpus de Marília

Prof. Dr. Leonardo Lemos de Souza
UNESP, Câmpus de Assis

Marília, 13 de junho de 2024.

DEDICATÓRIA

*À dona Maria Elena,
pelo inestimável legado de mãe, amiga e companheira*

*Ao Pedro,
Por tornar meus dias melhores
e mostrar que a vida é um oceano de possibilidades*

*Às pessoas excluídas, injustiçadas e marginalizadas,
que lutaram e lutam por seus direitos sem perder a sua essência*

AGRADECIMENTOS

Ao Pedro, meu companheiro de vida, pela paciência durante minhas ausências e por sempre estar ao meu lado, me apoiando nos momentos mais difíceis da caminhada.

À minha mãe, Maria Elena, que por seu exemplo de amor e doação, me ensinou que viver a vida com integridade sempre vale a pena.

Aos meus avós Tereza e Orlando, que partiram desse mundo antes que eu concluísse essa etapa da minha vida.

À minha família, que amo incondicionalmente e que inspira a pessoa na qual me constituí.

À minha querida orientadora, Profa. Dra. Tânia Suely Antonelli Marcelino Brabo, por me acolher e apontar os meus passos nessa caminhada.

À amiga Carla Patrícia, idealizadora do Projeto Transolidárias, por seu apoio que foi fundamental para a realização da pesquisa.

Ao Leandro, pelas indicações e apontamentos no início da tese.

À Andréia, pela orientação e apoio na construção do projeto de pesquisa.

Aos professores doutores Ana Maria Klein, Walkíria Martinez Heinrich Ferrer, Carlos da Fonseca Brandão e Leonardo Lemos de Souza, pelos apontamentos certos na banca de qualificação e defesa da tese.

À Profa. Dra. Rosa Maria Manzoni pelas orientações certas nas questões metodológicas.

Aos amigos do Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual na Educação (Nudise), pelo acolhimento constante e pelas trocas de experiência, que fazem a diferença na minha formação científica e pessoal.

Às amigas Patrícia, Livia, Mirian Juliana, Ghislaine e Angela, parceiras na EMEF Profa. Dirce Boemer Guedes de Azevedo, nas lutas e nos desafios diários.

Às protagonistas dessa pesquisa, que com sua coragem inspiraram e ajudaram a construir esta história, que também é minha.

À Deus, que reside nos corações e permitiu que todas essas pessoas fizessem parte da minha história de vida.

*“Lutar pela igualdade sempre que as diferenças nos discriminem,
lutar pelas diferenças sempre que a igualdade nos descaracterize”*

Boaventura de Souza Santos

RESUMO

Essa pesquisa tem como objetivo geral investigar os processos de exclusão social de travestis e mulheres transexuais ao longo de suas vidas, em especial durante os períodos da infância e adolescência, com foco na exclusão escolar. Constituem-se como objetivos específicos: coletar as histórias de vida de mulheres transgênero de diferentes idades, por meio de seus relatos orais; analisar os processos de exclusão social presentes nas narrativas dessas mulheres, com foco naqueles vividos durante a infância e adolescência, que levaram à exclusão escolar; discutir a realidade vivida por essas mulheres, à luz dos direitos humanos e das políticas públicas. A investigação de campo envolveu a pesquisa qualitativa e a metodologia História de Vida, com foco nos relatos orais de seis mulheres transgênero de diferentes idades. Os procedimentos metodológicos envolveram a entrevista não estruturada, na qual cada entrevistada discorreu livremente sobre suas histórias de vida. As narrativas foram registradas em arquivo de áudio, sendo posteriormente transcritas e examinadas pelo método da Análise de Conteúdo. Os resultados foram discutidos à luz dos direitos humanos e das políticas públicas instituídas para a comunidade LGBTQIAPN+.

Palavras-chave: Educação. Direitos humanos. Gênero e diversidade sexual. Transexualidade. Políticas públicas.

ABSTRACT

This research has the general objective of investigating the processes of social exclusion of transvestites and transsexual women throughout their lives, especially during childhood and adolescence, with a focus on school exclusion. The specific objectives are: collecting the life stories of transgender women of different ages, through testimonies in recorded interviews; analyze the processes of social exclusion present in the narratives of these women, focusing on those experienced during childhood and adolescence that led to school exclusion; discuss the reality experienced by these women and confronting these life stories to human rights and public policies. The research approach involved the qualitative research and the Life History methodology that focuses on collecting and interpreting personal narratives from six transgender women of different ages. The methodological procedures involved an unstructured interview, in which each interviewee spoke freely about their life stories. The narratives were recorded in an audio file, which were later transcribed and analyzed using the Content Analysis method. The results were discussed in light of human rights and public policies established for the LGBTQIA+ community.

Key words: Education. Human rights. Gender and sexual diversity. Transgender. Public policy.

RESUMEN

Esta investigación tiene como objetivo general indagar en los procesos de exclusión social de mujeres travestis y transexuales a lo largo de su vida, especialmente durante la infancia y la adolescencia, con un enfoque en la exclusión escolar. Los objetivos específicos son: recopilar las historias de vida de mujeres transgénero de diferentes edades, a través de sus relatos orales; analizar los procesos de exclusión social presentes en las narrativas de estas mujeres, centrándose en aquellos vividos durante la infancia y la adolescencia, que llevaron a la exclusión escolar; discutir la realidad que viven estas mujeres, a la luz de los derechos humanos y las políticas públicas. La investigación de campo involucró una investigación cualitativa y la metodología de Historia de Vida, centrándose en relatos orales de seis mujeres transgénero de diferentes edades. Los procedimientos metodológicos involucraron una entrevista no estructurada, en la que cada entrevistado habló libremente sobre su historia de vida. Las narrativas fueron grabadas en un archivo de audio, posteriormente transcritas y examinadas mediante el método de Análisis de Contenido. Los resultados fueron discutidos a la luz de los derechos humanos y las políticas públicas establecidas para la comunidad LGBTQIAPN+.

Palabras clave: Educación. Derechos humanos. Género y diversidad sexual. Transexualidad. Políticas públicas.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 – Representação de Xica Manicongo em capa do cordel “Sertransneja”	29
Imagem 2 – Polícia já tem plano conjunto contra travestis. O Estado de São Paulo, 01 maio 1980	31
Imagem 3 – Polícia Civil “combate” a Aids prendendo travestis. Folha de São Paulo, 01 mar. 1987	32
Imagem 4 – Trecho do Processo nº 0342/1975, folhas 2 e 3	35
Imagem 5 – Jornal Lampião da Esquina (edição nº 0, abr. 1978; edição nº 13, jun. 1979)	36
Imagem 6 – Peste Gay é a epidemia do século (Jornal Luta Democrática, Rio de Janeiro, 01 set.1983)	38
Imagem 7 – Aids é o castigo de Deus, porque bicha é uma raça desgraçada (Jornal Luta Democrática, Rio de Janeiro, out. 1983)	38
Imagem 8 – Boletim Chanacomchana (edição nº 1, dez. 1982; edição nº 4, set. 1983)	40
Imagem 9 – Mapa do monitoramento de assassinatos de pessoas transgênero de 2008 a 2023 em números absolutos (<i>Transgender Europe TGEU</i>)	81

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Pesquisa de trabalhos acadêmicos (1987-2024)	17
Quadro 02 – Estrutura da Constituição Federal de 1988	60
Quadro 03 – Princípios de Yogyakarta (2007)	72
Quadro 04 – Os Princípios de Yogyakarta Mais 10 (2017)	75
Quadro 05 – Leis municipais criadas em Bauru, pauta LGBTQIAPN+	95

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Assassinatos de pessoas transgênero entre 2008 e 2023 no Brasil (números absolutos)	82
Gráfico 02 – Assassinatos por identidade de gênero	84
Gráfico 03 – Assassinatos por etnia	84
Gráfico 04 – Suicídios entre 2017 e 2023	85

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 QUADRO TEÓRICO	23
1.1 Gênero, diversidade e sexualidade	23
1.1.1 A travestilidade e a transexualidade na cultura e na sociedade	27
1.1.2 A Ditadura Militar e as pessoas transgênero no Brasil	30
1.1.3 A Revolta de <i>Stonewall</i> e o início dos movimentos por direitos	32
1.1.4 Resistência, lutas, avanços e retrocessos	34
1.2. Políticas públicas e lutas pela diversidade sexual e de gênero	54
1.2.1 Direitos Humanos no Brasil: a Constituição Federal de 1988	59
1.2.2 Programa Nacional de Direitos Humanos	64
1.2.3 Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos	65
1.2.4 Plano Nacional de Políticas para as Mulheres	66
1.2.5 Programa Brasil sem Homofobia	68
1.2.6 Os Princípios de Yogyakarta	71
1.2.7 Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais	78
1.2.8 Plano Nacional de Educação	80
1.2.9 Dados da violência contra travestis e transexuais	80
1.3 A escola: instrumento de reprodução da transfobia	86
2 QUADRO METODOLÓGICO	90
2.1 Metodologia	90
2.1.1 O método qualitativo	90
2.1.2 O método história de vida	91
2.1.3 A entrevista não estruturada	93
2.2 O cenário, as protagonistas e as memórias	94
2.2.1 As características do cenário	94
2.2.2 As protagonistas	98
2.3 Procedimentos metodológicos	100
2.4 Organização, interpretação e análise dos resultados	103

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO	105
3.1 As histórias cotadas por suas personagens	105
3.2 Tecendo as ligações entre essas histórias	158
CONSIDERAÇÕES FINAIS	172
REFERÊNCIAS	174
APÊNDICES	185

INTRODUÇÃO

*Liberdade é uma palavra que o sonho humano alimenta,
que não há ninguém que explique
e ninguém que não entenda.*
(Cecília Meireles)¹

Escrever sobre um tema que acreditamos e defendemos é um exercício que demanda paciência, tempo, empenho, inspiração e, certamente, uma boa dose de transpiração. Provavelmente, essa inspiração vem do interesse e do desejo por um assunto que, de certa forma, também diz respeito à minha própria história de vida e àquilo que me constituiu a pessoa que me tornei. Entretanto, ela precisa ser sistematizada e lapidada para conferir ao texto a clareza e a objetividade necessárias para que o leitor compreenda o contexto em sua totalidade.

As Histórias de Vida se conectam através de uma rede de infinitos personagens, indivíduos únicos com características singulares, mas que possuem experiências similares e, muitas vezes, sentem as mesmas dores. Esse trabalho se inspira nas lutas daquelas e daqueles que não se encaixam em modelos socialmente aceitos. As minorias sexuais alcançaram uma grande visibilidade nos últimos anos, na busca pela equiparação de direitos, no combate à discriminação e à violência. Lésbicas, gays, travestis, transexuais, intersexuais, pansexuais e toda a diversidade de pessoas têm conquistado espaço crescente no cenário público e político brasileiro. Infelizmente, há uma contradição entre a luta de diferentes setores sociais pelo respeito à diversidade sexual e a resistência de grupos conservadores que acirram seus ataques por meio de ações que vão desde a exaltação de valores tradicionais até a manifestação de hostilidade e violência.

Assim, pretendemos trazer para a campo acadêmico algumas discussões e reflexões sobre as mulheres transexuais e travestis, bem como desvelar os preconceitos e as violências sofridas em suas infâncias e adolescências, abordando suas trajetórias escolares, bem como os efeitos desse cenário abusivo em suas vidas, por meio das suas narrativas. Essas mulheres devem se afirmar como sujeitos de direitos garantidos nas legislações e nas políticas vigentes a partir da Declaração Universal dos Direitos Humanos (Organização das Nações Unidas, 1948) e da Constituição Federal (Brasil, 1988), documentos históricos segundo os quais todos

¹ MEIRELES, Cecília. **Romanceiro da Inconfidência**. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1977.

os seres humanos são iguais em dignidade e direitos. Infelizmente, a realidade das mulheres transgênero aponta para um caminho bem diferente, sendo comum elas terem negados direitos básicos.

O interesse pelo tema vem da minha trajetória de vida e de escolhas que fiz ao longo do tempo. Na condição de homem gay nascido em uma família patriarcal, trago em minha memória as angústias de viver sem saber exatamente quem ou “o que” eu era, de ter muitas dúvidas em relação à minha sexualidade e não poder conversar com outras pessoas pelo medo de ser julgado, pois achava que era errado. Durante anos passei por experiências de preconceito, violência e discriminação em diversos espaços sociais. Vivenciei o preconceito nas atitudes, nas palavras e nos olhares das pessoas quando passei pela escola e senti o peso do julgamento pelos dogmas da fé, pelos quais meu único futuro seria a condenação eterna, pelo crime de ser quem eu era. Por mais que eu tentasse, nunca consegui ser diferente...

Nesse contexto caótico, decidi cursar Pedagogia. Escolhi o magistério por acreditar no potencial da Educação como oportunidade de ascensão, principalmente para os filhos da classe trabalhadora. A vida universitária foi um divisor de águas pois o acesso ao conhecimento e o contato com outras visões de mundo me trouxe as respostas que sempre busquei.

Em 2007, conheci meu atual companheiro, com quem aprendi que podemos amar quem quisermos, sem sentir culpa. Finalmente compreendi que eu não precisava de conserto, pois nunca estive “quebrado”.

Ingressei na carreira docente na Rede Municipal de Ensino de Bauru e, após alguns anos, fui convidado para trabalhar na sede da Secretaria Municipal da Educação, no Departamento de Planejamento, Projetos e Pesquisas Educacionais, setor responsável pela formação continuada, pela implementação das políticas educacionais e do currículo municipal. Nesse mesmo período, ingressei no Mestrado e nunca deixei de ser um pesquisador na área educacional.

Durante os anos que atuei na Secretaria, acompanhei um tempo de relevante efervescência na Educação. Vivenciei a construção e implementação do Currículo Municipal, dentro de uma proposta humanizadora de ensino. Participei da construção do Plano Municipal de Educação (Bauru, 2012) para o decênio 2012 a 2022, antes mesmo do Plano Nacional de Educação (Brasil, 2014). No documento municipal, de modo inovador, consta um eixo dedicado à Educação em Direitos

Humanos, com especial atenção ao ensino das questões ligadas a gênero e diversidade sexual na escola.

Nesse mesmo período, coordenei ao longo de três anos uma ação formativa sobre Gênero e Diversidade na Escola, voltada a todos(as) os(as) servidores(as) docentes e não docentes das escolas municipais. Infelizmente, essa ação foi descontinuada por pressão política de grupos fundamentalistas da cidade.

Apesar de enfrentar resistências, sempre acreditei na escola como um espaço plural e coletivo que abrange toda a diversidade de pessoas e, neste sentido, não há como deixar à margem as discussões e reflexões sobre gênero e sexualidade, incluindo as pessoas transgênero.

Neste sentido, minha trajetória pessoal, acadêmica e profissional justifica meu interesse pela pesquisa e a imersão na realidade vivida por travestis e mulheres transexuais. Vislumbramos lutar por espaços legítimos onde elas possam fazer ecoar e ouvir suas vozes, além de analisar suas histórias de vida e os fatores sociais que levaram à exclusão da escola e de outras oportunidades, colocando-as em situação de total vulnerabilidade.

Existe uma produção científica bastante extensa sobre diversidade sexual e de gênero na literatura acadêmica e, considerando que essa pesquisa se trata de um trabalho de Doutorado, busquei conhecer o que já havia sido produzido especificamente sobre mulheres transgênero para que esse trabalho trouxesse contribuições para a comunidade científica, principalmente na área da Educação.

Assim, utilizei o Estado da Arte ou Estado do Conhecimento que, segundo Ferreira (2002) pode ser definido como uma técnica de pesquisa bibliográfica que tem como desafio mapear e discutir a produção acadêmica em diferentes campos de conhecimento, os aspectos e dimensões destacados em diferentes épocas e lugares.

Também são reconhecidas por realizarem uma metodologia de caráter inventariante e descritivo da produção acadêmica e científica sobre o tema que busca investigar, à luz de categorias e facetas que se caracterizam enquanto tais em cada trabalho e no conjunto deles, sob os quais o fenômeno passa a ser analisado (Ferreira, 2002, p.258).

Neste sentido, o primeiro passo foi estabelecer os parâmetros de pesquisa. As fontes documentais analisadas foram teses e dissertações, por refletirem as pesquisas que vêm sendo desenvolvidas nos Programas de Pós-Graduação.

Optei por selecionar os trabalhos disponíveis no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)², pela reputação e confiabilidade da instituição e por reunir em um único local pesquisas desenvolvidas em diferentes Universidades.

O repositório da Capes possui 1.584.014 trabalhos catalogados ao longo de 37 anos (1987-2024), entre teses e dissertações (mestrado acadêmico e mestrado profissional).

Com o objetivo de tornar a análise mais precisa, utilizei as ferramentas de pesquisa disponíveis na plataforma para refinar a busca. Assim, considerei aplicar o filtro por assunto/tema, tendo como parâmetro inicial os termos “travesti”, “transexual” e “transgênero”. Os resultados aparecem no Quadro 01:

Quadro 01 – Pesquisa de trabalhos acadêmico (1987-2024)

Grande Área de Conhecimento	Geral		Ciências Humanas	
Área de Conhecimento	Geral		Educação	
Palavras-chave	Dissertações	Teses	Dissertações	Teses
Travesti	609	201	36	14
Transexual	440	93	35	6
Transgênero	324	85	20	3
Total por Nível Acadêmico	1.073	379	91	23
Total Geral	1.452		114	

Fonte: organizado pelo pesquisador (2024) a partir dos dados do Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES.

Em uma pesquisa inicial, obtive como resultado 1.073 dissertações e 379 teses. Considerando o interesse desta pesquisa, apliquei os filtros referentes à “Grande Área de Conhecimento” e “Área de Conhecimento”, direcionando respectivamente para Ciências Humanas e Educação. Os resultados apontaram para 91 dissertações e 23 teses, em um total de 114 trabalhos.

² Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/index.html#!/>. Acesso em: 20 maio 2024.

Para afunilar um pouco mais a pesquisa, apliquei os filtros Área de Avaliação, Área de Concentração e Programa, direcionando todos para Educação. Os resultados mostraram um total de 40 trabalhos, sendo 25 dissertações e 15 teses. Algumas dessas pesquisas são analisadas a seguir.

Os trabalhos analisados forneceram parâmetros para estabelecer as contribuições das pesquisas para a sociedade e a comunidade científica, e a partir desse momento, em que essa investigação poderá acrescentar ao arcabouço acadêmico.

Na dissertação intitulada **Orelhões emoldurados: A expulsão escolar de mulheres trans e travestis na cidade do Rio de Janeiro**, o pesquisador Fábio Pinheiro Ramos de Souza busca compreender os processos de expulsão escolar vividos por mulheres trans e travestis, articuladas em redes de prostituição. O autor faz uma análise dos orelhões da cidade do Rio de Janeiro, entendidos como uma forma de materialização dessa exclusão, evidenciada pela análise de entrevistas. Neste sentido, a pesquisa propõe um diálogo entre o papel da escola e da sociedade, a fim de compreender os mecanismos que materializam as exclusões sociais (Souza, 2021).

A dissertação **Os desafios de transgêneros em sua trajetória escolar em um município do interior do estado de São Paulo**, de Daniel Francisco de Andrade, propõe uma pesquisa qualitativa cujo objetivo é analisar a trajetória escolar de duas pessoas transgênero. Os resultados de uma entrevista semiestruturada aplicada com as participantes apontam para a urgência em se discutir caminhos para o acesso à escola, com equidade de condições para pessoas transgênero como ocorre com pessoas cisgênero (Andrade, 2021).

Na dissertação **Direito das pessoas trans à educação no município de São Paulo: histórias de abjeção, exclusão e resistência**, Thaís Pimentel de Oliveira Xavier entrevistou cinco pessoas trans, vinculadas ao Centro de Cidadania LGBTI Luana Barbosa dos Reis, tendo como objetivo compreender os processos de exclusão e abjeção vivenciados por elas, bem como a resistência na tentativa de garantir o direito à educação. Destaca, ainda, que mesmo tendo direitos garantidos pela Constituição Federal de 1988, tal realidade ainda não se efetivou para grupos mais fragilizados na sociedade (Xavier, 2020).

Na dissertação **Tia, você é homem? Trans da/na educação: des(a)fiando e ocupando os “cistemas” de Pós-Graduação**, a autora Sara Wagner York

discute o impacto do acesso e da permanência de pessoas trans e travestis e transexuais em programas de pós-graduação *strictu sensu* de instituições de públicas de ensino superior, por meio do sistema de cotas. O grande mérito da pesquisa é compreender os processos que levaram pessoas de um grupo marcado pela exclusão social a conseguirem o acesso e a permanência na pós-graduação, vislumbrando novos horizontes para a construção de uma educação pública e inclusiva (York, 2020).

A tese **O dispositivo bicha: gênero e sexualidade como técnicas de controle prisional**, de Amilton Gustavo da Silva Passos, discutiu o impacto de gênero e sexualidade como elementos orientadores na formação de um amplo e complexo sistema de controle prisional. Essa organização deu origem ao dispositivo bicha, um método particular de regulação, individual e populacional, desenhado a partir das especificidades de travestis, mulheres transexuais e homens cisgênero gays. A pesquisa aconteceu no contexto da Cadeia Pública de Porto Alegre, Rio Grande do Sul. A análise dos elementos discursivos, das práticas, das relações de poder e até mesmo da configuração interna da prisão se deu a partir das narrativas dessa população, de seus companheiros, bem como da administração prisional e registros do dia a dia na prisão (Passos, 2019).

Na dissertação intitulada **As trajetórias de “jovens trans” na fronteira Brasil/Bolívia: (in)visibilidade nas escolas públicas de Corumbá (MS)**, Sanderson Fardim Fernandes analisa as trajetórias escolares de jovens trans residentes no município de Corumbá, no estado do Mato Grosso do Sul, região de fronteira com a Bolívia, onde as questões identitárias são marcantes. As histórias são de resistências contra o preconceito, ora em sala de aula ou ora em outras atividades que a escola desenvolve, como as bandas/fanfarras e as festas juninas, com vivências ora de visibilidade, ora de invisibilidade. A participação nessas atividades é vista por essas trans como um caminho para conseguirem inserção no mercado de trabalho e autonomia financeira, motivados pela não aceitação das famílias em relação aos seus processos identitários (Fernandes, 2018).

A tese **Travestis brasileiras e escolas (da vida): cartografias do movimento social organizado aos gêneros nômades** de Adriana Sales parte da necessidade de problematizar a relação entre elementos da travestilidade e os processos escolares formais. Participaram diretamente da pesquisa lideranças com atuação entre os anos de 1992 a 2016, distribuídas nas cinco regiões do Brasil.

modelo de escola. Os resultados apontam para necessidade de um currículo *queer* e a contestação aos processos de exclusão (Sales, 2018).

Na dissertação **(Trans) Pensando a educação social: os sentidos de ser (trans) educadora social**, Rodrigo Bravin tem como foco as ações de uma transexual educadora social pela perspectiva qualitativa, com inspiração no método fenomenológico. Parte do pressuposto de que a educação pode ocorrer em diferentes espaços e contribuir para o enfrentamento das desigualdades vividas por grupos vulneráveis. Assim, uma trans educadora social tem um compromisso com a dignidade de seus pares, da família e de colegas que também experimentaram a exclusão na escola, produzindo uma pedagogia revolucionária (Bravin, 2016).

Na dissertação **Transexual, transversal, transgressão: o que dizem docentes sobre pessoas trans na escola**, o autor Cristiano da Silva Brasil de Moraes investigou a relação entre os docentes e os discentes trans na rede municipal de educação de Itaboraí, no Rio de Janeiro, que apresenta políticas públicas para promoção de dignidade e educação para minorias. A partir da história oral e dos estudos da teoria *queer*, investigou-se as questões que permeiam esses professores em sua prática pedagógica, formação em direitos humanos e conhecimento sobre as condições de gênero e sexualidade (Moraes, 2016).

Na dissertação **Morrer para nascer travesti: performatividades, escolaridades e a pedagogia da intolerância**, Tássio Acosta Rodrigues analisou, a partir da perspectiva *queer*, as narrativas de seis travestis da cidade de Sorocaba, São Paulo, sobre as discriminações sofridas em suas vivências escolares, centradas na manutenção da heteronormatividade como processo disciplinador e na escola como um dispositivo de manutenção das relações de poder. Ao mesmo tempo, foram observadas tentativas de resistência e a busca pela aceitação do grupo. Ao final, conclui-se a necessidade em fomentar políticas públicas e ações afirmativas para que essas travestis tenham condições mais dignas (Rodrigues, 2016).

A dissertação **Quando o “estranho” resolve se aproximar: a presença da professora transexual e as representações de gênero e sexualidade no ambiente escolar**, de Thiago Zeferino dos Santos, analisou as representações de gênero e sexualidade por estudantes e profissionais de educação a partir da inserção de uma professora transexual em uma escola de Ensino Fundamental da cidade de Tubarão/SC. Essa investigação demonstra as diversas formas de preconceito sofridos pela professora desde seu próprio processo de escolarização

até sua atuação no espaço escolar, ao mesmo tempo em que aponta o pouco conhecimento dos profissionais da educação sobre sexualidade e gênero. Neste sentido, os resultados apontam para a necessidade de políticas de formação continuada para esses temas (Santos, 2014).

Na tese **Currículo e diferença: cartografia de um corpo travesti**, Aline Ferraz da Silva procura traçar uma cartografia do “corpo travesti”, conceito que entra em choque com o discurso heterocisnormativo ao transitar entre os polos do masculino e do feminino e deturpar a lógica binária dos sexos. A constituição identitária de travestis e transexuais desafia a suposta funcionalidade natural dos corpos e o próprio conceito de humano. Ela destaca o conceito de currículo travesti, que entra em conflito com o Currículo Oficial pois não se encaixa nos padrões pré-estabelecidos pelo discurso biológico da sexualidade (Silva, 2014).

Na dissertação **Travestilidades e escola em narrativas de alunas travestis**, a pesquisadora Adriana Sales analisa os relatos de três alunas travestis matriculadas na educação básica da rede pública de ensino mato-grossense, com o objetivo de desvelar elementos que possam produzir conflitos e dificuldades no acesso e permanência dessas estudantes na escola. Esses relatos são resultantes de crenças e valores forjados nas relações sociais, culturais e linguísticas na escola e fora dela (Sales, 2012).

Esses trabalhos convergem para a área da Educação, abordando a transexualidade sob pontos comuns, como as diferentes concepções de escola, os currículos escolares, a cultura escolar, as relações familiares, a prostituição, violência, preconceito, representações de gênero e as desigualdades. A presente tese busca contribuir com o arcabouço científico, destacando a exclusão social e escolar em diferentes gerações e as discussões desses elementos com as políticas públicas a partir de diferentes pautas governamentais.

Para tanto, essa pesquisa tem como objetivo geral investigar os processos de exclusão social de travestis e mulheres transexuais ao longo de suas vidas, em especial durante os períodos da infância e adolescência, com foco na exclusão escolar. Constituem-se como objetivos específicos:

- Coletar as histórias de vida de mulheres transgênero de diferentes idades, por meio de seus relatos orais;

- Analisar os processos de exclusão social presentes nas narrativas dessas mulheres, com foco naqueles vividos durante a infância e adolescência, que levaram à exclusão escolar;
- Discutir a realidade vivida por essas mulheres, à luz dos direitos humanos e das políticas públicas.

Para o desenvolvimento do tema, este trabalho está estruturado em uma sequência de capítulos que contemplam as seguintes construções:

O Quadro Teórico abordará inicialmente os fundamentos conceituais e históricos sobre a diversidade sexual e de gênero, convergindo para os conceitos mais específicos sobre transgêneros. Em seguida, apontará para os Direitos Humanos, as legislações e as políticas para essas minorias, com foco nos avanços e nas contradições existentes. Por fim, abará as questões educacionais que permeiam essas discussões, o papel da escola enquanto instituição que deve(ria) acolher e orientar, bem como o lugar (e a invisibilidade) das mulheres travestis e transexuais nas pautas de formação, nos currículos e nos documentos oficiais.

O Quadro Metodológico apresentará os fundamentos metodológicos que nortearam essa pesquisa, os procedimentos que operacionalizaram as ações de campo, os resultados e as discussões que se pautaram nas histórias de vida das entrevistadas, na análise das narrativas e das conexões entre essas memórias.

A seguir, iniciamos o nosso estudo apresentando o Quadro Teórico, com os principais fundamentos sobre o tema.

1 QUADRO TEÓRICO

1.1 Gênero, diversidade e sexualidade

Ao longo da história, a sexualidade humana foi vista por diferentes prismas, seja pela liberdade experimentada por povos na Antiguidade, seja pelas limitações impostas pela criação de regras para o corpo durante a Idade Média, advindas dos dogmas da fé. Assim, a sexualidade não se restringe ao aparato biológico, mas envolve questões profundas de ordem psicológica, social e cultural.

A sexualidade humana constitui-se em uma múltipla combinação de fatores, composta basicamente por quatro elementos: **sexo biológico**, **orientação sexual**, **identidade de gênero** e **expressão de gênero**. Existem diversas formas de vivência, expressão e identidade e por isso, vamos trazer alguns conceitos e definições sobre essa temática.

O **sexo biológico** considera as principais características físicas que diferenciam o masculino do feminino, como os órgãos genitais do nascimento, a capacidade de reprodução e o aparato fisiológico. Com o tempo, muitas culturas consideraram e ainda consideram essa perspectiva binária como a única forma de existência humana socialmente aceita, gerando violência e coerção de outros modos de ser e agir.

As diferenças entre homens e mulheres vão além da estrutura biológica, englobando também outros paradigmas que definem os papéis sociais, os comportamentos e as expressões que cada qual assumirá, a depender do modelo de cultura e de sociedade.

A **orientação sexual** é o desejo ou atração afetiva/sexual que uma pessoa sente por outra, sendo na maioria dos casos por pessoas do sexo oposto (heterossexualidade), por pessoas do mesmo sexo (homossexualidade) ou, ainda, por pessoas de ambos os sexos (bissexualidade).

É importante ressaltar que a orientação sexual é um comportamento que se manifesta involuntariamente à vontade do indivíduo. Neste sentido, é um equívoco utilizar o termo opção sexual, já que não se trata de uma escolha. É justamente na esteira do controle da sexualidade que se dá a violência histórica sofrida pela

população LGBTQIAPN+³, pela pressão da sociedade em produzir um modelo ideal heterocisnormativo, compreendido como a única possibilidade de existência humana.

Essa concepção de ser humano heterocisnormativo encarcerou os considerados desvios de comportamento como distúrbios ou patologias. Assim, segundo Laurenti (1984), o termo homossexualismo passou a existir em 1948, na 6ª revisão da Classificação Internacional de Doenças (CID) em 1848, na subcategoria 320.6, como “desvio sexual”.

Manteve-se assim a 7ª Revisão (1955), e na 8ª Revisão (1965) o homossexualismo saiu da categoria "Personalidade Patológica" ficou na categoria "Desvio e Transtornos Sexuais" (código 302), sendo que a sub-categoria específica passou a 302.0 - Homossexualismo. A 9ª Revisão (1975), atualmente em vigor, manteve o homossexualismo na mesma categoria e sub-categoria, porém, já levando em conta opiniões divergentes de escolas psiquiátricas, colocou sob o código a seguinte orientação "Codifique a homossexualidade aqui seja ou não a mesma considerada transtorno mental" (Laurenti, 1984, p.384).

A Associação Americana de Psiquiatria retirou o termo homossexualismo da lista de transtornos mentais ou emocionais em 1973. Mas somente em 17 de maio de 1990, a Assembleia Geral da Organização Mundial de Saúde (OMS) aprovou a retirada do código 302.0 da CID, declarando oficialmente que a homossexualidade não constitui patologia, nem distúrbio. Atualmente, essa data é lembrada como o Dia Internacional contra a Homofobia.

Mesmo assim, tem sido comum no Brasil e em alguns países do continente africano a prática de terapia de reorientação sexual ou terapia de conversão, formulada e oferecida por profissionais da saúde, sobretudo aqueles ligados a grupos religiosos, com o objetivo de eliminar a homossexualidade do indivíduo. Sem qualquer evidência científica, essa ação tem sido amplamente combatida e criticada por profissionais, pesquisadores e autoridades ao redor do mundo.

No Brasil, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) considera que a homossexualidade não se caracteriza como distúrbio, doença ou perversão, declarando que “os psicólogos não colaborarão com eventos e serviços que proponham tratamento e/ou cura da homossexualidade” (Conselho, 1999).

³ LGBTQIAPN+ é uma sigla que abrange pessoas que são: Lésbicas; Gays; Bissexuais; Transgênero; Queer; Intersexuais; Assexuais/Agênero; Pansexuais/Poli; Não-binárias; e mais.

A homofobia é encarada como prática social, cultural e econômica, para além do contexto individual e, sendo assim, pode se configurar com uma forma de “policiamento da sexualidade” (Borrillo, 2000, p. 90) ao coibir qualquer comportamento que ultrapasse as fronteiras dos sexos.

Neste sentido, surge por volta dos anos de 1970 o conceito de **gênero** como uma construção social da sexualidade. Assim, a condição anatômica que um indivíduo traz ao nascer não é mais o único fator determinante, mas também a forma como ele se percebe e se expressa socialmente.

Esse conceito coloca em xeque o determinismo histórico que vem sendo transmitido por gerações, como a crença de que meninos que brincam com bonecas são necessariamente gays e meninas que brincam com carrinhos são lésbicas, ou que é inadequado meninos usarem roupa cor-de-rosa e meninas usarem roupa azul.

No Brasil, temos exemplos recentes dessa cultura pautada no binarismo. A prática do “chá-revelação”, um evento em que os pais são surpreendidos ao saber o sexo de bebê a partir de objetos com as cores rosa ou azul, identificando se o bebê é menina ou menino. Em 2019, Damares Alves, pastora evangélica e ex-ministra do governo de Jair Bolsonaro, disse que “há uma nova era no Brasil, na qual menino veste azul e menina veste rosa”.⁴

No decorrer da história, a sociedade definiu os papéis que homens e mulheres deveriam seguir, bem como os padrões sociais de comportamento esperados para o masculino e o feminino a partir de uma lógica binária pautada no sexo biológico. Sendo o gênero uma construção social, as pessoas podem ter diferentes percepções sobre si em relação à sua sexualidade, que vão além dos seus cromossomos e de seus órgãos genitais, dentre outras características físicas.

Neste sentido, é importante destacar o **intersexo**, termo que descreve aquelas pessoas que não se encaixam em características sexuais congênitas, como hormônios, genitália, gônadas e cromossomos. Portanto, seus corpos não se enquadram fisicamente como feminino ou masculino.

Já a **identidade de gênero** é a compreensão que a pessoa tem sobre ela mesma, a forma como se vê e como quer ser reconhecida, podendo estar de acordo com o gênero que lhe foi atribuído no nascimento (**cis gênero**) ou, em sentido

⁴ Menino veste azul e menina veste rosa', diz Damares Alves. **Folha de São Paulo**, São Paulo, jan. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/01/menino-veste-azul-e-menina-veste-rosa-diz-damares.shtml>. Acesso em: 30 dez. 2023.

oposto, não se identificar com o comportamento convencional do gênero em que nasceu (**transgênero**).

Além da forma como cada indivíduo se identifica, há de se pensar no modo como manifestará socialmente a sua sexualidade, ou seja, sua **expressão de gênero**, que abarca sua aparência, a forma de se vestir e falar. A expressão de gênero não aponta, necessariamente, o sexo biológico, a identidade ou a orientação sexual.

Em relação às pessoas transgênero, daremos ênfase às travestis e transexuais. Segundo Peres (2009), pode-se definir **travestis** como pessoas que se identificam com a imagem e o estilo do sexo oposto ao seu, apropriando-se de indumentárias e adereços de estética, podendo realizar mudanças em seus corpos como, por exemplo, pelo uso de hormônios ou por cirurgias para aplicação de silicone ou de próteses para correção estética.

Pelucio (2009) define travestis como indivíduos que nascem com a genitália masculina, com o sexo biológico masculino, mas buscam inserir em seus corpos símbolos do que é socialmente sancionado feminino, sem, contudo, desejarem extirpar sua genitália com a qual geralmente convivem sem grandes conflitos. Em geral, travestis gostam de se relacionar sexual e afetivamente com homens, porém, ainda assim não se identificam como homens homo orientados.

Já por **transexuais**, entende-se como pessoas que apresentam uma incompatibilidade em relação ao seu sexo anatômico e desejam fazer uma transição de seu sexo de nascimento para o sexo oposto, por meio da cirurgia de redesignação sexual.

Para Bento (2008), tanto a travestilidade quanto a transexualidade são construções identitárias situadas no campo do gênero. Travestis são associadas ao pecado e à marginalidade, enquanto transexuais são associadas à patologia. Essas definições são em decorrência do caráter histórico, político e social das identidades. Jesus (2012) afirma que o termo “travesti” muito é antigo, anterior ao termo “transexual” e mais consolidado em nossa linguagem.

Conforme afirma Ferreira (2017), o termo travesti é histórico e tem sido empregado como adjetivo pejorativo, que remete a uma imagem quase diretamente ligada à prostituição, à criminalidade e à marginalidade.

Travestis e transexuais podem ser confundidas com **crossdresser** ou **drag queen**. A primeira trata-se de pessoas que se vestem e usam adereços de forma

diferente do que é socialmente estabelecido para seu gênero, sem se identificar com o gênero oposto. Já a segunda, trata-se de artista que se veste e se monta conforme o gênero oposto para fins de entretenimento.

1.1.1 A travestilidade e a transexualidade na cultura e na sociedade

As variações e não conformidades de gênero ocorrem em diferentes culturas e sociedades ao redor do mundo desde tempos remotos, anteriormente ao surgimento de conceitos como gênero e transgênero e todo o arcabouço teórico sobre a diversidade sexual.

Desde a Antiguidade, registros documentais de diferentes origens (sumérios, acádios, gregos e romanos) descrevem sacerdotisas transgêneros e travestis denominadas *gallae*, plural de *galla* que adoravam a deusa Cybele, mãe de todos os deuses. Existem relatos que atribuem às *gallae* comportamentos associados ao universo feminino na forma de se vestir, pentear os cabelos, dançar e na voz, além da prática de rituais para modificação dos corpos, em que chegavam a cortar os próprios órgãos genitais (Lucke, 2005).

Na Índia, Paquistão e Bangladesh, existem as *hijras*, mulheres transgênero que, atualmente, sofrem com o preconceito e a discriminação por questões ligadas a gênero e pelo fato de pertencerem a vários grupos sociais marginalizados, em razão de ideologias dominantes herdadas do processo de colonização britânico. Segundo Hinchey (2019), os colonizadores lançaram mão da diversidade sexual das *hijras* como mecanismo para classificá-las, silenciá-las e apaga-las, já que não se encaixam no conceito ocidental de sexualidade binária. As *hijras* são conhecidas na cultura hindu por realizarem performances e danças, bem como pelo *badhai*, uma coleta de esmolas que recebem por visitar as casas, abençoando casamentos ou nascimentos. Também trabalham no comércio de varejo, serviços domésticos ou mão de obra industrial e agrícola. Infelizmente, pelo fato de serem discriminadas, muitas *hijras* acabam recorrendo à prostituição de seus corpos para garantir seu sustento (Hinchey, 2019).

No Japão, com a difusão do Teatro Kabuki no século XVII, era comum ver homens representando papéis femininos em encenações dramáticas e performances de dança e música. A partir da incidência de atrizes envolvidas com a prostituição, as mulheres foram proibidas de participar do Kabuki. Assim,

teve início o Teatro Yaro Kabuki, grupo teatral formado apenas por homens que praticavam o *crossdresser*, conhecidos como *onnagata*, equivalente ao que conhecemos como travesti. Essa mudança não foi significativa para coibir a prostituição envolvendo atores.

Na Oceania, as *fa'afafine* são mulheres transgênero que vivem nas Ilhas do Pacífico de Samoa, “designados do sexo masculino no nascimento, cujos comportamentos de gênero são, em graus variados, femininos, muitas vezes com orientação romântica para homens masculinos” (Shmidt, 2016, p.287). Segundo a tradição, as *fa'afafines* ocupam um lugar especial na cultura e na sociedade samoana, porém algumas pesquisas apontam que essas mulheres têm vivenciado um processo de marginalização, principalmente pela ação de homens heteronormativos (Kanemasu; Liki, 2020).

Na cultura dos povos originários da América, além de homens e mulheres, existe um terceiro gênero, conhecido como dois espíritos. Especificamente na região do Istmo de Tehuantepec, no estado de Oaxaca, no México, há pessoas não-binárias designadas como homens ao nascer, mas que com o passar do tempo expressam o gênero feminino, conhecidas como *muxes*⁵. Vistas pela sociedade como um terceiro gênero desde os tempos pré-hispânicos, elas são parte da cultura e da tradição indígena zapoteca, o que legitima a manifestação de sua sexualidade e identidade de gênero (Botton, 2017). Segundo Stephen (2002), algumas se casam com mulheres e tem filhos, enquanto outras se relacionam com homens. Elas podem executar alguns tipos de trabalho atribuídos a essas mulheres, como bordados ou decorações caseiras, enquanto outras desempenham atividades ligadas aos homens, como confecção de joias. Na assertiva de Hernandez Chávez e Faria (2022), existe uma liderança econômica e social das *muxes*, que historicamente se destacaram pela sua autonomia como comerciantes e por seu protagonismo na organização de festas comunitárias.

No Brasil, a primeira mulher travesti não indígena que se tem registro viveu no século XVI, em São Salvador da Bahia de Todos os Santos, posteriormente denominada Salvador, Bahia. Conhecida como Xica Manicongo, era uma mulher negra escravizada, trazida do Congo por volta de 1591, vendida a um sapateiro. O

⁵ O termo *muxe* é utilizado desde o século XVII e não possui uma tradução clara, já que só existe na língua indígena zapoteca. Acredita-se que a palavra que mais se aproxima em espanhol seja *mujer*, equivalente a mulher na língua portuguesa.

registro sobre sua existência encontra-se no arquivo da Torre do Tombo, em Lisboa, Portugal, e veio a conhecimento por uma extensa pesquisa sobre o período inquisitorial e a perseguição aos denominados sodomitas no Brasil (Mott, 1999).



Imagem 1: Representação de Xica Manicongo, na capa do cordel “Sertransneja”.

Fonte: <https://nosmulheresdaperiferia.com.br/wp-content/uploads/2022/01/mulheres-trans-na-politica-xica-manicongo.jpg>. Acesso em: 05 jan. 2024.

Descrita como *quimbanda*, termo *bantu* que significa basicamente *invertido* e que, posteriormente, deu nome a um ramo da religião umbandista a partir do século XX, ela causou grande incômodo a um cristão que chegou a interpelá-la na rua para que ela passasse a usar trajes de homem. Como ela não lhe obedeceu, foi denunciada à Igreja durante a primeira visita da Inquisição ao Brasil, sendo ela acusada de crime de sodomia.

O código penal vigente à época era as Ordenações Manuelinas, que equiparavam a sodomia ao crime de lesa-majestade. A pessoa considerada culpada deveria ser queimada viva, em um auto de fé em praça pública, ter seus bens confiscados pela Igreja Católica e a infâmia lançada sobre os seus descendentes até a terceira geração (Jesus, 2019, p.253).

Uma condenação dessa natureza causava grande impacto na população. Assim, para se manter viva, Xica abriu mão de sua identidade de gênero e passou a se vestir de acordo com seu sexo biológico, seguindo assim os padrões da época. Alguns anos depois, em 1603, as Ordenações Manuelinas foram substituídas pelas Filipinas, que incorporaram o crime de se vestir de acordo com gênero diverso ao

atribuído socialmente com penas que iam de três anos para os homens e dois para as mulheres, com pagamento de multa ao denunciante.

1.1.2 A Ditadura Militar e as pessoas transgênero no Brasil

A América Latina foi marcada pela presença de ditaduras durante o século XX, sendo a maioria delas militares e instaladas por meio de golpes de Estado. Nas décadas de 1950 a 1970, os países da região sul do continente (Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai), conhecida como Cone Sul, foram assolados pela ascensão de ditaduras civis-militares.

Com base na doutrina de segurança nacional, esses regimes visavam garantir a subordinação desses países ao sistema imperialista e reprimir qualquer mobilização popular que buscasse a reversão dos padrões de superexploração (Marini, 2000). Assim, consolidou-se nessa região o clima da Guerra Fria, vigente no mundo bipolar após o fim da Segunda Guerra Mundial.

No Brasil, o golpe de Estado consolidado em 01º de abril de 1964 depôs o governo do Presidente João Belchior Marques Goulart, pondo fim a um período de 18 anos de regime político democrático, iniciado em 1946. Esse episódio mergulhou o país em uma ditadura civil-militar e deu início a um período sombrio em nossa história, marcado pelo autoritarismo, pela censura e pelo cerceamento de direitos civis e políticos.

Por meio de violenta repressão contra as forças populares e as instituições democráticas, o regime manteve-se no poder por 21 anos, período em que perseguiu, torturou e matou seus opositores⁶. Dentre os perseguidos pelo regime, incluímos as pessoas gays, lésbicas, travestis, transexuais e toda a comunidade que representa a diversidade sexual e de gênero, que se tornaram alvos específicos por meio de operações focadas para esse grupo.

A repressão contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros no Brasil não teve sua origem com a ditadura civil-militar, mas remonta a períodos muito anteriores na história.

⁶ A Comissão Nacional da Verdade (CNV) reconheceu o desaparecimento forçado de 243 pessoas entre os anos de 1964 e 1980, das quais 32 mortes foram confirmadas. As informações estão de acordo com o *Quadro geral da CNV sobre mortos e desaparecidos* (Arquivo CNV, 00092.003144/2014-40). No entanto, há discrepância desses dados em outras fontes de referência.

A homofobia esteve sempre embutida em diversas esferas e manifestações da cultura em nosso país: nos discursos médico-legais, que consideravam a homossexualidade uma doença; nos discursos religiosos, que condenavam o ato homossexual como pecado; em visões criminológicas conservadoras, que tratavam homossexuais como um perigo social; e em valores tradicionais que desqualificavam e estigmatizavam pessoas que não se comportavam de acordo com os padrões de gênero prevalentes, sendo vistas como anormais, instáveis e degeneradas, caracterizando a homossexualidade como um atentado contra a família (Brasil, 2014, p.300).

A efervescência que marcou os anos 1960 por meio de lutas históricas, como a Revolta de *Stonewall* nos Estados Unidos, traziam a possibilidade de novas atitudes e maior aceitação das diferenças no campo da sexualidade. No entanto, a repressão instaurada pelo regime militar em 1964 implodiu as possibilidades de um movimento dessa natureza.

A censura foi uma prática recorrente na invisibilização das minorias sexuais, especialmente as travestis e transexuais, que não podiam ser mencionadas ou mostradas na mídia, em jornais, revistas e programas de televisão. As raras aparições se limitavam a atacar a imagem desses indivíduos, atribuindo-lhes a marginalidade. Os valores e costumes desse grupo minoritário eram vistos como ameaçadores à juventude, aos cidadãos de bem e ao governo militar.

No dia 1º de maio de 1980, o jornal O Estado de São Paulo publicou a manchete “Polícia já tem plano conjunto contra travestis” (Imagem 2). As ações de repressão contra travestis foram intensificadas entre 1980 e 1985, sob o comando do delegado José Wilson Richetti.



Imagem 2: Polícia já tem plano conjunto contra travestis. O Estado de São Paulo, 01 maio 1980. Disponível em: https://pbs.twimg.com/media/D2_8YuqXQAAMPd.jpg. Acesso em: 14 ago. 2022.

Mesmo após o fim do regime militar, em 1987 a polícia manteve as atividades de repressão e iniciou a Operação Tarântula, que tinha como objetivo perseguir e prender travestis e transexuais que exerciam a prostituição. A justificativa para a sociedade se pautava no combate à disseminação da AIDS. Nesse período, surgiu o Pajubá, conhecido como a linguagem de gueto da comunidade gay, lésbica e trans, um dialeto usado para que os indivíduos pudessem se comunicar sem serem importunados pelos aliban, ou polícia.



Imagem 3: Polícia Civil “combate” a Aids prendendo travestis. Folha de São Paulo, 01 mar. 1987. Disponível em: <https://i0.statig.com.br/bancodeimagens/imgalta/8n/vi/1u/8nvi1u37ur20j5u91ceg31hx9.jpg>. Acesso em: 14 ago. 2022.

No combate aos efeitos nefastos da ditadura, destacamos as ações dos movimentos sociais, que ganharam a partir de manifestações, dentre as quais destacamos a Revolta de *Stonewall*, nos Estados Unidos, cujos reflexos foram a base para movimentos de resistências em outros países.

1.1.3 A Revolta de *Stonewall* e o início dos movimentos por direitos

Influenciados por sua origem protestante de vertente puritana calvinista, os Estados Unidos criaram um sistema de leis que refletia seus preceitos e valores religiosos e, portanto, oprimia aqueles que não fossem heterossexuais. De acordo com Perroni et al. (2019), com a ascensão da extrema direita após a Segunda Guerra Mundial, o crescimento de um discurso anticomunista e de valores conservadores, as leis que visavam punir a comunidade LGBTQIAPN+ tornaram-se, gradualmente, mais severas.

A manifestação da homossexualidade era ilegal em quase todos os estados norte-americanos na década de 1960. Segundo Perroni (2019), além de doentes⁷, os homossexuais eram vistos como degenerados e que, ainda, buscavam corromper outras pessoas, o que os imputava delitos como vício em drogas, roubo, sadismo e assassinato.

Vale lembrar que enquanto a comunidade LGBTQIAPN+ provava o amargor da homofobia sistêmica, o mundo passava por uma efervescência materializada nas revoluções científicas e culturais e nos movimentos sociais em busca de mudanças políticas, visando a liberdade de ideias e os direitos das minorias.

Neste mesmo período, a cidade de Nova Iorque vivia uma expansão populacional, atraindo muitas pessoas LGBTQIAPN+ em busca de oportunidades e para encontrar seus iguais. Segundo Nelson (2015), mesmo sofrendo com o preconceito, conseguiam se reunir em bares, especialmente aqueles localizados em *Greenwich Village*.

Conforme afirma Carter (2015), um desses estabelecimentos foi o *Stonewall Inn*, fundado em 1967 e reconhecido como um templo da homossexualidade. Ele seguia o mesmo padrão dos bares destinados à comunidade gay, funcionando como um clube privado, para evitar as batidas policiais.

Mesmo assim, no dia 28 de junho de 1969 a polícia invadiu o *Stonewall Inn* sob a alegação que não havia licença para vender bebidas alcoólicas, o que era considerado um crime segundo as leis estaduais. A partir dessa ação a polícia começou a enfrentar resistência, pois conforme as pessoas eram liberadas, uma multidão se aglomerava em frente do estabelecimento, atraindo também simpatizantes ao movimento. O clima, que já estava tenso, atingiu seu ápice diante da truculência da polícia, com a agressão a uma travesti e uma lésbica. A multidão inflamou-se a tal ponto que os policiais buscaram refúgio dentro do bar.

Os protestos se estenderam por toda a semana e se intensificaram de modo mais violento no dia 02 de julho de 1969, com a chegada de grupos políticos simpatizantes aos direitos da população LGBTQIAPN+. Neste mesmo mês, aconteceu a Marcha para *Stonewall* e, no ano seguinte, uma marcha de Orgulho Gay, que enalteceu o ativismo e as conquistas do movimento e pavimentou o caminho para unir os grupos que apoiam os direitos homossexuais.

⁷ Segundo Bausum (2015), o “homossexualismo” era considerado uma patologia e seus “portadores”, submetidos a tratamentos psiquiátricos intensivos, incluindo eletrochoque, castração e lobotomia.

1.1.4 Resistências, lutas e avanços e retrocessos

Com a ascensão da ditadura militar por meio de um golpe de Estado em 1964, o Brasil viveu os anos mais repressivos de sua história. Em 1968, o Ato Institucional n.º 5 sufocou os movimentos sociais e tudo o que fosse contrário às forças políticas que regiam o país, dando plenos poderes ao Presidente e ao regime para limitar as pessoas no exercício dos seus direitos, conforme alega no artigo 4º:

No interesse de preservar a Revolução, o Presidente da República, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, e sem as limitações previstas na Constituição, poderá suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais (Brasil, 1968, artigo 4º).

A partir dos anos de 1970 começa a ganhar força a pauta pelos direitos dos homossexuais, para, posteriormente, abarcar os GLBT (gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais). No entanto, desde o final da década anterior, boa parte das forças para que isso acontecesse já se fazia presente (Green, 2000). A organização dessa população, mesmo que na clandestinidade, seja pela repressão que sofriam pela ditadura militar, ou pela discriminação que vivenciaram pela própria sociedade brasileira, foi primordial para os posteriores desdobramentos.

Um marco histórico ocorreu em 1971, na cidade de São Paulo, com a primeira cirurgia de redesignação sexual de uma mulher transgênero no país. Waldirene Nogueira foi operada pelo médico Roberto Farina, cirurgião plástico pioneiro nesse tipo de procedimento, que seria repetido em 1978, dessa vez em um homem transgênero.

Esse feito foi recebido com louvor pela comunidade científica internacional, mas foi condenado no Brasil pelo regime vigente à época. De acordo com Bento (2008), o Conselho Federal de Medicina interpretou o ato de Roberto Farina como lesão corporal, motivando a justiça brasileira a acusá-lo de ato criminoso e persegui-lo por anos, até condená-lo em 1978.

Cabe destacar que o Processo nº 0342/1975 (Imagem 4), em que o Ministério Público de São Paulo solicita instauração de Inquérito Civil contra Roberto Farina, considera a transexualidade como forma de perversão e trata a pessoa transexual como “eunuco estilizado”.

O que consegue a referida cirurgia plástica, com a colaboração hormonal, é a criação, digamos assim, de eunucos estilizados, para melhor aprazimento de suas lastimáveis perversões sexuais e, também, dos devassos que neles se satisfazem.

Imagem 4: Trecho do Processo nº 0342/1975, folhas 2 e 3.
Fonte: Ministério Público do Estado de São Paulo, 1975.

Em 1977, o advogado João Antônio de Sousa Mascarenhas, pioneiro no ativismo pelos direitos humanos dos homossexuais, recebeu o editor Winston Leyland, responsável pela revista norte americana Gay Sunshine. O objetivo desse encontro foi compartilhar informações sobre a vida social da comunidade homossexual no Brasil.

Segundo Macrae (1990), esse encontro desencadeou um conjunto de ações que levariam à criação do jornal alternativo **Lampião da Esquina**, que circulou no país entre 1978 e 1981.

O Lampião da Esquina é uma publicação alternativa no formato de um jornal homossexual não pornô-erótico, que teve enorme relevância para a comunidade gay na época. O Lampião deu vez e voz a uma comunidade que estava à margem da sociedade, mostrando-se um importante instrumento para a construção de uma identidade nacional pluralista. Essa mídia alternativa trouxe como eixo principal a temática dos homossexuais e sua exclusão da sociedade brasileira, assim como a marginalização das minorias sociais, procurando tirar do gueto essas pessoas que sofriam e ainda sofrem violência na sociedade brasileira.

O jornal Lampião da Esquina representou um importante passo no caminho do reconhecimento dos direitos homossexuais no Brasil, reafirmando que era preciso desfazer a imagem do gay estereotipado pela sociedade e que, enquanto sujeito de direitos, ele poderia exercer a sua sexualidade com liberdade.

Mostrando que o homossexual recusa para si e para as demais minorias a pecha de casta, acima ou abaixo das camadas sociais; que ele não quer viver e guetos, nem erguer bandeiras que o estigmatizem; que ele não é um eleito nem um maldito; e que sua preferência sexual deve ser vista dentro do contexto psicossocial da humanidade como um dos traços que um caráter pode ter. Lampião deixa bem claro o que vai orientar a sua luta: nós nos empenhamos em desmoralizar esse conceito que alguns nos querem impor – que a nossa preferência sexual possa interferir negativamente em nossa atuação dentro do mundo em que vivemos (Lampião, 1978, p.02).



Imagem 5: Jornal Lampião da Esquina (edição nº 0, abr. 1978; edição nº 13, jun. 1979).
 Fonte: <https://cedoc.grupodignidade.org.br>. Acesso em: 15 mar. 2022

Em sua edição experimental, o jornal demonstrava preocupação em dar voz a essa população e a transformar a realidade em que essas pessoas viviam, procurando através desse veículo midiático, construir uma sociedade pautada na diversidade e no reconhecimento dessas pessoas como seres humanos, e Ferreira (2010, p.05) afirma que

O gueto é a grande preocupação do Lampião em sua fase inicial. Em um período onde as violências morais e físicas contra os homossexuais eram grandes, o principal desafio além o de se assumir para ser aceito era lutar pelo fato dos homossexuais serem seres humanos e portanto terem direitos sociais garantidos pela própria *Constituição Federal*, embora esses direitos tenham ficado mais assegurados a partir da chamada *Constituição Social* de 1988 (Ferreira, 2010, p. 05, *itálicos do autor*).

Ao longo de suas edições, o Lampião da Esquina trouxe para discussão a problemática que outras parcelas populacionais enfrentavam na época, como os indígenas, as lésbicas e os negros, entendidas como minorias que necessitavam de voz na mídia para serem protagonistas de sua própria história. Em suas últimas edições o periódico se tornou mais ousado e explícito, contendo ensaios sensuais e cada vez tratando de assuntos mais polêmicos, dentre eles: masturbação, sadomasoquismo, dentre outros (Ferreira, 2010),

Ainda em 1978, o Núcleo pela Ação dos Direitos Homossexuais, formado a partir da publicação do *Lampião da Esquina*, realizou sua primeira reunião. Em pouco tempo, esse núcleo viria a se chamar **Somos: Grupo de Afirmação Homossexual**, considerado o primeiro grupo organizado em defesa da homossexualidade.

Segundo Câmara (2002), o principal objetivo do Grupo Somos era agregar homossexuais interessados em assumir a sua orientação sexual, encontrar seus pares e afirmar a sua sexualidade. Mesmo diante do contexto repressivo do regime militar, diversos grupos surgem nesse período para lutar pelos direitos civis, negados à população. Para Rosa (2010), a criação do Grupo Somos marca o início do Movimento Homossexual Brasileiro.

Em 1979, as lésbicas passam a integrar o Grupo Somos e criam o subgrupo Lésbico-Feminista (LF), que posteriormente passa a atuar de forma autônoma como Grupo de Ação Lésbica Feminista (GALF). Ao longo de sua história, o Grupo Somos foi se dividindo. Segundo Rossi (2010), as posições ideológicas dos militantes daquela época levaram ao primeiro grande racha dentro do movimento. A ala do Somos que defendia uma unificação do movimento homossexual com os demais movimentos vinculados à esquerda foi perdendo força. Mesmo sendo um dos primeiros grupos a lutar pelo direito dos homossexuais no Brasil, o Somos não deixou de enfrentar problemas internos.

A década de 1980 no Brasil é marcada pelo enfraquecimento da ditadura militar e por manifestações populares pelo retorno da democracia e das eleições pelo voto direto, que posteriormente levariam o país ao processo de redemocratização. A abertura política começa a proporcionar à população uma maior articulação na luta por seus direitos sociais e políticos, uma vez que os anos anteriores foram representados pela falta de liberdade de expressão e direitos. O movimento aparece com maior força, e Rossi aponta que:

A partir da década de 1980, os movimentos de cidadania e direitos homossexuais se espalharam por todo o Brasil – Grupo Gay da Bahia; Grupo Dialogay (Sergipe); Grupo Atobá e Triângulo Rosa (Rio de Janeiro); Grupo Dignidade (Curitiba); Grupo Gay do Amazonas; dentre outros. Eles mantinham entre si a reivindicação de direitos e a afirmação de uma identidade, lutando contra todas as expressões de discriminação (Rossi, 2010, p. 74).

Esse período também ficou marcado pelo surgimento da AIDS, que chegou ao Brasil em 1982. A primeira morte declarada no país foi do estilista Marcus Vinícius Resende Gonçalves, em 1983. À época, a doença não tinha classificação oficial e era divulgada pela imprensa como peste gay (Imagem 5), câncer gay, doença dos 5H (homossexuais, hemofílicos, haitianos, heroinômanos [usuários de droga injetável] e hookers [profissionais do sexo]), ou simplesmente castigo de Deus (Imagem 6). A identificação do vírus e a classificação da doença só vieram mais tarde.



Imagem 6: Peste Gay é a epidemia do século (Jornal Luta Democrática, Rio de Janeiro, 01 set.1983)
Disponível em: <https://orebate.com.br/wp-content/uploads/2021/06/aids.jpg>. Acesso em: 22 mar.2023.



Imagem 7: Aids é o castigo de Deus, porque bicha é uma raça desgraçada (Jornal Luta Democrática, Rio de Janeiro, out. 1983)

Disponível em: https://empoderadx.com.br/wp-content/uploads/2018/12/xaids.jpg.pagespeed.ic_0sTkZeTA22.jpg. Acesso em: 22 mar.2023.

O agravamento da AIDS, que inicialmente afetou majoritariamente a comunidade gay, levou a uma aproximação dos movimentos homossexuais com o Estado brasileiro. Alguns grupos passam a se dedicar exclusivamente à luta contra a Aids, por meio da disseminação de informações sobre prevenção e da pressão por respostas governamentais.

Em 1980, no mês de abril, acontece o 1º Encontro de Grupos Homossexuais Organizados (EGHO), em São Paulo, que contou com grupos de diversas partes do país. Em 13 de junho ocorre a primeira manifestação de rua convocada pelo SOMOS, junto com grupos dos movimentos feminista e negro contra a violência policial e a repressão das rondas comandadas pelo delegado José Wilson Richetti em São Paulo. A data ficaria conhecida como Dia de Luta e Prazer Homossexual pelo Movimento.

Em 1981, o Grupo Gay da Bahia lança um abaixo-assinado pela despatologização da homossexualidade, com sua retirada do Código de Classificação de Doenças⁸ do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (Inamps). O documento reuniu milhares de adesões e conseguiu pressionar o Conselho Federal de Medicina que, em 1985, passou a não mais considerá-las como doença, antes mesmo da Organização Mundial de Saúde, que só o fez em 1990.

Outra ação do Grupo Gay da Bahia que merece destaque, ainda em 1981, foi a campanha para a criação de uma lei para penalizar a discriminação por opção sexual, expressão utilizada à época (Facchini, 2004).

Em 1983, um grupo de militantes lésbicas protagonizou o vitorioso levante do Ferro's Bar. Localizado no centro de São Paulo, o local reunia intelectuais e artistas ligados à esquerda e também tornou-se referência para a comunidade lésbica, parte delas atuantes no GALF e Somos. Por isso, era ponto de circulação do Chanacomchana, boletim criado pelo GALF e que, assim como o Lâmpião da Esquina, ia contra a censura imposta pela ditadura militar ao tratar de temas como racismo, sexualidade e críticas políticas ao regime.

Os proprietários do Ferro's proibiram a venda do boletim no interior do estabelecimento e esse foi o estopim para o Levante do Ferro's Bar, ocorrido em 19 de agosto. Essa foi a primeira manifestação liderada pelo movimento lésbico, que

⁸ Código 302.0: homossexualidade como distúrbio (1981), para a categoria V62: outras circunstâncias psicossociais (1985).

também contou com o apoio do movimento feminista e de alguns parlamentares, dentre os quais o deputado Eduardo Suplicy e a vereadora Irede Cardoso (Carvalho, 2023). Em razão da importância desse acontecimento, em 2008 a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo reconheceu a data de 19 de agosto como o Dia do Orgulho Lésbico.

Ainda em 1983, o Grupo Somos chega ao fim, deixando como legado a luta primordial contra uma sociedade machista e outros grupos que surgiram, inspirados no seu ativismo.



Imagem 8: Boletim Chanacomchana (edição nº 1, dez. 1982; edição nº 4, set. 1983).
Fonte: <https://www.umoutroolhar.com.br/>. Acesso em: 06 jan. 2024.

Em 1985, José Sarney assume a presidência do país, após a morte de Tancredo Neves, que venceu nas eleições indiretas. Era o início da redemocratização do Brasil, após vinte e um anos de ditadura militar. Esse período é marcado pelo agravamento da epidemia de AIDS, que levou ao surgimento de organizações da sociedade civil

Em janeiro de 1985, é criado em São Paulo o Grupo de Apoio à Prevenção à Aids (GAPA), pioneiro no Brasil e na América Latina. Voltado à comunidade gay, segmento que inicialmente foi o mais atingido, suas ações focaram na conscientização sobre sexo seguro, acolhimento de pessoas contaminadas e na luta contra a estigmatização. No mesmo ano, o Ministério da Saúde criou o Programa

Nacional de Controle da Sida ou Aids, pela Portaria 236/1985, no entanto, o programa só veio em 1986, seguindo com críticas da sociedade civil.

Em 1988, a travesti Brenda Lee inaugura formalmente o Palácio das Princesas, uma casa de acolhimento para pessoas transgênero em situação de vulnerabilidade, sem moradia e convivendo com a Aids. A casa foi a primeira ONG do Brasil e da América Latina a travar uma batalha contra o HIV e a Aids.

Em 1992, Fernando Collor de Mello, filiado ao Partido Renovação Nacional (PRN), foi o primeiro presidente eleito pelo voto direto desde 1960. Também foi a primeira vez na história do Brasil que uma mulher negra e transexual foi eleita para ocupar um cargo político. Kátia Nogueira Tapety, filiada ao Partido da Frente Liberal (PFL)⁹, foi eleita vereadora no município de Colônia do Piauí.

Ainda em 1992, é fundada, no Rio de Janeiro a Associação de Travestis e Liberados (ASTRAL), primeiro grupo formalmente constituído para atuar de modo específico em questões de saúde e direitos humanos das comunidades transgênero no Brasil. Nessa época, a saúde para a população trans era vista a partir da perspectiva da AIDS.

No início de 1993, a ASTRAL coordenou o I Encontro Nacional de Travestis e Liberados que Atuam na Prevenção da AIDS (ENTLAIDS), na cidade do Rio de Janeiro. Esse evento foi um marco pois agregou representantes LGBT de diversos estados, ainda que com menor representação de lideranças travestis.

A partir desse momento, houve várias tentativas para que fosse constituída uma rede de interlocução entre as lideranças nacionais, para maior articulação entre a população travesti e transexual. Neste sentido, a ASTRAL passou a se denominar Rede Nacional de Travestis (RENATA), que mais tarde se transformaria na Rede Nacional de Travestis e Liberados (RENTAL).

Em 1995, Fernando Henrique Cardoso, filiado ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), foi eleito presidente do Brasil e o Estado inicia um diálogo com o movimento LGBT. Durante seu governo, foi lançado o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH), que na primeira edição, incluiu os homossexuais dentro de uma pauta de garantia de direitos, principalmente à não violência e discriminação. Já na segunda edição, ampliou o conceito de direitos em uma perspectiva de promoção da cidadania, incluindo a comunidade LGBT.

⁹ Em 28 de março de 2007, o nome do partido foi alterado para Democratas (DEM).

Ainda em 1995, aconteceu em Curitiba o 9º Encontro Brasileiro de Homossexuais (EBHO), levando à criação da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT). Além de abranger os homossexuais em suas lutas, a ABGLT passou a incluir outros segmentos estigmatizados pela sociedade brasileira, unindo e articulando os diferentes grupos. Para tanto, em sua Carta de Princípios, a ABGLT:

O Brasil é um dos países que mais viola os direitos humanos de gays, lésbicas e travestis. Acreditamos, entretanto, que esse quadro pode ser modificado e que há condições para tanto, apesar de tudo. A ABGLT - Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis surge como mais uma alternativa para os que acreditam na possibilidade de uma vida mais justa, alegre, fraterna e solidária (Associação, 1995, p. 2).

Com a criação da ABGLT, diversas outras organizações, coletivos ou agrupamentos de pessoas e organizações não governamentais, passaram a se desenvolver, fortalecidas pela possibilidade de mudanças que poderiam empreender com um movimento mais forte e unido. Além disso, com o processo de redemocratização, o Estado passa a atuar em conjunto com algumas dessas organizações para o enfrentamento econômico, político ou social da discriminação e violência sofrida pela população LGBT na sociedade brasileira.

Ainda em 1995, o Rio de Janeiro foi sede da 17ª Conferência da Associação Internacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans e Intersex (ILGA). Ao final, foi realizado um ato público, em que as pessoas saíram em marcha pela orla de Copacabana. Em 1996, no mês de junho, aconteceu uma manifestação pública na Praça Roosevelt, em São Paulo, com aproximadamente 500 pessoas, para reivindicar direitos à comunidade LGBT.

Em 1997, aconteceu na Avenida Paulista, em São Paulo, a 1ª Parada do Orgulho Gay no Brasil, que reuniu 2 mil pessoas para protestar contra o preconceito, a discriminação e a violência sofrida pela comunidade LGBT. O movimento foi organizado pelo Grupo Corsa (Cidadania, orgulho, respeito e solidariedade), filiado à ABGLT. Inspirada nas Paradas que aconteciam nos Estados Unidos desde 1969, essa manifestação é considerada a primeira intencionalmente planejada como bandeira política de luta e celebração.

Em 1999, o Conselho Federal de Psicologia aprovou a Resolução nº 01/1999, que determina que os profissionais da área

[...] não exercerão qualquer ação que favoreça a patologização de comportamentos ou práticas homoeróticas, nem adotarão ação coercitiva tendente a orientar homossexuais para tratamentos não solicitados (Conselho Federal de Psicologia, 1999, art.3º).

A partir dessa Resolução, os Psicólogos ficam proibidos de exercer a chamada “cura gay” em atendimentos clínicos, por questões de cunho religioso ou ideológico. Segundo o art. 2º da mesma resolução, os profissionais da área devem promover uma reflexão sobre o preconceito e a superação de discriminações e estigmas contra aqueles que apresentam comportamentos ou tem dúvidas sobre a sua própria sexualidade.

No ano 2000, a Rede Nacional de Travestis e Liberados (RENTRAL) pautou a possibilidade de uma nova nomenclatura que estivesse mais de acordo com o contexto mais atual e a organização das instituições representativas. Em dezembro, foi realizada uma reunião em Porto Alegre, a partir da qual se deliberou a alteração do nome para Articulação Nacional de Transgêneros (ANTRA). O nome foi alterado em 2002, para Associação Nacional de Travestis e Transexuais, mantendo-se a mesma sigla e registrando-se como pessoa jurídica em cartório.

Em 2003, Luís Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT) foi eleito presidente do Brasil. Pela primeira vez na história do país, um operário chegava ao cargo político mais alto da nação¹⁰.

A partir de seu mandato, o Estado se aproxima do movimento LGBT por meio de espaços democráticos para a escuta da sociedade civil organizada. Movimentos sociais e Governo Federal passam a dialogar de forma mais acentuada, em especial com a criação de programas e ações de combate à discriminação e violência, como o Programa Brasil sem Homofobia e a terceira edição do Programa Nacional de Direitos Humanos.

Quando assumiu a presidência, Lula realizou uma importante reforma ministerial, criando secretarias especiais ligadas diretamente à Presidência da República e abrindo caminhos para ampliar o diálogo e a parceria, diante de uma estrutura governamental mais participativa, que buscava reduzir as desigualdades sociais (Daniliauskas, 2011).

¹⁰ Lula toma posse hoje como o 39º presidente do Brasil. **Folha de São Paulo**, 01 jan. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0101200302.htm>. Acesso em: 24 jan. 2024.

Em 2004, no dia 29 de janeiro, Brasília sediou a campanha “Travesti e Respeito”, considerada um ato histórico e político na defesa do respeito à identidade de gênero no país. Paralelamente, o Ministério da Saúde realizava uma ação para promoção do cuidado contra infecções sexualmente transmissíveis. Em razão desse fato, a data de 29 de janeiro foi instituída como Dia Nacional da Visibilidade Trans.

Em 2005, o Conselho Nacional de Combate à Discriminação, criado em 2001 na gestão de Fernando Henrique Cardoso, teve sua composição alterada pelo Decreto nº 5.397/2005, incluindo representantes com direito a voto, de entidades e organizações não governamentais do segmento de lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros.

Em 2007, o documento Princípios de Yogyakarta, que trata sobre a aplicação da legislação internacional de Direitos Humanos em relação à Orientação Sexual e Identidade de Gênero, é lançado durante a 4ª Sessão Ordinária do Conselho de Direitos Humanos da ONU. Esse documento é resultado de um estudo desenvolvido por especialistas de 25 países, incluído o Brasil, sobre a aplicação das leis internacionais de direitos humanos às violações baseadas em orientação sexual e identidade de gênero.

Entre 5 e 8 de junho de 2008, Brasília sediou a 1ª Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (GLBT), coordenada pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. Pioneiro do Brasil e no mundo, o evento é resultado de uma série de conferências estaduais e municipais. Foram discutidos 10 eixos e 510 propostas, com recomendações de políticas públicas para garantir os direitos das pessoas LGBT. No ano seguinte, foi lançado o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT, que incorpora as demandas advindas da conferência. Posteriormente, seriam realizadas mais duas edições da conferência, sendo a 2ª em 2011 e a 3ª em 2016.

Ainda em 2008, pessoas transgênero passam a ter direito universal ao Processo Transexualizador, pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Esse avanço foi regulamentado pela Portaria nº 1.707, de 18 de agosto de 2008 e, em 2013, ampliado pela Portaria nº 2.803, que revogou a anterior. O Processo Transexualizador garante um conjunto de procedimentos e assistências prestadas às pessoas transgênero, que inclui procedimentos cirúrgicos para adequação do corpo, tratamento hormonal e cirurgias de redesignação sexual.

Em 2010, foi lançada a terceira edição do Programa Nacional de Direitos Humanos, pelo Decreto nº 7.177¹¹, com a inclusão de 23 temas transversais para a população LGBTQIAPN+. O documento gerou impacto por trazer ações polêmicas, como apoiar a legislação para autorizar a união civil de pessoas do mesmo sexo, garantir o direito de adoção de crianças por casais homoafetivos e estabelecer diretrizes curriculares que contivessem o respeito aos direitos humanos, inclusive à diversidade de gênero, orientação sexual e identidade de gênero.

Em 2011, pela primeira vez na história do Brasil, uma mulher foi eleita para o cargo de Presidenta da República. Dilma Vana Rousseff, filiada ao PT, passa a governar o país. Sua gestão foi marcada pela ampliação das políticas públicas e das conquistas na defesa dos direitos humanos, que caminharam paralelamente a alguns retrocessos impostos pela elite conservadora do país.

No início do seu mandato, os dados sobre ocorrências de violência por homofobia começam a ter transparência com registros oficiais. Foi elaborado o primeiro Relatório sobre Violência Homofóbica no Brasil, que resultou no aumento das denúncias sobre violência homofóbica e encaminhamentos para a produção de políticas públicas para o enfrentamento da violência.

Durante o governo Dilma Rousseff, houve uma ampliação das tensões em torno das políticas públicas para a população LGBTQIAPN+, com o fortalecimento da bancada fundamentalista religiosa e o avanço de pautas conservadoras no Congresso Nacional.

Um exemplo desse retrocesso foram os ataques promovidos por parlamentares e grupos conservadores da sociedade ao material didático elaborado pelo Projeto “Escola sem Homofobia”¹², vulgarmente denominado por esses segmentos como “kit gay”. À época, foi amplamente difundido que esse conteúdo estava voltado para a difusão do “homossexualismo e da promiscuidade” para crianças de seis anos, o que é uma deturpação do real foco do projeto. Diante da pressão decorrente da disseminação de informações falsas (*fake news*), o Governo Federal cedeu à suspensão do projeto e o material nunca chegou às escolas.

¹¹ Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7177.htm. Acesso em: 13 mar. 2023.

¹² O Projeto “Escola sem Homofobia” é melhor detalhado nesta tese, na página 71.

Em maio de 2011, o Superior Tribunal Federal (STF) alterou o entendimento do Código Civil que define família como formada por um homem e uma mulher, com base no artigo nº 1.723. Desde então, as uniões estáveis entre pessoas do mesmo sexo passaram a ser permitidas, sendo garantidas as mesmas obrigações e direitos das uniões heterossexuais. Ainda não há legislação sobre o tema e a garantia da validade das uniões estáveis e casamentos entre pessoas do mesmo sexo é a jurisprudência.

Em 2011, foi criada a **Comissão Nacional da Verdade** (CNV) por meio da Lei nº 12.528¹³, de 18 de novembro, quase 30 anos após o fim da ditadura militar, como um instrumento legitimado pelo Estado brasileiro para apurar os crimes contra a humanidade, cometidos nesse período. Desde sua instalação, a CNV ouviu 1.121 depoimentos, 132 deles de agentes públicos, realizou 80 audiências e sessões públicas pelo país, percorrendo o Brasil de norte a sul em 20 unidades da federação (Brasil, 2014).

Os trabalhos contaram com a colaboração de comissões da verdade, criadas em outros estados e, ao final de 2014, a CNV entregou à Presidência da República um relatório contendo 1.996 páginas que reúnem todo o processo de levantamento de informações e depoimentos colhidos de vítimas, familiares de vítimas, militares, entre outros. O documento também possui um conjunto de recomendações, dentre as quais, a de número 23 é específica contra a discriminação das homossexualidades, na qual adverte para a necessidade de:

Supressão, na legislação, de referências discriminatórias das homossexualidades. Ao detalhar o escopo desta advertência, “recomenda-se alterar a legislação que contenha referências discriminatórias das homossexualidades, sendo exemplo o artigo 235 do Código Penal Militar, de 1969, do qual se deve excluir a referência à homossexualidade no dispositivo que estabelece ser crime ‘praticar, ou permitir o militar que com ele se pratique ato libidinoso, homossexual ou não, em lugar sujeito a administração militar’. A menção revela a discriminação a que os homossexuais estão sujeitos no âmbito das Forças Armadas (Brasil, 2014, p.972).

As recomendações da CNV foram ignoradas com o golpe de Estado em 2016 e só viriam a ser retomadas pelo Governo Federal em 2023.

¹³ Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12528.htm. Acesso em: 20 nov. 2023.

Em 2013, o Brasil participou da Convenção contra Todas as Formas de Discriminação e Intolerância da Organização dos Estados Americanos, em Antígua (Guatemala). Como resultado, o Governo Federal criou o Sistema Nacional de Promoção de Direitos e Enfrentamento à Violência contra LGBT, com uma estrutura articulada envolvendo comitês de combate à discriminação e violência, apoio psicológico e jurídico.

Em 2015, o movimento “Escola sem Partido” ganhou força, inspirando legislações municipais, estaduais e federais em defesa de um esvaziamento das questões políticas, morais e religiosas na escola, limitando essas discussões ao âmbito familiar. Segundo seus defensores, a educação sobre gênero e sexualidade nas escolas iria na contramão ao direito das famílias de educarem seus filhos de acordo com preceitos morais e religiosos. Apesar dessa onda de retrocessos, também houve avanços significativos neste mesmo ano.

Ainda em 2015, o Supremo Tribunal Federal passou a reconhecer a adoção de crianças e adolescentes por casais LGBTQIAPN+, como adoção homoparental. O artigo nº 42 da Lei nº 8.069/1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, aborda os requisitos para o deferimento da adoção e, por sua vez, não faz nenhuma ressalva sobre a orientação sexual ou identidade de gênero dos adotantes. No mesmo ano, em 20 de fevereiro, a cidade de São Paulo sediou a primeira edição do Encontro Nacional de Homens Trans e Pessoas Transmasculinas (ENAHT), organizado pelo Instituto Brasileiro de Transmasculinização (IBRAT). O evento configurou-se como maior encontro do segmento no país, e um dos maiores do mundo, definindo importantes linhas de atuação para o ativismo da população de homens transexuais e pessoas transmasculinas.

No mesmo ano de 2015, um grupo de mães de pessoas LGBTQIAPN+ passou a se mobilizar na luta contra o preconceito. Algumas dessas mães perderam seus filhos e filhas por crimes de ódio. A partir dessa iniciativa, surge o Coletivo Mães pela Diversidade, inicialmente em São Paulo e que, com o tempo, se estendeu para outros 14 estados do país, tornando-se um espaço de acolhimento e informação para outras mães, pais e familiares de LGBTQIAPN+, bem como daqueles que sofrem com a intolerância da própria família.

Em 2016, por meio do Decreto nº 8.727, pessoas travestis e transexuais passam a ter assegurado o reconhecimento da sua identidade de gênero e o uso do nome social nos órgãos e repartições públicas federais. Já em 2018, uma decisão

do Supremo Tribunal Federal garantiu às pessoas transgêneros o direito à alteração do nome nos registros civis, sem a necessidade de realizar cirurgia de redesignação sexual.

Em 2016, o Brasil sofre uma ruptura governamental, fruto da crise política instaurada desde as Jornadas de Junho de 2013¹⁴ e do resultado das eleições em 2014. Esse contexto, em grande parte arquitetado por uma elite econômica em repúdio às políticas de redução de desigualdades (Santos, 2017), culminou com o golpe midiático-jurídico-parlamentar que levou ao impeachment de Dilma Rousseff, em 31 de agosto.

Sucessivas derrotas levaram a elite econômica do país, embora altamente compensada durante os governos trabalhistas, a associar-se aos setores preconceituosos da classe média no desespero de eleições como recurso para interromper a supremacia eleitoral trabalhista (Santos, 2017, p. 47).

A partir do golpe de Estado, Michel Temer assume a presidência do país em 31 de agosto de 2016. Sob seu mandato, tem início no país uma agenda de retrocessos às conquistas sociais alcançadas nos anos anteriores, como desmonte de programas sociais, o congelamento de investimentos em educação e saúde por 20 anos e a reforma do Ensino Médio, sem qualquer diálogo com a sociedade.

Um dos primeiros atos do novo governo foi uma reforma ministerial, com a extinção de pastas, dentre as quais o Ministério da Cultura, que teve suas demandas incorporadas pelo Ministério da Educação.

O Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, que até então tratava das pautas da comunidade LGBTQIAPN+, também foi extinto, sendo reduzido ao status de secretaria, vinculado ao Ministério da Justiça. Posteriormente, a Secretaria de Políticas para Mulheres foi transferida para o Ministério de Direitos Humanos.

Em 2017, o Ministério da Educação publicou a Resolução CNE/CP nº 02¹⁵, que instituiu e orientou a implantação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC),

¹⁴ As Jornadas de Junho foram mobilizações que ocorreram, inicialmente, na cidade de São Paulo, contra o aumento das passagens de transportes coletivos, mas logo se espalharam pelas cinco regiões do Brasil, no ano de 2013. Disponível em: <https://journals.openedition.org/polis/11944>. Acesso em: 12 jun. 2023.

¹⁵ Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECPN22017.pdf?query=curriculo. Acesso em: 20 dez. 2023.

a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e modalidades de ensino na Educação Básica.

A nova BNCC suprimiu as referências à orientação sexual e questões de gênero. Esse esvaziamento foi uma demanda de setores conservadores do Congresso Nacional. O documento estabelece dez competências para a Educação Básica, dentre as quais, está previsto como objetivo acolher e valorizar a diversidade de indivíduos.

Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza (Brasil, 2017, p.10, grifo nosso).

A Resolução CNE/CP nº 02 determinou que todas as redes e sistemas de ensino, públicos e privados nas esferas estaduais e municipais, adequassem seus currículos à BNCC preferencialmente até 2019 e, no máximo, até o início do ano letivo de 2020. O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) também estabeleceu como um dos critérios para seleção de editoras, aquelas que adequassem seus materiais à nova BNCC.

Em 2018, estudantes travestis e transexuais tem garantido o direito ao uso do nome social no momento da matrícula e nos registros das escolas de educação básica de todo o país, com mediação dos responsáveis legais em caso de menores de idade. Essa decisão foi regulamentada pela Resolução nº 1, de 19 de janeiro, do Conselho Nacional de Educação.

Ainda em 2018, no dia 26 de janeiro, é fundada a Associação Brasileira de Intersexuais (ABRAI) em defesa da mudança da sociedade e não dos corpos das pessoas intersexo, trazendo mais visibilidade a esta identidade na comunidade LGBTQIAPN+. No mesmo ano, ocorreu a 1ª Marcha do Orgulho Trans, em busca de mais visibilidade para a população transexual e travesti.

No mesmo ano, o Conselho Federal de Psicologia publicou a Resolução nº 01, segundo a qual travestilidades e transexualidades deixam de ser consideradas patologias no Brasil. Essa decisão veio antes mesmo da Organização Mundial de Saúde (OMS) retirar a classificação da transexualidade como transtorno mental da 11ª versão da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas de

Saúde (CID). Apesar de representar um avanço para a comunidade trans, essa decisão chega tardiamente, 33 anos após o Conselho Federal de Medicina retirar a homossexualidade da lista de transtornos.

Em junho de 2018, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) publicou o Provimento nº 73/2018, que trata da averbação da alteração do prenome e do gênero na certidão de nascimento e de casamento de pessoas transgênero. Essa regulamentação, editada pelo CNJ para orientar os cartórios de registro civil, tem como base a decisão do Superior Tribunal Federal (STF), que garante o direito das pessoas transgênero de alterarem o nome e o gênero na certidão de nascimento e nos documentos pessoais, sem a necessidade de realizar a cirurgia de redesignação sexual ou tratamentos para mudança de gênero. O entendimento do STF segue a legislação internacional e os tratados de Direitos Humanos assinados pelo Brasil.

Em 2019, Jair Messias Bolsonaro, filiado ao Partido Social Liberal (PSL) foi eleito presidente do Brasil. Com alinhamento ideológico à extrema direita, seu mandato foi responsável por um desmonte sem precedentes das Políticas Sociais, da Cultura, Educação, Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia.

Conhecido apoiador da ditadura militar e opositor dos direitos humanos, em especial dos direitos da comunidade LGBTQIAPN+, Bolsonaro promoveu grandes retrocessos nas políticas para a diversidade sexual e de gênero, justamente no momento em que o Brasil lidera o ranking mundial na violência contra esse segmento da população. Já no início de seu mandato, Bolsonaro declarou publicamente a sua “guerra à ideologia de gênero”, em referência à “defesa de uma família natural”, visão na qual aponta a instituição familiar composta por um homem, por uma mulher e por seus filhos¹⁶.

Ainda em 2019, por meio da Medida Provisória (MP) nº 870¹⁷, o governo alterou a estrutura administrativa da Presidência da República e dos ministérios, extinguindo pastas fundamentais às políticas sociais.

O Ministério dos Direitos Humanos foi alterado para Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, liderado pela advogada e pastora evangélica Damares Alves, opositora dos direitos da comunidade LGBTQIAPN+.

¹⁶ SUDRÉ, Lu. Ao declarar guerra à "ideologia de gênero", Bolsonaro elege inimigo que não existe. **Brasil de Fato**, 09 jan. 2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/01/09/ao-declarar-guerra-a-ideologia-de-genero-bolsonaro-elege-inimigo-que-nao-existe>. Acesso em: 02 dez. 2023.

¹⁷ Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/mpv/mpv870.htm. Acesso em: 08 jul. 2023.

Outra polêmica na MP 870 foi a exclusão da população LGBTQIAPN+ da lista de políticas e diretrizes à promoção dos direitos humanos. O texto incluiu explicitamente, mulheres, criança e adolescente, juventude, idosos, pessoas com deficiência, população negra, minorias étnicas e sociais e indígenas. As pessoas LGBT, que antes eram citadas nas estruturas da Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, foram excluídas.

Essa medida gerou reações negativas e o Ministério recuou, alocando as demandas da população LGBTQIAPN+ junto à estrutura da Secretaria Nacional de Proteção Global.

No mesmo ano, o governo publicou o Decreto nº 9.883, reformulando o Conselho Nacional de Combate à Discriminação, enfraquecendo a participação da sociedade civil.

Ainda em 2019, a 4ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, prevista para acontecer em novembro, não foi realizada por decisão do governo. Em 11 de maio de 2020, Bolsonaro assinou um decreto revogando a convocação, assinada em 2018 por Michel Temer.

Em 2019, o Supremo Tribunal Federal reconheceu que homofobia e transfobia como crimes imprescritíveis e inafiançáveis. Na decisão, esses atos foram equiparados ao crime de racismo (Lei nº 7.716, de 05 de janeiro de 1989). Em 2023, um novo entendimento do STF determinou que atos de homofobia e transfobia contra indivíduos sejam enquadrados como crime de injúria racial.

Em abril de 2020, o Supremo Tribunal Federal julgou como inconstitucional o ato de proibir a discussão sobre gênero nas escolas, a partir de uma decisão¹⁸ contra a Lei nº 1.516/2015¹⁹, da cidade de Nova Gama, no estado de Goiás, que proibia o uso de qualquer material relacionado à “ideologia de gênero” nas escolas. O STF tomou como base as garantias previstas na Constituição Federal de 1988, sobre a liberdade de ensino e aprendizagem e o pluralismo de ideias e concepções

¹⁸ Decisão por unanimidade, de acordo com a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 457. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5192888>. Acesso em: 18 jun. 2024.

¹⁹ Disponível em: <https://acessoainformacao.novogama.go.gov.br/legislacao/lei/id=49>. Acesso em: 18 jun. 2024.

pedagógicas nas escolas, bem como o dever do Estado de promover políticas de inclusão e de igualdade.

Ainda em 2020, o Supremo Tribunal Federal julgou procedente a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 5.543/DF, impetrada pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB) que declarou inconstitucional a Portaria 158/2016, do Ministério da Saúde, e da Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) 34/2014, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), que determina que homens que mantivessem relações sexuais com outros homens nos doze meses anteriores não poderiam doar sangue.

A partir da decisão do STF, em 2021, o Senado aprovou o Projeto de Lei (PL) nº 2.353/2021, de autoria do Senador Fabiano Contarato, que proíbe a discriminação de doadores de sangue com base na orientação sexual.

Em 2021, o Departamento de Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (DPLGBT), mantido ao longo dos três primeiros anos de governo Bolsonaro, foi extinto por meio do Decreto nº 10.883.

Em 2023, Luís Inácio Lula da Silva é eleito para seu terceiro mandato como Presidente da República. Um dos focos do seu mandato é a reconstrução das políticas sociais, destroçadas pelos governos neoliberais após o golpe de 2016.

Também em 2023, Duda Salabert Rosa, filiada ao Partido Democrático Trabalhista (PDT) e Érika Santos Silva (ou Érika Hilton), ligada ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), foram democraticamente eleitas para ocuparem o cargo de deputadas federais. É a primeira vez na história do Brasil que duas mulheres transexuais passam a ocupar o Congresso Nacional, promovendo a representatividade da comunidade travesti e transexual no centro político do país, que ainda é predominantemente ocupado por homens. Segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral²⁰, enquanto as mulheres conquistaram 91 cadeiras no Congresso Nacional, 422 ainda são ocupadas por homens, em sua maioria autodeclarados brancos, casados e que cursaram o ensino superior.

O Ministério dos Direitos Humanos foi restabelecido, com a criação da Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos das Pessoas

²⁰ Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2022/eleicao-em-numeros/noticia/2022/10/05/perfil-medio-do-deputado-federal-eleito-e-homem-branco-casado-e-com-ensino-superior.ghtml>. Acesso em: 20 fev. 2024.

LGBTQIA+, sob a liderança de Symmy Larrat, a primeira travesti a ocupar o cargo de Secretária Nacional.

Também foi recriado o Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Queers, Intersexos, Assexuais e Outras (CNLGBTQIA+), por meio do Decreto nº 11.471²¹. Essas ações sinalizam para o diálogo e o compromisso entre o Estado e a comunidade LGBTQIAPN+.

As recomendações firmadas no Relatório da Comissão Nacional da Verdade foram retomadas pelo Governo Lula. O Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania publicou a Portaria Ministerial nº 366²², pela qual criou um Grupo de Trabalho para esclarecer os crimes e violações cometidos contra as pessoas LGBTQIAPN+ durante a ditadura militar brasileira.

Em 2024, no dia 28 de janeiro, aconteceu na Esplanada dos Ministérios, em Brasília, a primeira edição da Marsha Trans Brasil. O evento, organizado pela ANTRA em homenagem aos 20 anos do Dia da Visibilidade Trans, ocorreu em um momento necessário à discussão dos direitos da comunidade travesti e transexual, já que no ano anterior, foram registradas 145 mortes de pessoas trans. O nome “marsha”, grafado dessa forma, é uma referência à Marsha P. Johson, militante da causa LGBTQIAPN+, segundo explicação²³ da ANTRA.

No mesmo ano, em 3 de março, aconteceu a 1ª Marcha Transmasculina do Brasil, que reuniu aproximadamente 10 mil pessoas na Avenida Paulista, em São Paulo. O evento foi organizado pelo IBRAT e teve como objetivo principal dar visibilidade às demandas de homens transgênero e pessoas transmasculinas.

Esse breve histórico buscou trazer à luz, de modo muito simples, uma linha do tempo em que pudéssemos visualizar o processo de construção, desconstrução e reconstrução da pauta LGBTQIAPN+ no Brasil, desde a ditadura militar até os dias atuais. Seria audacioso pensar que algo dessa magnitude pudesse caber nos limites de uma tese, até porque é um processo inacabado e em permanente evolução. No

²¹ Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/d11471.htm. Acesso em: 02 set. 2023

²² Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/portarias/portaria-no-366-de-22-de-junho-de-2023>. Acesso em: 02 set. 2023.

²³ Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2024/01/28/marsha-trans-do-brasil-primeira-edicao-acontece-na-esplanada-dos-ministerios-em-brasilia-veja-fotos.ghtml>. Acesso em: 02 fev. 2024.

tópico a seguir, pretendemos discutir mais de perto as legislações e programas que constituíram as políticas voltadas à diversidade sexual e de gênero.

1.2 Políticas públicas e lutas pela diversidade sexual e de gênero

A luta pela garantia de direitos das pessoas que se identificam com padrões sociais marcados pela diversidade sexual e de gênero, sejam lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, *queer*, intersexuais, assexuais, pansexuais, entre outros, tem se materializado no mundo como um movimento histórico, por meio do fortalecimento de ações que objetivam a promoção da igualdade, do papel social e da identidade de gênero, bem como o respeito à orientação sexual e o enfrentamento de condutas e práticas sexistas respaldado em políticas públicas advindas de ações governamentais.

A sociedade civil brasileira passou por significativas mudanças com o advento da globalização, no que concerne à promoção de direitos e conquistas de liberdades. Sob essa perspectiva, Rosa (2015) afirma que nos períodos mais recentes, tem-se vivenciado uma crescente mobilização social, seja pela demanda civil por uma sociedade mais igualitária, ou pelas pressões que organismos internacionais realizam no sentido de possibilitar a camadas populacionais historicamente excluídas uma maior inserção em seu meio social.

É necessário um olhar mais amplo para a nossa história, pela qual a humanidade vivenciou eventos que levaram à evolução de regras morais e dilemas éticos, a concepção de direitos e deveres, bem como de um conjunto de normas e valores da vida em sociedade que emergem de um senso de justiça.

Neste sentido, foi ao longo do processo ontológico de humanização dos seres humanos que tiveram início as lutas pela garantia e efetivação de direitos, motivadas por resistência às arbitrariedades de diferentes governos e pelas necessidades de cada contexto histórico e, portanto, a ideia de direitos nunca foi algo pronto e acabado. Para Norberto Bobbio (1992), os direitos humanos nascem em determinadas circunstâncias, caracterizados por lutas em defesa da garantia de novas liberdades, de modo sucessivo.

Para muitos historiadores, a primeira ideia daquilo que hoje consideramos por direitos humanos remonta ao século VI a.C. Segundo aponta Guimarães (2010), o rei Ciro, da Pérsia, após conquistar a Babilônia em 539 a.C., libertou todos os

escravizados e anunciou o direito à liberdade religiosa para todas as pessoas, independentemente de sua origem.

O *Cilindro de Ciro*, de 539 a. C., é considerado para muitos historiadores o primeiro tratado de Direitos do Homem. O texto escrito pelo rei da Pérsia e gravado em um cilindro de barro após a conquista da Babilônia, presume-se que seja representativo da tradição mesopotâmica de valorização do rei justo. O caráter humanitário desse documento está evidenciado no decreto que o rei Ciro II autoriza os exilados a voltarem às suas terras de origem (Guimarães, 2010, p.97)

Avançando no tempo, grande parte daquilo que conhecemos por direitos humanos têm sua origem na Declaração da Independência dos Estados Unidos (1776) e na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789), a partir da Revolução Francesa, documentos que citam como princípios a liberdade e a igualdade entre os seres humanos, mas que na prática tiveram mais o propósito de retirar o poder do clero e da nobreza do que promover a defesa das pessoas vulneráveis, incluindo os pobres e menos favorecidos em relação aos mais ricos.

Importante destacar que a resposta à Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão veio em 1791, com a Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã, publicada por Olympe de Gouges²⁴, por entender que aquele documento não contemplava as mulheres. Segundo Rocha et al. (2020), seu pioneirismo e posição política provocaram a revolta dos próprios líderes da Revolução Francesa, levando à sua execução na guilhotina em 1793.

Embora os motivos de sua execução se devam à proposta em panfleto de uma monarquia moderada, a justificativa do seu denunciador, o promotor Chaumette, foi a de que deveria ser condenada por ter esquecido as virtudes do seu sexo, o que demonstra que a igualdade, lema da Revolução, não era tão universal quanto se promulgava (Rocha et al, 2020, p.183).

O século seguinte foi marcado profundamente pelo Imperialismo, com o avanço territorial, econômico e cultural dos países industrializados, em sua maioria do continente europeu, sobre boa parte do planeta, em especial África, Ásia e Oceania. Conforme aponta Hobsbawm (2014), essa versão moderna de

²⁴ Olympe de Gouges, pseudônimo de Marie Gouze (1748-1793) foi uma escritora, abolicionista, sufragista e feminista francesa. Sua fama se deve à Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã (1791), um fervoroso apelo pela emancipação feminina no período da Revolução Francesa (Rocha et al., 2020).

colonização, motivada principalmente pelo desenvolvimento do capitalismo e pela busca de novas fontes de matéria-prima e mercados consumidores para as nações industrializadas, justificou um conjunto de políticas que, na prática, levaram à dominação de países considerados menos desenvolvidos.

Para Hobsbawm (2014), a Revolução Industrial e o surgimento de economias globais foram elementos propulsores para a dominação de novos territórios. Essa ocupação foi justificada como um movimento civilizatório, por meio do qual os países desenvolvidos levariam um modo de vida idealmente civilizado para locais atrasados e selvagens.

Segundo Silvério (2013), as justificativas utilizadas pelas nações imperialistas, baseadas na xenofobia e em ideais racistas da superioridade natural do homem branco, encobriam a exploração econômica dos locais dominados.

As consequências do Imperialismo, não somente para os territórios subjugados, mas para a humanidade, foram desastrosas. Além da exploração econômica, acompanhada pelo domínio violento desses povos, incluindo a criação de fronteiras artificiais, aumento da pobreza, acirramento de conflitos internos e total desrespeito à história, aos costumes e à cultura de cada grupo social, a corrida por novos territórios ampliou o sentimento de rivalidade entre os países europeus, sendo um dos fatores que desencadeou a Primeira Guerra Mundial (1914 a 1918).

Assim, a primeira metade do século XX, denominada por Hobsbawm (1995) com a era das catástrofes, foi marcada por duas grandes guerras mundiais²⁵ e, entre elas, uma crise econômica, eventos que deixaram um cenário de devastação e determinaram os rumos da história e da geopolítica internacional.

A Segunda Guerra Mundial (1939 a 1945) foi um marco para que os direitos humanos fossem vistos sob o prisma da dignidade da pessoa humana. Diante das violações cometidas aos seres humanos durante o Regime do Terceiro Reich, com o genocídio de milhões de pessoas, dentre as quais judeus, crianças, negros, mulheres, homossexuais, idosos, pessoas com deficiência e camponeses, dentre outras minorias, a humanidade passou a buscar um consenso universal de que todos têm direito a ter direitos, que devem ser respeitados.

É nesse cenário que se desenha o esforço de reconstrução dos direitos humanos, como paradigma e referencial ético a orientar a

²⁵ Primeira Guerra Mundial (1914 a 1919) e Segunda Guerra Mundial (1939 a 1945).

ordem internacional contemporânea. Ao cristalizar a lógica da barbárie, da destruição da descartabilidade da pessoa humana, a Segunda Guerra Mundial simbolizou a ruptura com relação aos direitos humanos, significando o pós-Guerra a esperança de reconstrução desses mesmos direitos (Piovesan, 2008, p.4).

Os homossexuais foram perseguidos violentamente pelo totalitarismo do regime nazista, sendo acusados de ameaçar a evolução populacional da Alemanha. Uma das formas de barbárie foi a castração química realizada em campos de concentração, de modo experimental. Para Siqueira e Machado (2018), o nazismo encerrou a vida de aproximadamente 15 mil homossexuais, sendo este o primeiro grande crime contra a diversidade sexual que se tem registro.

Como o fim da Segunda Guerra Mundial, foi estabelecido um tribunal em Nuremberg, na Alemanha, entre os anos de 1945 e 1946, para julgar os crimes cometidos pelo nazismo durante a guerra, considerando-os crimes contra a humanidade.

Neste sentido, foi estabelecida em 1945 a Organização das Nações Unidas (ONU), com o objetivo de promover a cooperação internacional para manutenção da paz mundial, bem como resgatar os direitos humanos e valores universais. Foi nesse contexto que um comitê internacional, sob a liderança de Anna Eleanor Roosevelt²⁶, elaborou um conjunto de diretrizes que pudesse ser aplicado a todas as pessoas, na esperança de que nenhum ser humano fosse submetido a quaisquer formas de sofrimento, violação e desrespeito. Assim, teve origem a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que foi um ponto de inflexão na história da luta pela garantia de direitos.

O documento, aprovado em 10 de dezembro de 1948 pela maioria dos países signatários da ONU, foi construído como uma norma comum a todas as nações. Ao afirmar que “[...] todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos [...]” (Organização das Nações Unidas, 1948, art.1º), ela estabelece pela primeira vez, ao longo de seus trinta artigos, a proteção universal dos direitos humanos. Para Siqueira e Machado (2018, p.169):

Em 1948, a Declaração Universal dos Direitos do Homem trouxe uma visão contemporânea da universalidade e indivisibilidade dos direitos

²⁶ Anna Eleanor Roosevelt (1884-1962), foi uma ativista pelos direitos humanos; primeira-dama dos Estados Unidos de 1933 a 1945; diplomata e embaixadora dos Estados Unidos na ONU de 1945 a 1952.

humanos. Assim, o requisito para ser titular desses direitos é a condição de ser pessoa, de ser humano, sendo garantidos esses direitos para todos os indivíduos, sem distinção de raça, cor, orientação sexual, religião, língua, nacionalidade ou qualquer outra forma. Os direitos humanos visam à proteção das pessoas contra ações que interferem em suas liberdades ou violem sua dignidade humana.

Por esse prisma, podemos afirmar que direitos humanos são direitos de todas as pessoas, sem nenhuma distinção de raça, cor, orientação sexual, religião, língua, nacionalidade ou outras formas de diferenças, visando a proteção dos indivíduos contra ações que venha a interferir em suas liberdades ou violem sua dignidade.

O documento, que teve adesão inicial de cinquenta países, incluindo o Brasil, contou com amplo apoio das nações que, mais que preocupadas em gerir uma sociedade necessitada de proteção social, era uma sociedade que necessitava garantir direitos individuais igualitários, uma vez que antes de 1948, não se tinha estabelecido de forma detalhada e universal os direitos humanos em suas peculiaridades.

Com o fim da Guerra Fria (1947-1991), período de tensão geopolítica entre Estados Unidos da América (EUA) e a extinta União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), a comunidade internacional viu-se compelida e sensibilizada a estabelecer princípios condizentes com a nova realidade do cenário mundial. Como aponta Sato (2000), o fim da Guerra Fria teve um papel importante na mudança da agenda internacional. A mudança não apareceu de modo tão evidente na composição dessa agenda, mas sim no grau de importância atribuída às diversas questões, dentre as quais estavam as garantias aos direitos humanos individuais.

Atualmente, todos os 193 países membros que compõe a ONU são signatários da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Internacionalmente, os seus reflexos foram de grande importância para todos aqueles participantes do sistema internacional, entendendo este como formado pelos Estados e pelas instituições fora de seu aparato de poder, como as organizações não governamentais e os movimentos sociais que de forma direta ou indireta, influenciaram as políticas estatais.

A comunidade internacional ganhou um relevante documento de apoio para produção de futuras políticas públicas, que além de buscar atender as demandas coletivas, procuram dinamizar a sociedade e diminuir suas desigualdades.

É relevante destacar que a ONU vem editando formas de proteção internacional contra diferentes formas de discriminação desde a sua origem, dentre as quais a Convenção sobre a eliminação de todas as formas de Discriminação Racial em 1965, a Convenção sobre eliminação de todas as formas de Discriminação contra a Mulher em 1979 e a Convenção sobre os Direitos da Criança, em 1990. Entretanto, Siqueira e Machado (2018) apontam que as temáticas ligadas à orientação sexual e identidade de gênero só ganharam visibilidade em 1994, quando o Comitê Internacional de Direitos Civis e Políticos, vinculado ao Conselho de Direitos Humanos, considerou que a legislação da Áustria violava direitos das pessoas LGBT.

Foi somente em 2011 que a Resolução denominada “Diretos Humanos, Orientação Sexual e Identidade de Gênero”, apresentada pelo Brasil e África do Sul, foi editada pelo Conselho de Direitos Humanos, sendo a primeira vez que a ONU aprova uma resolução em defesa dos direitos das pessoas LGBT. Neste documento, destacam-se como principais ações a solicitação de estudos sobre legislações discriminatórias e atos praticados com motivação homofóbica, o que segundo Siqueira e Machado (2018), possibilitará vislumbrar a utilidade das leis internacionais de direitos humanos para o fim destas formas de violência.

1.2.1 Direitos Humanos no Brasil: a Constituição Federal de 1988

A Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada durante o mandato presidencial de José Sarney em 05 de outubro de 1988, é a sétima²⁷ Constituição adotada no país, tendo como um de seus fundamentos ampliar a liberdade e os direitos a todos os cidadãos. O texto foi construído ao longo de 20 meses, durante os trabalhos da Assembleia Constituinte empossada em 1987, presidida pelo Deputado Ulysses Silveira Guimarães.

Composta por 250 artigos distribuídos ao longo de nove títulos, a Constituição Federal de 1988 trata de normas essenciais como direitos fundamentais, estrutura do Estado, competências de cada ente da Federação, além

²⁷ Desde a independência do Brasil em 1822, foram editadas sete Constituições, a saber: 1824 (Brasil Império); 1891 (Primeira República); 1934 (Segunda República); 1937 (Estado Novo); 1946 (República de 1946); 1967 (Ditadura Militar); 1988 (Nova República).

de regras de cunho formal relativas à organização básica do Estado. Esse documento está estruturado na seguinte ordem, ilustrada no quadro 02:

Quadro 02 – Estrutura da Constituição Federal de 1988

Título	Objetivo
I Princípios Fundamentais (artigos 1º ao 4º)	Fundamentos que constituem a República Federativa do Brasil.
II Direitos e Garantias Fundamentais (artigos 5º a 17)	Classificação dos direitos e garantias em cinco grupos básicos: Direitos e Deveres Individuais e Coletivos; Direitos Sociais; Nacionalidade; Direitos Políticos; e Partidos Políticos.
III Organização do Estado (artigos 18 a 43)	Organização político-administrativa e as atribuições dos entes da federação: União, Estados, Distrito Federal e Municípios.
IV Organização dos Poderes (artigos 44 a 135)	Atribuições de cada um dos poderes e define os processos legislativos, incluindo as emendas constitucionais.
V Defesa do Estado e das Instituições Democráticas (artigos 136 a 144)	Questões relativas à Segurança Nacional, regulamentando a intervenção do Governo Federal.
VI Tributação e Orçamento (artigos 145 a 169)	Limitações tributárias do poder público, organizando e detalhando o sistema tributário.
VII Ordem Econômica e Financeira (artigos 170 a 192)	Regulamenta a atividade econômica e financeira e o sistema financeiro nacional.
VIII Ordem Social (artigos 193 a 232)	Discorre sobre o bom convívio e desenvolvimento social do cidadão, bem como, sobre os deveres do Estado, como: Saúde, Educação, Cultura e Esporte; Ciência e Tecnologia; Comunicação social; Meio ambiente; Família e populações indígenas.
IX Disposições Constitucionais Gerais (artigos 233 a 250)	Aborda temáticas variadas não inseridas em outros títulos por se referir a assuntos mais específicos.

Fonte: organizado pelo autor (2024), com base na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (Brasil, 1988).

Também conhecida como Constituição Cidadã, esse documento marcou definitivamente o início do processo de redemocratização do Brasil, após 21 anos de ditadura militar. Anteriormente, o país estava sob os efeitos da Constituição de 1967,

cujo objetivo era reforçar o autoritarismo dos Atos Institucionais²⁸ decretados durante o antigo regime.

No final da década de 1970, o governo militar perdia força e uma parcela da sociedade engajava-se na luta pelo retorno da democracia, tendo como uma das reivindicações a edição de uma nova Constituição que garantisse os direitos e as liberdades dos cidadãos. Um marco desse movimento foi a Carta aos Brasileiros, um manifesto escrito majoritariamente pelo jurista e professor universitário Goffredo da Silva Telles e assinado por vários juristas e intelectuais, em que se exigia uma nova Constituição e o retorno da democracia. Em 8 de agosto de 1977, esse documento foi lido diante de aproximadamente 2 mil pessoas, concentradas no pátio externo da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, no Largo São Francisco (Goffredo, 1977).

A década de 1980 foi marcada por manifestações populares pelo retorno do voto direto, conhecidas como Diretas Já. Esse movimento surgiu em apoio à Emenda Constitucional nº 05/1983, de autoria do deputado federal Dante Martins de Oliveira, que visava alterar os artigos 74 e 148 da Constituição Federal de 1967, a fim de restaurar as eleições diretas para Presidente e Vice-Presidente da República. Segundo publicação no Jornal Folha de São Paulo em 26 de abril de 1984, mesmo diante das manifestações populares, a emenda foi rejeitada e as eleições de 1985 aconteceram de modo indireto.

A emenda Dante de Oliveira, que prevê eleições diretas já para a Presidência da República, foi rejeitada esta madrugada pela Câmara dos Deputados, embora tivesse recebido a maioria dos votos a favor (298 a 65), insuficiente, entretanto, para se atingir o quórum de dois terços exigido para alterações da Constituição. Faltam 22 votos. [...]. Outro fator de tensão era a presença em toda a Explanada dos Ministérios, de um impressionante dispositivo policial, que restringiu o acesso ao Congresso, e cujos gramados e rampas um grupo de estudantes se manifestava alegremente, inclusive desenhando com seus próprios corpos um enorme “diretas-já” (à noite, o slogan era iluminado por tochas). Rejeitada pela Câmara, a emenda Dante de Oliveira sequer precisou passar pelo Senado (Rossi, 1984, p. 1).

²⁸ Atos Institucionais foram decretos e normas elaborados durante a ditadura militar, entre os anos de 1964 e 1969, que se colocavam acima da Constituição vigente. Foram editadas pelos Comandantes das Forças Armadas ou pelo Presidente da República, com o respaldo do Conselho de Segurança Nacional, visando garantir a permanência dos militares no poder. Ao todo, 17 atos institucionais foram decretados, com a justificativa de serem necessários ao combate à corrupção e pela manutenção da soberania nacional contra o avanço do comunismo no país. Atualmente esses atos não estão mais em vigor (Brasil, 2017).

A emenda Dante de Oliveira não atingiu o quórum mínimo de dois terços, equivalente a 320 votos. A principal razão para esse resultado foi o esvaziamento da Câmara dos Deputados, com a ausência de 113 parlamentares após pressões do governo militar. Mesmo com esse revés, as manifestações populares permaneceram, em apoio à candidatura de Tancredo Neves, filiado ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) à presidência da República e de José Sarney como Vice-Presidente.

Tancredo Neves venceu as eleições indiretas, mas não chegou a assumir o governo federal, vindo a falecer em 21 de abril de 1985. José Sarney, antigo apoiador do regime militar, assumiu o cargo de Presidente da República de um país em processo de retomada da democracia.

O Brasil, a exemplo de outros países, sofreu influência da Declaração Universal dos Direitos Humanos, onde a pauta por uma sociedade mais igualitária passou a ter mais relevância, especialmente no período da redemocratização brasileira. A Constituição Federal de 1988 iniciou um novo arcabouço jurídico-institucional no país, com ampliação das liberdades civis e os direitos e garantias individuais, concretizando um compromisso do governo brasileiro com a nova ordem global que se consolidava, pautada na responsabilidade com os direitos humanos.

Neste sentido, o estado brasileiro adotou como um de seus fundamentos o princípio da dignidade da pessoa humana (Brasil, 1988), nos termos do artigo 1º, inciso 3º, que tem como principal objetivo promover o pleno desenvolvimento do indivíduo, bem como evitar qualquer forma de degradação ou tratamento desumano.

Além do princípio da dignidade da pessoa humana, outros princípios que repudiam a discriminação e o preconceito sobre a orientação sexual, a identidade de gênero, a expressão de gênero ou as características sexuais são o princípio da não discriminação e o princípio da igualdade, este último expresso no artigo 5º da Constituição Federal de 1988, que estabelece que todas as pessoas “[...] **são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza**, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade” (Brasil, 1988, art. 5º, grifo nosso).

O princípio da não discriminação é decorrente do princípio da igualdade e estabelece que o pleno exercício dos direitos e liberdades fundamentais vincula-se a todas as pessoas, ou seja, deve existir igualdade de tratamento a todo ser humano, independentemente de nacionalidade, etnia, cor, religião, condição social, sexo,

orientação sexual, identidade de gênero, entre outras características. Ainda no artigo 5º, no inciso XLI, a Constituição Federal preceitua que “a lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais” (Brasil, 1988, art. 5º), estabelecendo, assim, a proibição da discriminação como bem jurídico a ser tutelado (Siqueira; Machado, 2018).

Importante ressaltar que a Constituição Federal de 1988 e o processo de redemocratização tem sido as bases para a emergência de um conjunto de políticas públicas que vêm se consolidando pela permanente luta política dos movimentos sociais, especialmente os movimentos negros, feministas e LGBTQIAPN+, que representam marcos históricos na luta contra o preconceito e a discriminação, abrindo o caminho para que outras ações fossem implementadas. Para Brabo (2005, p.147-148),

[...] ainda há um longo caminho a percorrer no que se refere à sociabilidade humana voltada para a tolerância, para o respeito aos direitos humanos e para o respeito às diferenças, dentre elas a de gênero. Nesse caminhar de democratização do país, também políticas educacionais foram implementadas coerentes com os princípios constitucionais da democracia, contudo, embora algumas mudanças possam ser constatadas, o cotidiano continua marcado pelo individualismo, pela violência, pela intolerância e pelo desrespeito aos direitos de todos (Brabo, 2005, p. 147-148).

A partir da Constituição Federal de 1988 e das lutas de movimentos sociais, o país vislumbrou algumas conquistas, dentre as quais destacamos o Programa Nacional de Direitos Humanos, as Diretrizes Nacionais para Educação em Direitos Humanos, o Plano Nacional de Políticas para as Mulher, o Programa Brasil sem Homofobia e o Plano Nacional de Educação.

A maior articulação do Movimento LGBT no período pós década de 1980 e a crescente demanda por parte do movimento para que o poder público desse uma resposta frente as necessidades dessa população são um dos fatores responsáveis pela elaboração das políticas públicas que mais tarde surgiriam como articulação entre governo brasileiro e sociedade civil.

1.2.2 Programa Nacional de Direitos Humanos

O Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH) é um documento norteador que visa a ampliação da promoção dos Direitos Humanos no Brasil. Não possui força vinculante em si pois não é uma lei, mas um decreto presidencial (Carvalho Ramos, 2018).

É composto por eixos que tratam de direitos universais como saúde, educação, desenvolvimento social, agricultura, meio ambiente, segurança pública, acesso à justiça e à informação, além de outros temas de responsabilidade do Estado (Brasil, 2009).

Inspirado na Declaração e Programa de Ação da Conferência Mundial sobre os Direitos Humanos de Viena, na Áustria, em 1993, o PNDH possui três versões, editadas em diferentes contextos políticos, sendo a primeira versão em 1996, a segunda em 2002 e a terceira, em 2009.

O **PNDH 1**, editado em 1996, durante o primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso, pelo Decreto nº 1.904/1996, tinha como objetivo realizar o levantamento sobre o cumprimento dos direitos humanos no Brasil. O documento dava ênfase nos direitos civis²⁹ e as ações visavam acompanhar se esses direitos estavam sendo respeitados, avaliar situações de descumprimento e desenvolver medidas para aprimoramento da legislação brasileira.

O **PNDH 2** sobreveio em 2002, último ano do segundo governo de Fernando Henrique Cardoso, pelo Decreto nº 4.229/2002. Essa versão do documento ampliou seu foco para os direitos sociais, tratados no artigo 6º da Constituição Federal de 1988 como direitos humanos que abarcam “[...] a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (Brasil, 1988, s/p).

A partir do PNDH 2, as discussões sobre direitos humanos no Brasil foram aprofundadas pela vertente dos direitos sociais, pela necessidade de reduzir as desigualdades e minimizar o abismo social, que é histórico no Brasil. O documento começou a discutir temas sensíveis de grupos vulneráveis, como raça, etnia e orientação sexual.

²⁹ No Brasil, os direitos civis são definidos pelo artigo 5º da Constituição Federal de 1988.

Já o **PNDH 3** foi publicado em 2009, pelo Decreto nº 7.037/2009, durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Em 2010, foi publicada uma edição revista e atualizada.

Essa versão do PNDH estrutura-se em um conjunto de 25 diretrizes, 82 objetivos estratégicos e 521 ações programáticas, distribuídas em seis eixos orientadores, a saber: 1) Interação democrática entre Estado e Sociedade Civil; 2) Desenvolvimento e Direitos Humanos; 3) Universalizar direitos em um contexto de desigualdade; 4) Segurança pública, acesso à justiça e combate à violência; 5) Educação e cultura em direitos humanos; 6) Direito à memória e à verdade. Essa estrutura conferiu ao PNDH 3 objetivos mais concretos em relação às versões anteriores, representando um avanço em prol da sociedade brasileira ao trazer temas sensíveis e polêmicos à discussão, como os direitos das mulheres, a descriminalização do aborto, a laicização do Estado, a responsabilidade social dos meios de comunicação e a repressão política durante a ditadura militar.

No eixo “Universalizar direitos em um contexto de desigualdades”, um dos objetivos estratégicos aponta para a garantia do respeito à orientação sexual e identidade de gênero. Dentre outras propostas, é apresentada a ação pragmática de desenvolver meios para garantir o uso do nome social de travestis e transexuais.

Foi justamente em razão dos temas mais polêmicos que houve reação de grupos conservadores, o que motivou o governo a editar o Decreto 7.177/2010, que trouxe mudanças ao PNDH 3. Para Carvalho Ramos (2018), o objetivo era garantir o aprimoramento dos direitos humanos, sem correr o risco de reações desses grupos.

1.2.3 Diretrizes Nacionais para Educação em Direitos Humanos

As Diretrizes Nacionais para Educação em Direitos Humanos (DNEDH) foram estabelecidas pela Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012, pelo Conselho Nacional de Educação (CNE). Tem como objetivo orientar as redes e sistemas de ensino sobre a efetivação de “práticas educativas fundadas nos Direitos Humanos e em seus processos de promoção, proteção, defesa e aplicação na vida cotidiana e cidadã de sujeitos de direitos e de responsabilidades individuais e coletivas” (Brasil, 2012, art. 2º). Essas práticas compõem diretrizes que devem se estender a todos os participantes do processo escolar.

Segundo expresso na Resolução “a Educação em Direitos Humanos tem como objetivo central a formação para a vida e para a convivência, no exercício cotidiano dos Direitos Humanos como forma de vida e de organização social, política, econômica e cultural nos níveis regionais, nacional e planetário” (Brasil, 2012, art. 5º).

As DNEDH se fundamentam a partir de 7 princípios, estabelecidos no artigo 3º da Resolução CNE nº 1/2012, que são: a) a dignidade humana; b) a igualdade de direitos; c) o reconhecimento e a valorização das diferenças e das diversidades; d) a laicidade do Estado; e) a democracia na educação; f) a transversalidade, a vivência e a globalidade; g) a sustentabilidade socioambiental. Já o artigo 4º da mesma resolução estabelece as dimensões do processo orientador da formação integral dos sujeitos de direitos, a saber: I - apreensão de conhecimentos historicamente construídos sobre direitos humanos e a sua relação com os contextos internacional, nacional e local; II - afirmação de valores, atitudes e práticas sociais que expressem a cultura dos direitos humanos em todos os espaços da sociedade; III - formação de uma consciência cidadã capaz de se fazer presente em níveis cognitivo, social, cultural e político; IV - desenvolvimento de processos metodológicos participativos e de construção coletiva, utilizando linguagens e materiais didáticos contextualizados; V - fortalecimento de práticas individuais e sociais que gerem ações e instrumentos em favor da promoção, da proteção e da defesa dos direitos humanos, bem como da reparação das diferentes formas de violação de direitos.

1.2.4 Plano Nacional de Políticas para as Mulheres

A luta das mulheres pelo reconhecimento de seus direitos e contra todas as formas de opressão e discriminação não é algo recente. Sob esse ponto de vista, Freire (2007, p. 9) afirma que “o Brasil é signatário de todos os acordos internacionais que asseguram de forma direta ou indireta os Direitos Humanos das Mulheres, bem como a eliminação de todas as formas de discriminação e violência baseadas no gênero”.

No Brasil, esse movimento histórico teve um significativo avanço com o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), que pode ser definido como um conjunto de metas e ações com objetivo de orientar o desenvolvimento de políticas públicas voltadas às mulheres, reconhecendo questões que perpassam

pelo conceito de cidadania e de gênero. Assim, reconhece o papel decisivo do Estado no enfrentamento das desigualdades históricas entre mulheres e homens.

Esse documento, que norteia as políticas para as mulheres nas esferas estaduais e municipais, foi proposto pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, criada pelo governo federal no ano de 2003. Sua construção se deu a partir dos resultados da I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, realizada em Brasília, no ano de 2004, com a participação direta de aproximadamente 2.500 pessoas.

As diretrizes que nortearam a elaboração das políticas para mulheres partiram de discussões sobre os seguintes eixos temáticos: 1) Enfrentamento da pobreza: geração de renda, trabalho, acesso ao crédito e à terra; 2) Superação da violência contra a mulher: prevenção, assistência e enfrentamento; 3) Promoção do bem-estar e qualidade de vida para as mulheres: saúde, moradia, infraestrutura, equipamentos sociais e recursos naturais; 4) Efetivação dos direitos humanos das mulheres: civis, políticos, sexuais e reprodutivos; 5) Desenvolvimento de políticas de educação, cultura, comunicação e produção do conhecimento para a igualdade.

Neste sentido, o PNPM:

[...] expressa o reconhecimento do papel do Estado como promotor e articulador de ações políticas que garantam um Estado de Direito, e o entendimento de que cabe a ele, e aos governos que o representam, garantir políticas públicas que alterem as desigualdades sociais existentes em nosso país. Expressa ainda o reconhecimento de que a construção destas políticas deve ser feita em permanente diálogo com a sociedade e as organizações que a representam (Brasil, 2004).

De acordo com Bertollo e Schwengber (2017), o plano teve três edições sendo a primeira versão editada em 2004, a segunda em 2007 e a terceira em 2013. Estes documentos focam as atenções para as condições sociais das mulheres no contexto brasileiro.

O Plano Nacional de Políticas para as Mulheres III (2013-2015) pauta-se nos seguintes princípios: I) Autonomia, igualdade no mundo do trabalho e cidadania; II) Educação inclusiva e não sexista; III) Saúde das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos; IV) Enfrentamento à violência contra as mulheres; V) Fortalecimento e participação das mulheres nos espaços de poder e decisão; VI) Desenvolvimento sustentável com igualdade econômica e social; VII) Direito à terra com igualdade

para as mulheres do campo e da floresta; VIII) Cultura, esporte, comunicação e mídia; IX) Enfrentamento do racismo, sexismo e lesbofobia; X) Igualdade para as mulheres jovens, idosas e mulheres com deficiência.

1.2.5 Programa Brasil sem Homofobia

O Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra Gays, Lésbicas, Transgêneros e Bissexuais (GLTB) e de Promoção da Cidadania de Homossexuais, ou simplesmente Programa Brasil sem Homofobia, foi criado em 2004, por meio da Secretaria Especial de Direitos Humanos, com o objetivo de buscar o reconhecimento e a reparação da cidadania da população LGBTQIAPN+.

O programa foi resultado de uma articulação entre representantes de entidades nacionais e estaduais do movimento LGBT e o Governo Federal. Segundo Saraiva (2017, p.89):

O BSH é o marco brasileiro da inclusão na perspectiva de não discriminação por orientação sexual e identidade de gênero e de promoção dos direitos humanos de pessoas LGBT como pauta das políticas públicas e estratégias do governo a serem implantadas transversalmente (parcial ou integralmente) por seus diferentes Ministérios e Secretarias (Saraiva, 2017, p.89).

O BSH apresenta como seu principal objetivo promover a cidadania de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais a partir da equiparação de direitos e do combate à violência e à discriminação. Os princípios que o norteiam são:

A inclusão da perspectiva da não discriminação por orientação sexual e de promoção dos direitos humanos de gays, lésbicas, transgêneros e bissexuais, nas políticas públicas e estratégias do Governo Federal, a serem implantadas (parcial ou integralmente) por seus diferentes Ministérios e Secretarias;

A produção de conhecimento para subsidiar a elaboração, implantação e avaliação das políticas públicas voltadas para o combate à violência e à discriminação por orientação sexual, garantindo que o Governo Brasileiro inclua o recorte de orientação sexual e o segmento LGBT em pesquisas nacionais a serem realizadas por instâncias governamentais da administração pública direta e indireta;

A reafirmação de que a defesa, a garantia e a promoção dos direitos humanos incluem o combate a todas as formas de discriminação e de violência e que, portanto, o combate à homofobia e a promoção

dos direitos humanos de homossexuais é um compromisso do Estado e de toda a sociedade brasileira. (Brasil, 2004, p. 12-13).

O programa compreende uma parcela relevante da sociedade brasileira que possui menos direitos em razão do preconceito e da discriminação à orientação sexual e identidade de gênero, além de raça, etnia, gênero, idade, deficiência física, credo religioso ou opinião política (Brasil, 2004). O programa fazia parte do Plano Plurianual 2004-2007 do Governo Federal, onde um dos pontos se referia à promoção dos direitos humanos de homossexuais.

O Plano Plurianual – PPA 2004-2007 definiu, no âmbito do Programa Direitos Humanos, Direitos de Todos, a ação denominada Elaboração do Plano de Combate à Discriminação contra Homossexuais. Com vistas em efetivar este compromisso, a Secretaria Especial de Direitos Humanos lança o Brasil sem Homofobia – Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLBT e de Promoção da Cidadania Homossexual, com o objetivo de promover a cidadania de gays, lésbicas, travestis, transgêneros e bissexuais, a partir da equiparação de direitos e do combate à violência e à discriminação homofóbicas, respeitando a especificidade de cada um desses grupos populacionais (Brasil, 2004, p.11).

O grande diferencial do programa é atuar na busca pela equiparação de direitos e do combate a todas as formas de violência e discriminação homofóbicas, indo além da esfera de prevenção à epidemia de HIV/Aids e apoio às suas vítimas, como ocorriam desde a década de 1980 (MELLO; AVELAR; MAROJA, 2012).

Segundo o documento (Brasil, 2004), destacam-se como ações mais relevantes, a partir das especificidades de cada grupo populacional: o apoio a projetos de fortalecimento de instituições públicas e não governamentais que atuam na promoção da cidadania homossexual e/ou no combate à homofobia; a capacitação de profissionais e representantes do movimento homossexual que atuam na defesa de direitos humanos; a disseminação de informações sobre direitos, de promoção da autoestima homossexual; e o incentivo à denúncia de violações dos direitos humanos do segmento GLBT.

Cabe ressaltar, ainda, que a partir dessas ações, o programa aponta como princípios: a inclusão da perspectiva da não discriminação por orientação sexual e de promoção dos direitos humanos por seus diferentes Ministérios e Secretarias; a produção de conhecimento para subsidiar a elaboração, implantação e avaliação

das políticas públicas; a reafirmação de que a defesa, a garantia e a promoção dos direitos humanos incluem o combate a todas as formas de discriminação e de violência e deve ser um compromisso do Estado Brasileiro e de toda a sociedade (Brasil, 2004).

Neste sentido, o Programa Brasil sem Homofobia se materializa em 53 ações, que estão distribuídas em 11 eixos direcionados, a saber: I - Articulação da Política de Promoção dos Direitos de Homossexuais; II - Legislação e Justiça; III - Cooperação Internacional; IV - Direito à Segurança; V - Direito à educação; VI - Direito à saúde; VII - Direito ao trabalho; VIII - Direito à cultura; IX - Política para Juventude; X - Política para mulheres; XI - Política contra o racismo e homofobia.

Diante da nova agenda governamental, com maior diálogo seja com movimentos sociais, seja com a sociedade civil brasileira, o PBSH demonstra preocupação do Estado brasileiro em garantir os direitos humanos de sua população, especialmente os LGBT. Apesar do pioneirismo do Brasil em criar programas como este no contexto sul-americano, a violência contra essa parcela populacional ainda é preocupante.

É importante destacar que uma das ações do PBSH foi a criação do Projeto “Escola sem Homofobia”, em 2007, por iniciativa de organizações da sociedade civil (ECOS Comunicação em Sexualidade, Pathfinder Brasil, Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis ABGLT e Reprolatina) em convênio com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). O principal objetivo desse projeto era promover a inclusão e o respeito à diversidade em escolas de Ensino Médio.

O projeto “Escola sem Homofobia” foi desenvolvido com recursos da Emenda Parlamentar nº 50340005, da Comissão de Participação Legislativa da Câmara dos Deputados, a partir de uma pesquisa³⁰ sobre como a diversidade é tratada nas escolas em 11 capitais e produziu um material didático para ensinar sobre diversidade, preconceito e homofobia. Infelizmente esse conteúdo nunca chegou às escolas, sendo vedado na gestão de Dilma Rousseff, por pressão de grupos conservadores da sociedade civil e do Congresso Nacional, que apelidaram o material pejorativamente como “kit gay”.

³⁰ O relatório com os resultados da pesquisa está disponível em: http://www.reprolatina.institucional.ws/site/respositorio/materiais_apoio/textos_de_apoio/Projeto_Escola_sem_Homofobia.pdf. Acesso em: 18 jun. 2024.

1.2.6 Os Princípios de Yogyakarta

A proteção a grupos vulneráveis ganhou força no decorrer do século XX, principalmente com o fim da Segunda Guerra Mundial (1939 a 1945) e de um legado de atrocidades herdado do regime nazista. No entanto, é somente no início do século XXI que emerge uma preocupação crescente com a comunidade LGBTQIAPN+, historicamente fragilizada e que, portanto, necessita de ações para afirmação de seus direitos.

Neste sentido, um significativo avanço veio com os Princípios de Yogyakarta, publicados em 2007 pela Comissão Internacional de Juristas e pelo Serviço Internacional de Direitos Humanos, em Genebra. Esse documento tem como foco que os direitos fundamentais se aplicam a todas as pessoas e, portanto, também devem se estender aos LGBTQIAPN+.

Os Princípios de Yogyakarta tratam de um amplo espectro de normas de direitos humanos e de sua aplicação a questões de orientação sexual e identidade de gênero. Os Princípios afirmam a obrigação primária dos Estados de implementarem os direitos humanos. Cada princípio é acompanhado de detalhadas recomendações aos Estados. No entanto, os especialistas também enfatizam que muitos outros atores têm responsabilidades na promoção e proteção dos direitos humanos. São feitas recomendações adicionais a esses outros atores, que incluem o sistema de direitos humanos das Nações Unidas, instituições nacionais de direitos humanos, mídia, organizações não-governamentais e financiadores (Princípios, 2007, p.7).

Os Princípios de Yogyakarta foram construídos conjuntamente por 29 especialistas³¹, originários de 25 diferentes países, além de Organizações Não Governamentais, que levantaram o cenário de violação de direitos humanos de pessoas LGBTQIAPN+, além de investigar a aplicação dos dispositivos legais para garantia de direitos humanos aos casos específicos e o compromisso dos Estados em relação à efetiva implementação de cada um destes direitos (O’Flaherty; Fischer, 2008 *apud* Alamino; Del Vecchio, 2018, p. 648). O documento foi firmado em novembro de 2006, na Universidade de Gadjah Mada, em Yogyakarta, na Indonésia, motivo pelo qual recebeu esse nome.

³¹ Uma das especialistas é a brasileira Sonia Onufer Corrêa, co-presidenta do grupo; pesquisadora associada da Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS (Abia); co-coordenadora do Observatório de Sexualidade e Política.

Encaminhados à Organização das Nações Unidas, esses princípios tratam de um amplo espectro de normas de direitos humanos e de sua aplicação a questões de orientação sexual e identidade de gênero. Segundo O’Flaherty e Fischer (2008) *apud* Alamino e Del Vecchio (2018), o objetivo dos Princípios de Yogyakarta não é estabelecer novos direitos às pessoas LGBTQIAPN+, mas explicitar que os direitos humanos previstos nos principais tratados internacionais³² também se estendem a essa comunidade e que os países têm obrigações que devem ser cumpridas para garantia desses direitos.

Neste sentido, os princípios não garantem a efetivação de quaisquer direitos nas comunidades políticas específicas, porém subsidiam jurisprudências, identificam relações identitárias baseadas nas hierarquias sexuais e elaboram novas lógicas do empoderamento de identidades sexuais, afirmando a obrigação primária dos Estados na implementação dos direitos humanos.

O documento publicado em 2007 conta com 29 princípios, os quais buscaram abranger a todas as esferas de reconhecimento de direitos. Para melhor compreensão da abrangência desses princípios, O’Flaherty e Fischer (2008) *apud* Alamino e Del Vecchio (2018), organizaram os princípios em grupos temáticos, conforme ilustrado no quadro 01, que apontam para a universalidade dos direitos humanos, os direitos e liberdades fundamentais, a não discriminação, a liberdade de expressão, o direito à migração e ao asilo, o direito à participação e, por fim, a promoção de direitos humanos.

Quadro 03 – Princípios de Yogyakarta (2007)

Princípio	Síntese
1. Direito ao gozo universal dos direitos humanos	Reconhecem a universalidade dos direitos humanos e sua aplicabilidade a todas as pessoas, bem como o direito ao reconhecimento de todas as pessoas como seres humanos perante a lei, independentemente de orientação sexual ou identidade de gênero.
2. Direito à igualdade e a não-discriminação	
3. Direito ao reconhecimento perante a lei	
4. Direito à vida	Reconhecem os direitos fundamentais à vida, a não sofrer violência e tortura, à privacidade, ao acesso à justiça e de não sofrer privação arbitrária de liberdade.
5. Direito à segurança pessoal	

³² Dentre os principais tratados internacionais, podemos citar: Declaração Internacional dos Direitos Humanos (1948); Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos (1966); Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966) etc..

Princípio	Síntese
6. Direito à privacidade	
7. Direito de não sofrer privação arbitrária da liberdade	
8. Direito a um julgamento justo	
9. Direito a tratamento humano durante a detenção	
10. Direito de não sofrer tortura e tratamento ou castigo cruel, desumano e degradante	
11. Direito à proteção contra todas as formas de exploração, venda ou tráfico de seres humanos	
12. Direito ao trabalho	Reconhecem os direitos econômicos, sociais e culturais a todas as pessoas, independentemente da orientação sexual, identidade de gênero, expressão de gênero ou características sexuais. Esses direitos incluem: emprego; moradia; seguridade social; educação; saúde sexual e reprodutiva (incluindo o direito ao consentimento informado e à terapia de redesignação sexual).
13. Direito à seguridade social e outras medidas de proteção social	
14. Direito a um padrão de vida adequado	
15. Direito à habitação adequada	
16. Direito à educação	
17. Direito ao padrão mais alto alcançável de saúde	
18. Proteção contra abusos médicos	
19. Direito à liberdade de opinião e expressão	Reconhecem os direitos à livre expressão, opinião e associação, a todas as pessoas, independentemente da orientação sexual, identidade de gênero, expressão de gênero ou características sexuais, sem interferência do Estado. Inclui-se aqui o direito de participar pacificamente de assembleias e eventos públicos e associar-se a qualquer comunidade que desejar.
20. Direito à liberdade de reunião e associação pacíficas	
21. Direito à liberdade de pensamento, consciência e religião	
22. Direito à liberdade de ir e vir	Reconhecem os direitos à liberdade de ir e vir e de buscar asilo a todas as pessoas, independentemente da orientação sexual, identidade de gênero, expressão de gênero ou características sexuais. Esses dois princípios destacam o direito a procurar asilo por perseguição com base na orientação sexual ou na identidade de gênero.
23. Direito de buscar asilo	

Princípio	Síntese
24. Direito de constituir uma família	Reconhecem os direitos a todas as pessoas de participarem da vida familiar, dos assuntos públicos e da vida cultural de sua comunidade, sem discriminação com base na orientação sexual ou na identidade de gênero.
25. Direito de participar da vida pública	
26. Direito de participar da vida cultural	
27. Direito de promover os direitos humanos	Reconhece o direito a todas as pessoas a defender e promover os direitos humanos, sem que haja discriminação com base na orientação sexual ou identidade de gênero; também aponta a obrigação dos Estados de garantir a proteção daqueles que defendem os direitos humanos nessas áreas.
28. Direito a recursos jurídicos e medidas corretivas eficazes	Reconhecem os direitos a reparação e responsabilidade. Esses princípios afirmam a importância de responsabilizar os violadores de direitos humanos e de garantir reparação adequada para aqueles que sofrerem violações de direitos.
29. Responsabilização ("Accountability")	

Fonte: organizado pelo autor (2024), com base em O'Flaherty e Fischer (2008) *apud* Alamino e Del Vecchio (2018).

Passados 10 anos da publicação dos Princípios de Yogyakarta, um grupo formado por novos especialistas, com representação de todos os continentes, reuniram-se em Genebra, na Suíça, com o objetivo de atualizar o documento, acrescentando novos princípios e novas recomendações aos Estados, a partir das considerações sobre o desenvolvimento dos direitos humanos. Em novembro de 2017, foi publicado um novo documento, denominado Os Princípios de Yogyakarta mais 10³³.

Segundo O'Flaherty e Fischer (2008) *apud* Alamino e Del Vecchio (2018), foram acrescentados nove princípios (quadro 02), perfazendo assim 38 princípios, ampliando os temas demarcados até então. Esses novos princípios tratam sobre o direito à integridade física e mental, à liberdade de criminalização e sanção, à proteção da pobreza, ao saneamento, à verdade, ao gozo dos direitos humanos em relação às tecnologias da informação e comunicação e o direito de praticar, proteger, reviver e preservar a diversidade cultural.

³³ Tradução nossa. O título original é *The Yogyakarta Principles plus 10*.

Quadro 04 – Os Princípios de Yogyakarta Mais 10 (2017)

Princípio	Síntese
30. Direito à proteção do Estado	Reconhece o direito de todas as pessoas, independentemente de orientação sexual, identidade de gênero, expressão de gênero ou características sexuais, à proteção do Estado contra a violência, discriminação e danos. Esse princípio destaca a necessidade de atuação protetiva estatal para garantir leis contra assédio sexual e agressões sexuais diversas, como estupro.
31. Direito ao reconhecimento legal	Reconhece o direito de todas as pessoas, independentemente de orientação sexual, identidade de gênero, expressão de gênero ou características sexuais, ao acesso rápido e transparente a mecanismos de alteração de informações em documentos, inclusive com relação a nomes de gênero neutro, baseados na autodeterminação individual, enquanto as informações de gênero estiverem neles incluídas.
32. Direito à integridade física e mental	Reconhece o direito de todas as pessoas, independentemente de orientação sexual, identidade de gênero, expressão de gênero ou características sexuais, à integridade física e mental, autonomia e autodeterminação, incluindo o direito de não sofrer tortura ou maus-tratos. Esse princípio exige que ninguém seja submetido a procedimentos médicos invasivos ou irreversíveis sem consentimento, a menos que seja necessário para evitar danos graves ou urgentes.
33. Direito à liberdade de criminalização e sanção	Reconhece o direito de todas as pessoas, independentemente de orientação sexual, identidade de gênero, expressão de gênero ou características sexuais, de estar livres de criminalização ou qualquer forma de sanção resultante da diversidade sexual e de gênero, inclusive nas leis baseadas em costumes, religião, decência pública, sodomia e propaganda.
34. Direito à proteção da pobreza	Reconhece o direito de todas as pessoas, independentemente de orientação sexual, identidade de gênero, expressão de gênero ou características sexuais, à proteção da pobreza e exclusão social.
35. Direito ao saneamento	Reconhece o direito de todas as pessoas, independentemente de orientação sexual, identidade de gênero, expressão de gênero ou características sexuais, ao acesso seguro e equitativo a instalações com condições dignas de saneamento e higiene, em locais públicos ou privados.

Princípio	Síntese
36. Direito ao gozo dos direitos humanos em relação às tecnologias da informação e comunicação	Reconhece o direito de todas as pessoas, independentemente de orientação sexual, identidade de gênero, expressão de gênero ou características sexuais, às mesmas proteções e garantias da vida real, em ambientes virtuais (ilustrados no documento como direitos <i>online</i> e <i>offline</i>).
37. Direito à verdade	Reconhece o direito de todas as pessoas, independentemente de orientação sexual, identidade de gênero, expressão de gênero ou características sexuais, a saber a verdade sobre violações dos direitos humanos, incluindo investigação e acesso a registros médicos.
38. Direito de praticar, proteger, preservar e reviver a diversidade cultural	Reconhece o direito de todas as pessoas, independentemente de orientação sexual, identidade de gênero, expressão de gênero ou características sexuais, a praticar e a manifestar a diversidade cultural, à livre associação e à promoção de projetos artísticos.

Fonte: organizado pelo autor (2024), com base em O'Flaherty e Fischer (2008) *apud* Alamino e Del Vecchio (2018).

Importante ressaltar que os Princípios de Yogyakarta não elencaram apenas os direitos relacionados à orientação sexual e identidade de gênero, mas também apresentaram recomendações expressas e detalhadas aos Estados no que diz respeito à sua legislação e às suas políticas públicas. A fim de exemplificar essa estrutura, destacamos o princípio 16, que expressa o direito à educação. Segundo tal princípio, “toda pessoa tem o direito à educação, sem discriminação por motivo de orientação sexual e identidade de gênero” (Princípios, 2007, p.23). O documento traz com clareza que o acesso à educação é um direito inalienável, independentemente da diversidade sexual e de gênero em todas as suas formas. E segue, recomendando as obrigações que cabem aos Estados:

- a) Tomar todas as medidas legislativas, administrativas e outras medidas necessárias para assegurar o acesso igual à educação e tratamento igual dos/das estudantes, funcionários/as e professores/as no sistema educacional, sem discriminação por motivo de orientação sexual ou identidade de gênero;
- b) Garantir que a educação seja direcionada ao desenvolvimento da personalidade de cada estudante, de seus talentos e de suas capacidades mentais e físicas até seu potencial pleno, atendendo-se as necessidades dos estudantes de todas as orientações sexuais e identidades de gênero;
- c) Assegurar que a educação seja direcionada ao desenvolvimento do respeito aos direitos humanos e do respeito aos pais e membros da família de cada criança, identidade cultural, língua e valores, num

espírito de entendimento, paz, tolerância e igualdade, levando em consideração e respeitando as diversas orientações sexuais e identidades de gênero;

d) Garantir que os métodos educacionais, currículos e recursos sirvam para melhorar a compreensão e o respeito pelas diversas orientações sexuais e identidades de gênero, incluindo as necessidades particulares de estudantes, seus pais e familiares;

e) Assegurar que leis e políticas dêem proteção adequada a estudantes, funcionários/as e professores/as de diferentes orientações sexuais e identidades de gênero, contra toda forma de exclusão social e violência no ambiente escolar, incluindo intimidação e assédio;

f) Garantir que estudantes sujeitos a tal exclusão ou violência não sejam marginalizados/as ou segregados/as por razões de proteção e que seus interesses sejam identificados e respeitados de uma maneira participativa;

g) Tomar todas as medidas legislativas, administrativas e outras medidas necessárias para assegurar que a disciplina nas instituições educacionais seja administrada de forma coerente com a dignidade humana, sem discriminação ou penalidade por motivo de orientação sexual ou identidade de gênero do ou da estudante, ou de sua expressão;

h) Garantir que toda pessoa tenha acesso a oportunidades e recursos para aprendizado ao longo da vida, sem discriminação por motivos de orientação sexual ou identidade de gênero, inclusive adultos que já tenham sofrido essas formas de discriminação no sistema educacional (Princípios, 2007, p.23).

A educação deve ser assegurada como direito, sem discriminação por orientação sexual ou identidade de gênero, porém a população LGBTQIAPN+ ainda é invisível no ambiente escolar, nos currículos, nos livros didáticos e nas discussões sobre direitos humanos na escola (Junqueira, 2009).

Como já foi mencionado, o documento não faz parte do direito internacional e, portanto, os Estados não têm obrigação de segui-lo. No entanto, os Princípios de Yogyakarta trouxeram impacto internacional em relação ao respeito aos direitos humanos para a comunidade LGBTQIAPN+.

Almeida Junior (2019) questiona sobre a possibilidade do Brasil aplicar os princípios em sua legislação, com base na Constituição Federal de 1988, que estabelece em seu artigo 5º sobre a aplicação imediata das normas que definem direitos e garantias fundamentais (§ 1º) e que os direitos e garantias nela expressos não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte (§ 2º).

Vale lembrar que, ainda de acordo com a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 1º, inciso III, o Brasil é um Estado Democrático de Direito e tem como fundamento, dentre outros, a dignidade da pessoa humana (Brasil, 1988).

Os Princípios de Yogyakarta influenciaram algumas políticas no Brasil. Em 2008, o projeto de resolução **AG/RES. 2435 (XXXVIII-O/08)**, intitulado Direitos humanos, orientação sexual e identidade de gênero citou o documento ao expressar a preocupação “dos atos de violência e das violações aos direitos humanos correlatas perpetradas contra indivíduos, motivados pela orientação sexual e pela identidade de gênero”, em uma menção direta aos Princípios de Yogyakarta como referência para que atos violentos motivados por orientação sexual ou identidade de gênero fossem enquadrados como violação dos direitos humanos.

Outro exemplo, ainda no ano de 2008, foi o texto final da **1ª Conferência Nacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais**, publicado pela Secretaria Especial de Direitos Humanos, que destaca a relevância dos princípios.

1.2.7 Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (2009)

O movimento LGBT brasileiro teve significativos avanços em 2008, no que se refere à formulação e estabelecimento de políticas públicas visando combater todas as formas de violência e discriminação. Nesse mesmo ano, aconteceu em Brasília I Conferência Nacional GLBT, onde foram definidas ações governamentais para a garantia de direitos fundamentais para gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros. O Governo Federal atendeu a uma demanda histórica da comunidade LGBTQIAPN+, na medida em que:

A realização da etapa nacional da Conferência após, entre março e maio de 2008, de sua etapa estadual e do Distrito Federal – que congregou cerca de 10 mil participantes – pôs em evidência a pertinência de sua convocação e a sua importância como processo de participação democrática e de difusão dos direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (Brasil, 2009, p.156).

Ratificado como um dos compromissos após a realização da I Conferência nacional GLBT, o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos de Lésbicas,

Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, no ano de 2009, emerge desse anseio por uma resposta do poder público diante das necessidades que essa população apresentava, vítimas da violência e discriminação na sociedade brasileira.

Esse plano foi elaborado pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH, 2009), apresentando diretrizes e ações para a elaboração de políticas públicas direcionadas para o público LGBT, e tem como objetivos específicos:

- 3.2.1. Promover os direitos fundamentais da população LGBT brasileira, de inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, dispostos no art. 5º da Constituição Federal;
- 3.2.2. Promover os direitos sociais da população LGBT brasileira, especialmente das pessoas em situação de risco social e exposição à violência;
- 3.2.3. Combater o estigma e a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero. (Brasil, 2009, p. 10).

O Plano contempla 53 diretrizes apoiadoras, definindo estratégias de combate à discriminação e que promovam a cidadania dessas pessoas. A consolidação de um Estado que preserve a dignidade humana e que promova o reconhecimento dos sujeitos de direitos, assim como a proteção de seus cidadãos, é uma das premissas do Plano:

O Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBT parte da certeza de que um maior acesso e participação social nos espaços de poder é um instrumento essencial para democratizar o Estado e a sociedade. Dessa forma, é uma estratégia de longo alcance, no sentido de democratização do Estado, sendo de responsabilidade do conjunto de governo, e não de uma área específica. Sua implementação requer uma ação coordenada e articulada de vários órgãos, secretarias e ministérios. Para tanto, faz-se necessário a criação de uma rede institucional entre Governo Federal, governos Estaduais e Municipais para a implementação da Política, com vistas a garantir o alcance de seus resultados e a superação da discriminação por orientação sexual e identidade de gênero no país (Brasil, 2009, p.12).

A partir dos objetivos específicos, o documento apresenta ações direcionadas ao público LGBT a serem implementadas por determinados órgãos do governo federal.

Questionar a normalidade sexual e a possível superação de comportamentos sociais hierárquicos são premissas traduzidas nos movimentos

sociais de cunho LGBT, e as políticas públicas do governo federal entram em convergência com a promoção de um estado democrático que não permita a discriminação e violência de seus indivíduos.

Comprometendo-se com a garantia de saúde, segurança e liberdade de expressão, além de garantir a dignidade humana, o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBT, é uma articulação entre governo federal e municípios para alcance de suas propostas e diretrizes.

Portanto, cabe ressaltar que esse Plano demonstra que o Estado brasileiro tem procurado atuar de acordo com as resoluções das Nações Unidas e seus principais garantidores dos direitos individuais do ser humano, apesar de ainda precisar de um grande avanço no que se refere a garantir que esses direitos sejam respeitados, pois como demonstrado anteriormente, ainda é alto o índice de discriminação e violência contra LGBT no Brasil.

1.2.8 Plano Nacional de Educação (2014-2024)

O Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado pela Lei nº 13.005/2014, com vigência de 2014-2024, define um conjunto de diretrizes, metas e estratégias para a política educacional no país. Esse documento evidencia a preocupação com o acesso e a qualidade da educação, a redução das desigualdades e a valorização da diversidade dos profissionais da área.

Com a reformulação do PNE que vigorou até 2011, o documento atual é composto por 254 estratégias, distribuídas em 20 metas³⁴, que apontam para pontos sensíveis, como universalização da educação básica, erradicação do analfabetismo, oferecimento de educação em diversas modalidades e localidades, ampliação do acesso ao ensino superior, melhoria da qualidade da educação, formação e valorização dos professores, financiamento educacional e gestão democrática.

1.2.9 Dados da violência contra travestis e transexuais

Embora as políticas públicas visem à garantia de direitos, percebem-se efeitos contraditórios: por um lado, alguns setores sociais demonstram um

³⁴ Disponível em: https://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf. Acesso em: 24 set. 2022

progressivo respeito pela diversidade sexual; por outro lado, grupos conservadores acirram seus ataques, realizando desde campanhas de exaltação dos valores tradicionais da família até manifestações de máxima hostilidade, preconceito e violência.

Segundo dados da *Transgender Europe (TGEU)*³⁵, o Brasil é o país que mais mata pessoas transgênero no mundo. De 2008 a 2023, o país registrou 2.009 assassinatos, 43% dos 4.690 casos ocorridos no mundo durante o mesmo período. Esses dados estão disponíveis por meio do mapa de Monitoramento de Assassinatos de Pessoas Trans, disponível na página da TGEU (Imagem 9).

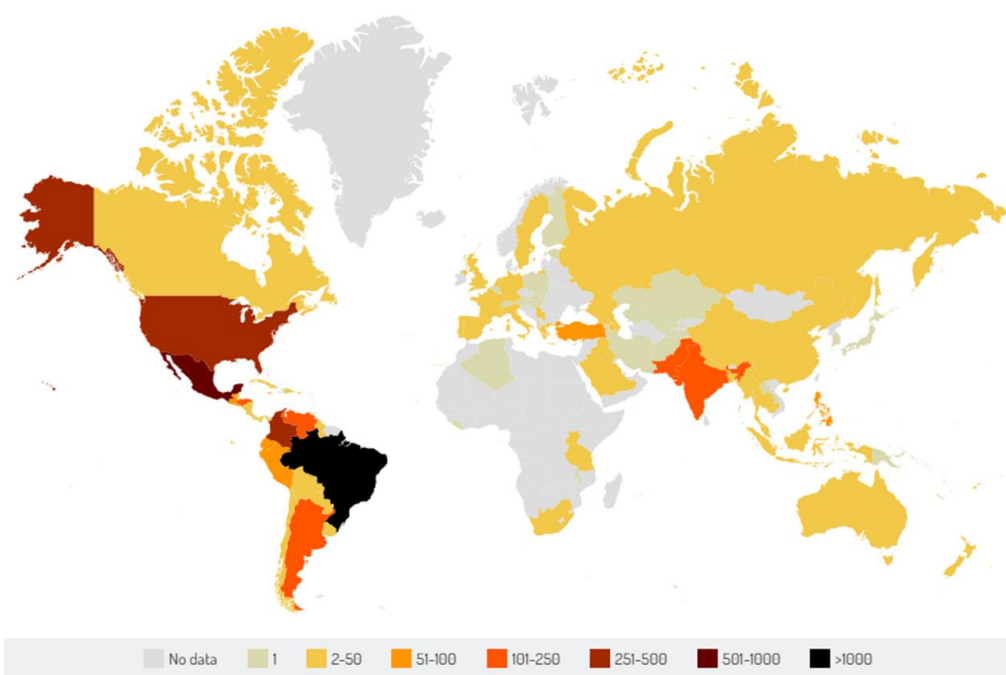


Imagem 9: Mapa do monitoramento de assassinatos de pessoas transgênero de 2008 a 2023 em números absolutos (*Transgender Europe TGEU*).

Disponível em: <https://transrespect.org/en/map/trans-murder-monitoring>. Acesso em: 20 fev. 2024.

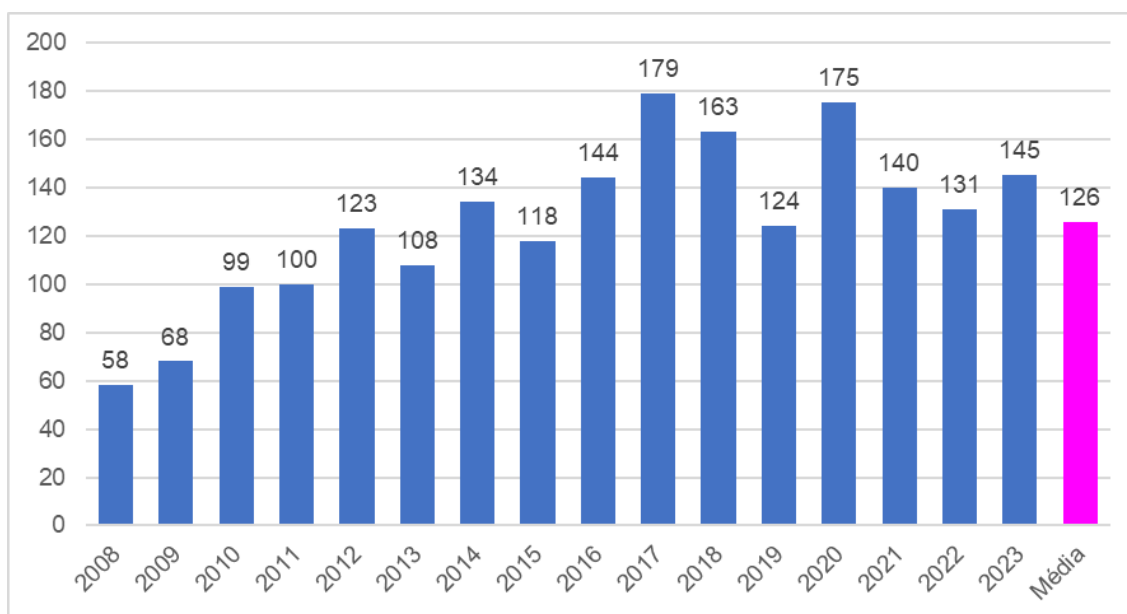
Os dados da TGEU são referenciados por organizações não governamentais no Brasil, dentre as quais a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), que tem disponibilizado relatórios detalhados em sua página institucional desde 2017. De acordo com Gráfico 01, que ilustra os dados do dossiê mais recente³⁶, foram registrados 145 homicídios de pessoas transgênero em 2023, seguidos de 131 casos em 2022, 140 casos em 2021, 175 casos em 2020, 124

³⁵ A *Transgender Europe (TGEU)* é uma organização não governamental, responsável pelo monitoramento de homicídios de pessoas transgênero no mundo, desde 2008.

³⁶ Disponível em: <https://antrabrasil.org/wp-content/uploads/2024/01/dossieantra2024-web.pdf>

casos em 2019, 163 casos em 2018, 179 casos em 2017³⁷, 144 casos em 2016, 118 casos em 2015, 134 casos em 2014, 108 casos em 2013, 123 casos em 2012, 100 casos em 2011, 99 casos em 2010, 68 casos em 2009 e 58 casos em 2008. Isso representa uma média de 126 mortes por ano, ou 11 ocorrências por mês.

Gráfico 01 – Assassinatos de pessoas transgênero entre 2008 e 2023 no Brasil
(números absolutos)



Fonte: elaborado pelo autor (2024), com base em Benevides (2024)

Ainda segundo esse documento (Benevides, 2024), o comparativo entre os anos de 2022 e 2023 mostrou que o número de assassinatos de pessoas transgênero teve um aumento de 10,7%, no mesmo momento em que o Brasil registrou queda de 5,7% nos casos de assassinato da população em geral. Já o comparativo entre 2023, com 145 casos e 2008, que registrou 58 casos e foi o primeiro ano de coleta desses dados, é possível perceber um aumento de 150%.

O período de 16 anos que abarca esses dados (2008-2023) é relativamente longo para análises mais detalhadas, que considerem outros fatores que possam ter influência sobre esse contexto, como as políticas públicas para a população LGBTQIAPN+. Dentro desse recorte temporal, o Brasil passou pelos dois últimos anos do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006/2007-2010), Dilma Rousseff (2011-2014/2015-2016), Michel Temer (2017-2018), Jair Messias

³⁷ 2017 registrou o maior número de assassinatos da série histórica.

Bolsonaro (2019-2022) e o início do terceiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva (2023 até o momento).

Se considerarmos o número de mortes nos mesmos períodos de cada gestão, é possível afirmar que a média de homicídios foi maior nas gestões Temer e Bolsonaro do que nas gestões de Lula e Dilma, justamente em períodos de governos alinhados a pautas de extrema direita e de desmonte de políticas públicas para a comunidade LGBTQIAPN+. Outro dado é que, na série histórica, o maior número de assassinatos ocorreu em 2017 (179 mortes), que foi o primeiro ano de governo Temer, após o golpe de Estado que depôs Dilma Rousseff. E em 2020 (175), segundo ano do governo Bolsonaro e período em que o mundo viveu a pandemia da Covid-19.

Ao estabelecer um recorte dos anos de 2017 a 2023, período em que a ANTRA tem realizado o levantamento e a sistematização de dados, é possível traçar algumas análises.

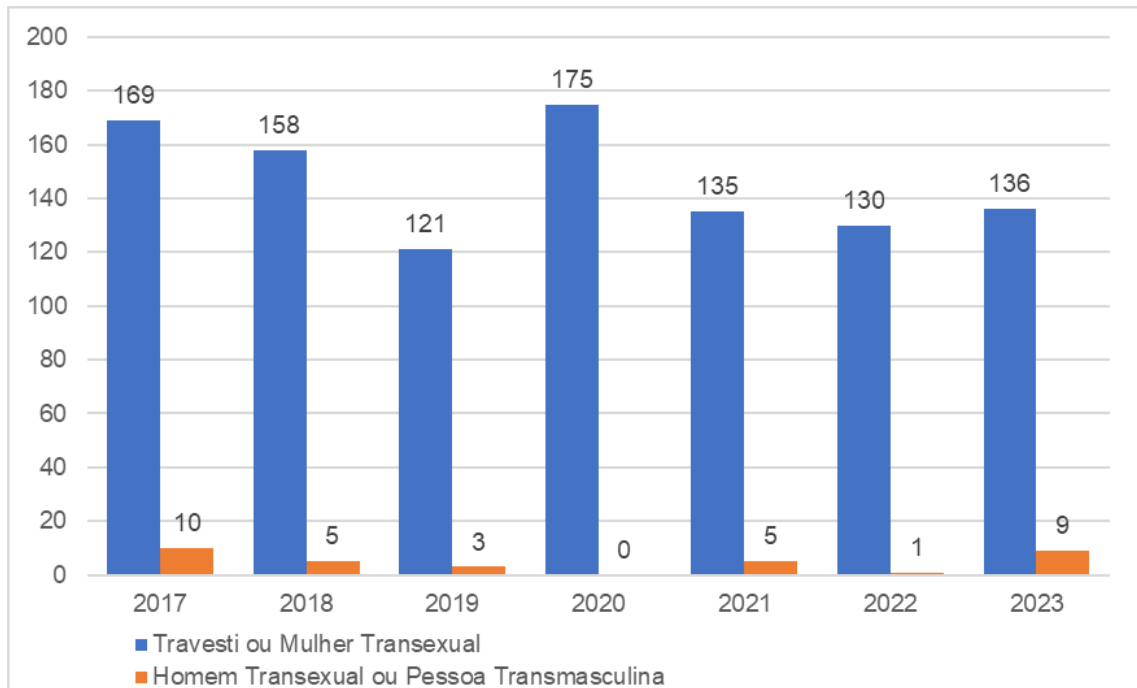
Em relação à identidade de gênero (Gráfico 02), o monitoramento realizado pela ANTRA (Benevides, 2024), aponta que dos 1.057 assassinatos registrados entre 2017 e 2023, 33 são de homens transexuais ou transmasculinos (3%), enquanto 1.024 vítimas (97%) são travestis ou mulheres transexuais, “deixando nítido que a motivação, assim como a própria escolha da vítima tem relação direta com a identidade de gênero (feminina) expressa pelas vítimas (Benevides, 2024, p.60). Já a média de pessoas transgênero negras que foram assassinadas entre 2017 e 2023 foi de 78,8%, comparado a 20,7% de brancas (Gráfico 03).

Além dos assassinatos, outro fator que precisa ser discutido é o suicídio entre as pessoas transgênero (Gráfico 04). Dados levantados pela Rede Nacional de Pessoas Trans no Brasil (Rede Trans Brasil)³⁸ apontam que 100 pessoas tiraram a própria vida entre os anos de 2017 a 2023, uma média de 14 mortes ao ano.

Os casos de suicídio entre pessoas transgênero tem sido motivo de preocupação e podem ser encarados como morte social, já que são decorrentes da discriminação, da não aceitação e da exclusão em todas as esferas da sociedade.

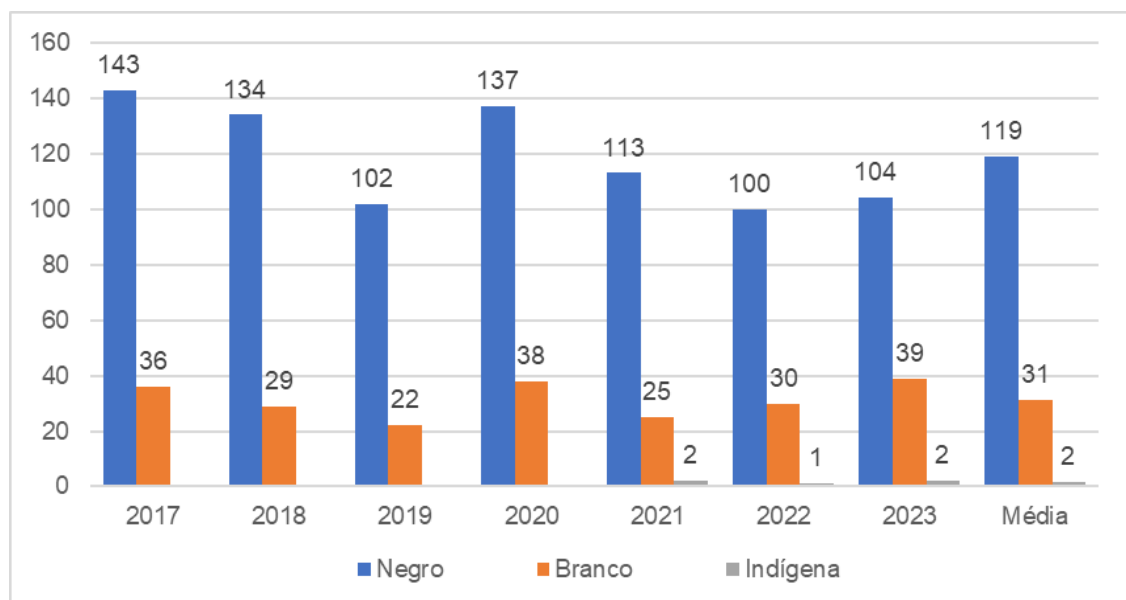
³⁸ A Rede Trans Brasil é uma organização não governamental que iniciou suas atividades em 2009, no Rio de Janeiro, com objetivo de representar e defender travestis e transexuais contra quaisquer formas de discriminação.

Gráfico 02 – Assassinatos por identidade de gênero



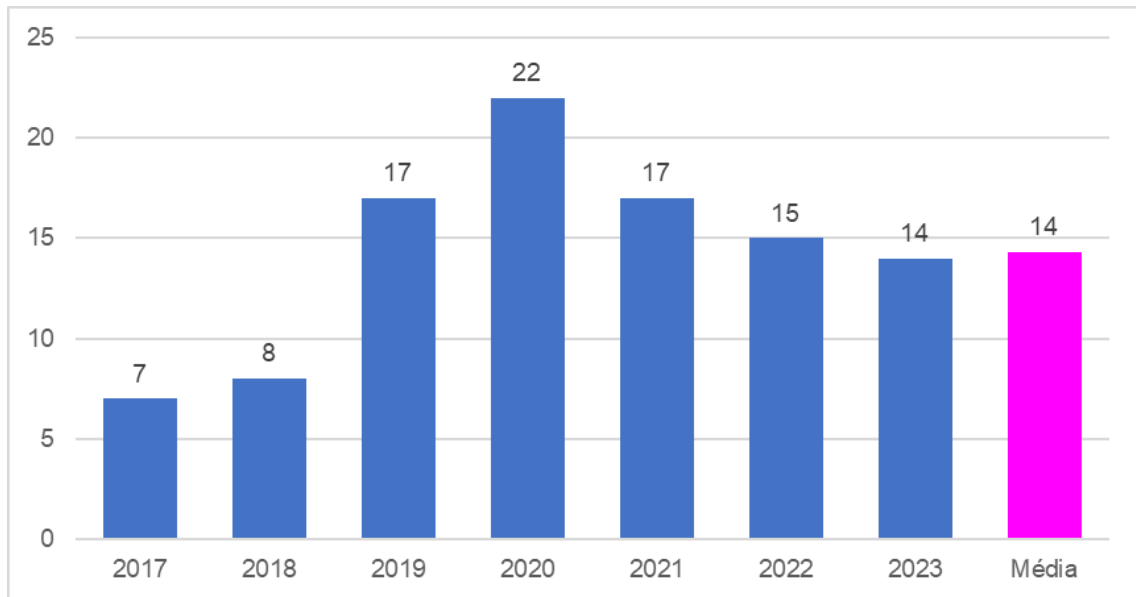
Fonte: elaborado pelo autor (2024), com base em Benevides (2024)

Gráfico 03 – Assassinatos por etnia



Fonte: elaborado pelo autor (2024), com base em Benevides (2024)

Gráfico 04 – Suicídios entre 2017 e 2023



Fonte: elaborado pelo autor (2024), com base em Nogueira e Araújo (2024).

Os casos de suicídio entre pessoas transgênero tem sido motivo de preocupação e podem ser encarados como morte social, já que são decorrentes da discriminação, da não aceitação e da exclusão em todas as esferas da sociedade.

A exclusão social é um fenômeno expropriador da própria condição humana. A pessoa excluída perde a sensação de pertencimento ao seu grupo social, tornando-se invisível e descartável. Segundo Mendonça e Silva (2014), o indivíduo vive, mas não existe.

Em 2017, registraram-se 07 mortes; em 2018, foram 08 casos; em 2019, aumentou para 17; em 2020, foram notificados 22 casos; e, em 2021, o número reduziu para 17. Já em 2022, 15 casos de suicídio e em 2023 foram registrados 14 casos.

Na análise de Gomes et al. (2022), o índice de suicídio entre pessoas cisgêneras tem percentual de 4,6%, enquanto o risco entre indivíduos transgêneros dispara para 41%, o que representa um dado alarmante. Jovens transgêneros estão entre os mais vulneráveis ao suicídio.

Alguns fatores que apontam para um número elevado de suicídio entre essas pessoas são a injustiça social, o estigma, a falta de oportunidades de emprego e educação, abusos na infância, uso de substâncias ilícitas, além de altos níveis de marginalização e outros fatores psicológicos (Gomes et al., 2022, p.26).

1.3 A escola: instrumento de reprodução da transfobia

A escola é um dos espaços mais plurais na sociedade, onde se concentra uma enorme diversidade de ordem étnico-racial, religiosa, de classe social e também sexual e de gênero. Ironicamente, esse espaço representa um grande paradoxo, pois ao mesmo tempo que nela circulam indivíduos dotados de características únicas, toda essa diversidade acaba sendo cerceada pela ignorância e pela falta de empatia sobre as formas de expressão afetivas e sexuais que não seguem as normas pré-estabelecidas segundo os padrões sociais.

Segundo Louro (2011), o padrão que seguimos na cultura brasileira tem como referência o modelo do homem branco, heterossexual, de classe média urbano, moralmente conservador e cristão. Este seria um padrão ideal, que não representa problemas para o sistema. No entanto “[...] a identidade que foge à norma, que se diferencia do padrão, que se toma marcada. Ela escapa ou contraria aquilo que é esperado, ela se desvia do modelo. (Louro, 2000, p. 68).

Neste sentido, é a partir desse estereótipo do "homem branco, heterossexual, classe média, conservador e cristão", que os mecanismos de rotulagem têm o propósito de afastar as demais identidades que não se encaixam dentro desse padrão, rotulando-as como diferentes da norma, de forma que sejam controladas e colocadas em posição inferior (Louro, 2000). Desta maneira, a escola, que inicialmente foi projetada para atender alguns e, posteriormente, demandada por aqueles a quem foi inicialmente negada, acaba sendo adaptada para grupos e classes sociais específicas.

Apesar dos progressos nas políticas de proteção e garantia de direitos para a comunidade LGBTQIAPN+ na sociedade, com o objetivo de promover o respeito à identidade de gênero e orientação sexual, ainda é possível observar a perpetuação de práticas excludentes no ambiente escolar, impulsionadas por uma cultura de violência e desinteresse, o que afeta diretamente os processos de aprendizagem e socialização.

A situação se agrava ao pensarmos no contexto de travestis e transexuais no ambiente escolar. Pessoas transgênero são invisibilizadas nos debates educacionais, em programas de formação inicial e continuada e nos referenciais de ensino.

Desde a infância, os indivíduos transgêneros exibem atitudes que não se encaixam nos padrões socialmente aceitos para o seu sexo biológico. Em uma cultura heterocisnormativa, o gênero e o comportamento de uma pessoa são determinados pelos seus órgãos genitais. De acordo com essa visão conservadora e binária, crianças que possuem um pênis devem usar roupas azuis, enquanto aquelas que têm uma vagina, devem usar roupas cor de rosa. No entanto, travestis e transexuais desafiam essa norma estabelecida e, para manter a aparente normalidade social, frequentemente elas são marginalizadas, silenciadas e segregadas pela sociedade.

Quando se entra na escola, a variedade de ideias e culturas é abafada pela imposição de normas que buscam controlar a sociedade e sua cultura. Existe uma restrição, uma vez que essas diferenças não são consideradas como parte dos direitos humanos, e a única opção disponível parece levar ao preconceito, exclusão e desrespeito aos direitos.

Segundo Santos e Castellan (2014), essas diferenças não são apenas em relação ao sexo biológico, mas ao lugar de fala ocupado por meninos e meninas que não se enquadram nos padrões sociais estabelecidos ou pelas travestis e transexuais, que subvertem a ordem binária do masculino e feminino.

Para os currículos, os programas e as práticas educacionais, a heterossexualidade é revestida de uma normalidade aceitável, deixando à margem outras realidades no amplo leque da sexualidade humana. Sejam pela cultura da heterocisnormatividade ou pela falta de orientação pedagógica e de programas adequados, a escola invisibiliza a diversidade nela inserida e ratifica modelos sociais de exclusão e violência, transformando a escola um ambiente hostil. Assim, aqueles que seguem fora dos padrões sofrerão consequências psicológicas e físicas para o desenvolvimento dessas pessoas, acarretando marcas que poderão permanecer por toda a vida.

Segundo Silva (2013), o corpo transgênero subverte a visão binária de homem e mulher, macho e fêmea e implode um dos principais objetivos do processo de escolarização, que é a domesticação da sexualidade e dos corpos dentro de uma lógica metafísica de opostos. Para as travestis e transexuais, o ambiente escolar torna-se mais um lugar de exclusão, entre tantos outros em que é negado a elas qualquer possibilidade de afirmação e de respeito à sua identidade.

Diante desse cenário, um dos grandes desafios que se impõe à escola é reconfigurar-se para estabelecer uma cultura de respeito e acolhimento aos corpos que não constituem sujeitos domesticados para a caixa binária. Para Foucault (2009), todo o sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo.

Segundo Leite Júnior (2011), nunca existiram limites claros entre masculinidade e feminilidade, mas tentativas de determinados grupos, como médicos, religiosos ou políticos, em criar categorias com características adequadas, que sofrem variações em épocas específicas. Neste sentido, a problematização da distinção entre sexo biológico e gênero sugere uma descontinuidade radical entre o corpo sexuado e o gênero socialmente instituído.

De acordo com Butler (2003), gênero é uma complexidade em permanente mudança, de onde se derivam as identidades alternativamente instituídas e abandonadas segundo as propostas e as regras do que é biológico e o que é instituído socialmente. Essa fluidez provoca o desconforto da ambiguidade entre lugares dos corpos em construção. Todavia, Foucault (1999) concebeu o corpo como o lugar de todas as interdições, onde todas as regras sociais tendem a construir esse corpo pelo aspecto de múltiplas determinações.

Nesse sentido, travestis e transexuais subvertem a distinção entre os espaços psíquicos, interno e externo, ao problematizar os conceitos de sexo, gênero e desejo como categorias de identidade.

A travestilidade e a transexualidade são elementos propiciadores de relações de opressão e de inferiorização dos direitos sociais, uma vez que a visibilidade e a materialidade desses sujeitos evidenciam, mais que outros, “o caráter fluído e instável das identidades sexuais” (Louro, 2000, p.31). De acordo com Bento (2006), os corpos artificialmente construídos sugerem, concreta e simbolicamente, as possibilidades de proliferação e multiplicação das identidades de gênero e das sexualidades.

Os estigmas que travestis e transexuais sofrem são decorrentes do rompimento com os modelos previamente dados pela normatização, ficando com isso, marcados negativamente e desprovidos de direito a ter direitos, o chamado “corpo abjeto” (Butler, 2003, p. 191).

Como consequência da estigmatização com a produção das relações de poder surgem as desigualdades sociais. Sendo estabelecidas relações de poder, elas trazem em seu bojo um contra poder, isto é, uma resistência. Este modo de análise do poder e das resistências pode ser tomado como ferramenta para problematizar a estigmatização vivida pela população de travestis e transexuais no ambiente social e como essas pessoas constroem estratégias de sobrevivência na defesa de seus direitos e na construção da cidadania.

2 QUADRO METODOLÓGICO

Este capítulo tem como objetivo abordar a metodologia e os procedimentos adotados na pesquisa. Primeiramente, será dada ênfase à fundamentação teórica da pesquisa qualitativa. Em seguida, serão descritos os procedimentos metodológicos, inspirados no método história de vida, o local em que a pesquisa foi desenvolvida, as personagens dessa investigação, sua origem e as estratégias de coleta de dados, nomeadamente por meio da entrevista não estruturada ao longo de um ano.

2.1 Metodologia de pesquisa

2.1.1 O método qualitativo

O presente trabalho desenvolveu-se por meio da pesquisa qualitativa, que segundo Minayo (1996, p.21) “[...] corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis”.

A pesquisa qualitativa ganhou força no campo educacional no final do século XIX, em contraposição ao método quantitativo, que até aquele momento era referência em pesquisas dos fenômenos humanos e sociais. Lüdke e André (1986) afirmam que, durante muito tempo, as manifestações humanas eram estudadas da mesma forma que os fenômenos físicos nas ciências naturais, ou seja, como se pudessem ser isolados, mensurados e analisados de modo laboratorial.

Para Martins e Bicudo (1994), a pesquisa qualitativa caracteriza-se como um estudo que lida com fenômenos, diferenciando-se da pesquisa quantitativa, que trabalha com fatos. Thiollent (2006) corrobora essa ideia ao afirmar que a abordagem quantitativa não respondia às questões subjetivas surgidas no contexto social.

Para Bogdan e Biklen (1994), a emergência do método qualitativo marcava importante ruptura com o modo positivista de pesquisar, fortalecendo a crítica ao uso de modelos das ciências físicas e naturais na produção de conhecimento nas ciências humanas. Uma das críticas neste cenário era a separação entre o

pesquisador, de um lado, e o objeto e resultados da investigação do outro. A consequência era o distanciamento da verdadeira apreensão da essência humana.

Nos estudos de Bogdan e Biklen (1994), a pesquisa qualitativa apresenta algumas características: 1) a fonte de dados está no próprio ambiente natural; 2) o pesquisador é o principal instrumento de coleta de dados; 3) os dados coletados pelo pesquisador são essencialmente descritivos; 4) a preocupação maior não está nos resultados, mas em todo o processo; 5) a análise de dados é feita por indução, ou seja, não há preocupação em buscar a comprovação de hipóteses *a priori*; 6) os focos de interesse do pesquisador estão em tentar compreender o significado que os participantes atribuem às suas experiências; 7) esses focos de interesse vão sendo refinados e reelaborados durante o processo de pesquisa.

A metodologia qualitativa busca coletar dados descritivos que lhe permitam observar o modo de pensar dos participantes em uma investigação. Para Merriam (1988), os participantes em uma pesquisa qualitativa não são reduzidos a variáveis isoladas, mas compõem um conjunto em seu contexto natural. Para conhecer a essência do pensamento dos seres humanos, o pesquisador deverá utilizar dados descritivos por meio de registros e anotações pessoais de comportamentos observados.

Para Bogdan e Taylor (1986) na pesquisa qualitativa faz-se necessário o envolvimento do pesquisador em campo, junto aos participantes, pois a essência deste método está principalmente em conversar, ouvir e possibilitar a expressão livre dos participantes. Por possibilitar a subjetividade por parte do pesquisador, ela implica que exista uma diversificação nos procedimentos metodológicos utilizados no trabalho de campo.

Este trabalho utilizou a metodologia qualitativa com inspirações na pesquisa história de vida, que será tratada a seguir.

2.1.2 O método História de Vida

A pesquisa qualitativa busca conhecer os indivíduos e a complexidade de seus contextos de vida, o que só é possível a partir da descrição da experiência humana e de como ela é vivida e definida pelos próprios atores. Neste sentido, é imprescindível haver uma aproximação do pesquisador com quem será pesquisado, a fim de se estabelecer uma relação de proximidade e, principalmente, de confiança.

Dentre as diversas possibilidades de abordagem da pesquisa qualitativa, destacamos o método história de vida, que se baseia nas memórias que os indivíduos relatam sobre seu cotidiano ou ações que já ocorreram, na “[...] premissa de que os conhecimentos sobre os indivíduos só são possíveis com a descrição da experiência humana, tal como ela é vivida e tal como ela é definida por seus próprios atores” (Spindola; Santos, 2003, p.120).

Na definição de Queiroz (1988, p. 200), o método história de vida consiste em “um relato de um narrador sobre sua existência através do tempo, tentando reconstruir os acontecimentos que vivenciou e transmitir a experiência que adquiriu”. Neste sentido, trata-se de um procedimento metodológico que parte da história das participantes a fim de abordar um determinado objeto na prática. Mesmo que cada relato seja baseado em um olhar singular, elas se conectam nas interfaces da vida humana e nas diferentes fontes de informação sobre a sociedade e a cultura em que a pessoa está inserida.

Neste sentido, essa abordagem metodológica parte do micro para o macro ao possibilitar o estudo de processos individuais e suas relações com o contexto social. Por meio de relatos individuais, as histórias de vida abrem caminhos para analisar a prática sociocultural de um determinado grupo.

Essa metodologia de pesquisa foi inserida no meio acadêmico pela Escola de Chicago em 1920, sendo desenvolvida pelo sociólogo polonês Florian Witold Znaniescki. A partir de 1980, o método história de vida foi sendo aprimorado a fim de estabelecer procedimentos de análise de vivências, estruturando uma técnica de coleta de dados do sujeito em um determinado contexto social.

A partir da análise da etimologia e da polissemia do termo, história de vida pode assumir diferentes significados, seja em sua tradução do francês (*histoire*) ou do inglês (*story*; *history*). A diferenciação entre as terminologias *story* e *history* foi proposta em 1970, pelo sociólogo Norman Kentin Denzin.

Assim, uma das possibilidades do método é a *life history* (ou estudo de caso clínico) que abarca a investigação em profundidade sobre a vida de um indivíduo ou de um agrupamento social. Além da própria narrativa de vida, as fontes de dados incluem testemunhos de familiares ou de outras pessoas ligadas ao sujeito e documentos que podem ser consultados, como testes psicológicos, dossiês jurídicos, relatórios médicos dentre outros.

Já a *life story* (a história ou o relato de vida) constitui a história de vida narrada pelo sujeito que a vivenciou. Nesta perspectiva, o foco do pesquisador é o relato, sem a utilização de outras fontes para confirmação da autenticidade dos fatos. Nesse tipo de estudo, o principal objetivo é compreender a vida conforme ela é enunciada e interpretada pela própria personagem. Assim, essa estratégia metodológica não objetiva analisar as particularidades históricas ou psicodinâmicas dos sujeitos, mas conceber os elementos gerais contidos na própria narrativa que possui, por si só, uma função descritiva e avaliadora que enseja refletir sobre determinado momento.

O método possibilita ao pesquisador contatos com diferentes memórias que constituíram o desenvolvimento do indivíduo, bem como possibilitaram ao indivíduo pesquisado a tomada de consciência sobre sua existência, compreendendo sua trajetória de vida (Boje, 1995).

A opção pela história de vida é primordial pela possibilidade de pessoas anônimas, invisíveis socialmente e excluídas do processo escolar, se expressarem. Segundo Thompson (1992, p.44), “a história oral é uma história construída em torno de pessoas. Ela lança a vida para dentro da própria vida e isso alarga seu campo de ação. Admite heróis vindos não só dentre os líderes, mas dentre a maioria desconhecida do povo”.

Por possibilitar a subjetividade por parte do pesquisador, a pesquisa qualitativa no contexto da história de vida implica o uso de procedimentos metodológicos no trabalho de campo, dentre os quais figuram a entrevista não estruturada.

2.1.3 A entrevista não estruturada

Com a definição da metodologia de pesquisa, definimos como instrumento de coleta de dados a entrevista, que segundo Manzini (2006) é um processo de interação social, verbal e não verbal, entre dois sujeitos, sendo um deles o entrevistador e o outro, o entrevistado que, em tese, possui as informações que possibilitam a compreensão do fenômeno. Para Lakatos e Marconi (2007), é um procedimento metodológico empregado na investigação social, coleta de dados, diagnóstico ou no tratamento de um problema social.

Por se tratar de uma pesquisa apoiada no método história de vida, o instrumento utilizado foi uma entrevista não estruturada, que segundo Marconi e Lakatos (2011), é composta por perguntas abertas e que podem ser respondidas dentro de uma conversa informal. O objetivo era deixar as entrevistadas à vontade para que pudessem expressar livremente suas histórias de vida.

Desse modo, espera-se que a entrevista traga à luz temas como: memórias da escola; memórias com relação a perdas sofridas; memórias das brincadeiras; memórias de violência na família e na escola; memórias da religião; memórias associadas ao trabalho.

2.2 O cenário, as protagonistas e as memórias

2.2.1 A caracterização do cenário...

O caminho percorrido entre o que idealizamos e o que conseguimos foi longo, com muitas trilhas e muitos percalços, mas o ponto de chegada nos levou à conclusão das diversas histórias que, mesmo apontando para outros caminhos, ora divergem, ora convergem entre si. Assim, traçamos o cenário e buscamos as protagonistas para narrar suas histórias a partir de suas memórias.

O cenário onde essas histórias serão narradas é a cidade de Bauru. Situada na região centro-oeste do estado de São Paulo, a aproximadamente 326 km da capital do estado, Bauru é considerada uma cidade de médio porte, com aproximadamente 379 mil habitantes, segundo dados do Censo Demográfico realizado em 2022³⁹.

Desde sua fundação como município em 1896, Bauru cresceu graças à cafeicultura e à industrialização na década de 1930, vindo mais tarde a ter como principal atividade econômica o comércio. Um fator determinante para sua expansão foi sediar o Complexo Ferroviário⁴⁰, considerado o maior entroncamento ferroviário da América do Sul, o que lhe conferiu protagonismo nacional.

³⁹ Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/bauru-marilia/noticia/2023/06/28/censo-2022-populacao-de-bauru-supera-a-de-tres-capitalis-e-cidade-e-a-66a-maior-do-brasil.ghml>, Acesso em: 12 dez. 2023.

⁴⁰ O Complexo Ferroviário de Bauru é considerado o maior entroncamento férreo da América do Sul, por conjugar o encontro de três ferrovias em um único ponto do interior paulista e do Brasil: Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (EFNOB); Estrada de Ferro Sorocabana (EFS); e Companhia Paulista de Estradas de Ferro (CPEF).

O município guarda algumas características que lhe conferem certa peculiaridade. Conhecida por sua base moral, fortemente conservadora, Bauru convive com algumas controvérsias ao longo de sua história, como o fato de ter sido uma cidade excomungada⁴¹ pela Igreja Católica em 1913, por ter demolido sua igreja central na calada da noite⁴². Também podemos mencionar que a cidade abrigou um dos maiores e mais famosos prostíbulos do país⁴³, a Casa da Eny, que teve grande projeção nas décadas de 1950 e 1960.

A partir dos anos 2000, a cidade acompanhou os avanços do cenário nacional, especialmente em pautas ligadas a políticas públicas e à proteção de direitos. O governo municipal iniciou uma aproximação com a comunidade LGBTQIAPN+, construindo uma agenda de compromissos em áreas fundamentais para o avanço dos direitos das minorias. A partir de 2010, algumas leis foram criadas (Quadro 05), no sentido de gerar políticas para a população LGBTQIAPN+.

Quadro 05 – Leis municipais criadas em Bauru (SP), pauta LGBTQIAPN+

Lei	Data	Teor
Lei nº 5.972	27/09/2010	Institui a Semana de Combate ao Preconceito e à Discriminação, e dá outras providências
Lei nº 5.994	18/11/2010	Dispõe sobre a inclusão de medidas de conscientização, prevenção e combate ao <i>bullying</i> escolar no Município de Bauru e dá outras providências
Lei nº 6.073	18/05/2011	Institui o Conselho Municipal de Atenção à Diversidade Sexual
Lei nº 6.525	26/06/2014	Dispõe sobre a inclusão e uso do nome social de transexuais e travestis nos registros municipais relativos a serviços públicos prestados no âmbito da Administração Direta e Indireta, e dá outras providências
Lei nº 13.475	04/08/2017	Institui o Cadastro Municipal e a Carteira de Nome Social para Travestis e Transexuais no Município de Bauru

Fonte: organizado pelo autor (2024), a partir de informações disponíveis no endereço eletrônico da Prefeitura Municipal de Bauru. <https://legislacaodigital.com.br/bauru-sp>

⁴¹ Disponível em: <https://sampi.net.br/bauru/noticias/2350761/geral/2013/08/ha-100-anos-bauru-era-excomungada>. Acesso em: 16 out. 2021.

⁴² Após um impasse entre a Igreja Católica e o Poder Público, a Capela do Divino Espírito Santo, construída no final do século XIX, foi demolida em 13 de agosto de 1913, com autorização da Câmara Municipal, para a urbanização do espaço e revitalização da praça. Em 1915, teve início a construção da Igreja Matriz do Divino Espírito Santo. A excomunhão só foi retirada em 1967.

⁴³ A Casa da Eny foi considerada um dos maiores e mais famosos prostíbulos do Brasil. Situado no trevo rodoviário que liga as rodovias Marechal Rondon, Comandante João Ribeiro de Barros e Engenheiro João Batista Cabral Renó, o bordel pertenceu à cafetina Eny Cezarino (1917-1987). Funcionou até 1982, alcançando seu apogeu nas décadas de 1950 e 1960, período em que recebeu a visita de diversos políticos e celebridades. Para mais informações: MELLO, L. *Eny e o grande bordel brasileiro*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

A fim de garantir a participação da sociedade civil, foi criado o Conselho Municipal de Atenção à Diversidade Sexual (CADS) pela Lei Municipal nº 6.073, de 18 de maio de 2011, como um conselho de caráter consultivo, vinculado à Secretaria Municipal do Bem-Estar Social (SEBES), voltado às políticas públicas da comunidade LGBTQIAPN+. As discussões para a instituição desse colegiado tiveram origem no Projeto Legislativo nº 241. Os objetivos do CADS são:

I - assessorar e acompanhar a implementação de políticas públicas de interesse das pessoas com orientação GLBT (gay, lésbica, bissexual e transgêneros); II - propor aos secretários municipais o desenvolvimento de atividades que contribuam para a efetiva integração cultural, econômica, social e política dos segmentos GLBT; III - analisar e avaliar propostas de parcerias, convênios, termos de cooperação e outros afins, que forem endereçados às Secretarias Municipais; IV - propor, avaliar e acompanhar a realização de cursos de aperfeiçoamento, capacitação e atualização, na sua área de atuação, a serem ministrados no âmbito da Administração Pública Municipal Direta e Indireta, bem como da sociedade civil (organizações não-governamentais); V - fomentar o estabelecimento de laços de cooperação entre o Poder Público e as instituições acadêmicas, autárquicas, organizações profissionais, empresariais, culturais e outras relacionadas às suas atividades; VI - pronunciar-se sobre matérias que lhe sejam submetidas pelos secretários de governo municipal; VII - colaborar na defesa dos direitos das pessoas com orientação GLBT, sobretudo por todos os meios legais que se fizerem necessários; e VIII - elaborar seu regimento interno (Bauru, 2011, art. 1º).

Destacamos ainda a criação do Ambulatório de Assistência à Saúde de Pacientes Travestis e Transexuais de Bauru, que funciona junto ao Centro de Testagem e Acompanhamento (CTA) da Prefeitura. O ambulatório iniciou suas atividades em novembro de 2020 e tem foco no cuidado com a saúde das pessoas transgênero, oferecendo tratamento hormonal, além de tratamento ginecológico, urológico e aconselhamento psicológico.

Além de serviços oferecidos pelo Poder Público, destacamos as ações voluntárias, como o Projeto Transolidárias, que nasceu a partir do trabalho desenvolvido por uma professora, engajada na causa LGBTQIAPN+, que é mãe de uma mulher trans. Essa ação tem como objetivo auxiliar as mulheres transexuais e travestis em situação de vulnerabilidade social, com doações de mantimentos e apoio.

No campo da educação, Bauru possui um Sistema de Ensino próprio desde 2012, atendendo os níveis de educação infantil e de ensino fundamental, incluindo a

educação de jovens e adultos. Possui, ainda, um Currículo próprio, que define e orienta as diretrizes pedagógicas que devem ser seguidas pelas escolas do município.

Em 2012, após diversas reuniões entre a Secretaria Municipal da Educação, gestores, professores e representantes de segmentos ligados à área educacional, Bauru publicou o Plano Municipal de Educação (PME) para o decênio 2012-2022, por meio da Lei nº 6.250⁴⁴. Em 2014, o PME foi alinhado ao Plano Nacional de Educação, recém-lançado naquele momento, e sua vigência foi alterada para 2014-2024.

O Plano Municipal de Educação está estruturado em um conjunto de diretrizes, objetivos e metas distribuídos ao longo de 11 temas, a saber: Educação infantil; Ensino fundamental; Ensino médio; Ensino superior; Educação de jovens e adultos; Educação profissional; Educação inclusiva; Educação e Direitos Humanos; Educação a distância; Discriminações e diversidades; Educação, meio ambiente, sustentabilidade e qualidade de vida; Educomunicação; Orientação Sexual; Educação para o trânsito; Medicalização; Valorização dos profissionais de educação; Gestão educacional e regime de colaboração; Financiamento da educação; Gestão democrática, controle social e participação.

Dentre os temas contemplados no documento, damos destaque a: *Educação e Direitos Humanos; Desigualdades, Discriminações e Diversidades; e Orientação Sexual*. O PME é combatido há anos por frentes conservadoras e fundamentalistas, que chegaram a pedir sua anulação em inteiro teor para que as questões de gênero e sexualidade desaparecessem.

Em 2021, o cenário político do município foi alterado pelo resultado das eleições municipais. O governo passa a ser exercido, pela primeira vez na história, por uma mulher, declarada negra, evangélica e conservadora.

A primeira mulher negra na história da cidade a ocupar esse cargo, possui um perfil conservador que converge com a linha ideológica de seu partido político, autodeclarado cristão, alinhado à moral conservadora e ao livre-mercado⁴⁵. A atual prefeita é alinhada à política neoliberal de Jair Messias Bolsonaro.

⁴⁴ Disponível em: <https://legislacaodigital.com.br/Bauru-SP/LeisOrdinarias/6250-2012/Arquivos/1>. Acesso em: 21 jun. 2023.

⁴⁵ Bauru elege sua primeira prefeita: jovem, negra e conservadora. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/pais/bauru-elege-sua-primeira-prefeita-jovem-negra-e-conservadora/>. Acesso em: 03 dez. 2022.

É nesse cenário em movimento, com avanços e retrocessos, que se passam as histórias de vida de travestis e mulheres transexuais, algumas das quais serão narradas e analisadas no decorrer desse trabalho.

2.2.2 As protagonistas...

Essa pesquisa contou com a participação de seis mulheres transexuais, de diferentes faixas etárias, etnias e contextos sociais, que serão referenciadas como **protagonistas**, pois cada uma delas tem papel ativo e fundamental nas histórias que tecem a construção dessa tese.

Para atender os princípios éticos de pesquisa, garantimos o anonimato das protagonistas, preservando suas identidades para que pudessem se expressar livremente. Para isso, optamos pelo uso de nomes fictícios. Assim, apresentaremos as histórias de vida de: **Maytê** (60 anos); **Lorena** (46 anos); **Evelyn** (40 anos); **Vitória** (40 anos); **Michelle** (32 anos); e **Jéssica** (26 anos).

Maytê, 60 anos: mora no Jardim Petrópolis, na região da Avenida Nações Unidas Norte. Maytê é uma das mulheres travestis mais antigas da cidade e uma das poucas de sua geração que ainda estão vivas, tendo grande representatividade na militância pelos direitos humanos de pessoas LGBTQIAPN+. Mulher negra com histórico de superação de preconceitos em uma época de total invisibilização das minorias sexuais, ela tem uma trajetória de atuação na Saúde Pública de travestis e transexuais, na prevenção e no tratamento de pessoas soropositivas HIV/Aids, sendo ela uma pessoa que se descobriu soropositiva.

Lorena, 46 anos: mora em uma casa no Jardim Bela Vista, uma das regiões mais antigas da cidade. A casa, relativamente simples e consideravelmente deteriorada, quase não possui móveis, tendo sido necessário improvisar um local para a entrevista. A saúde visivelmente debilitada reflete o histórico de abusos sofridos durante a vida, que dentre outras coisas, desencadearam uma depressão, controlada com uso de medicamentos. Ela abandonou os estudos na quarta série do ensino primário em razão do preconceito, não concluindo o primeiro ciclo do Ensino Fundamental. Atualmente, está desempregada e busca trabalhos informais, como cuidadora de idosos.

Evelyn, 40 anos: reside em uma casa de fundos, no Jardim Prudência, bairro situado em uma região periférica, relativamente antiga. Ela possui formação

técnica em auxiliar de necropsia e trabalha como cabeleireira. Apesar de não se considera militante na causa LGBTQIAPN+, a sua trajetória é significativa para essa representatividade, já que foi a primeira mulher transexual na cidade a retificar a sua certidão de nascimento. Durante a sua narrativa, demonstrou segurança para falar sobre seu lugar como transgênero na sociedade e foi a única das entrevistadas a relatar que teve apoio de sua família ao assumir sua identidade de gênero e durante seu processo de transição, fator que, segundo ela, foi decisivo para as suas escolhas de vida.

Vitória, 40 anos: moradora do bairro Parque das Nações, mostrou-se uma pessoa comunicativa e com repertório mais amplo. Ela lecionou em cursos de informática em uma escola no centro da cidade, no final da década de 1990. Após essa experiência, trabalhou como recuperadora de crédito e, atualmente, está desempregada. Ela tinha o sonho de ser professora, chegando a ser aprovada no vestibular para o curso de Letras em uma universidade privada, no entanto, segundo relatado, sua família negou-se a ajudá-la financeiramente, apesar de ter ajudado seus irmãos. Ela atribui essa decisão à sua homossexualidade, já que na época ela ainda não havia assumido a sua transexualidade.

Michelle, 32 anos: mora com seu companheiro em um conjunto de apartamentos populares, no bairro Parque das Nações, uma região que possui áreas isoladas carentes de infraestrutura, que coexistem com condomínios fechados. Ela nasceu em uma família com poucos recursos financeiros, sendo a mais jovem de sete irmãos. Mulher transexual e negra, assumiu sua identidade de gênero aos 15 anos, vindo a sofrer as consequências pela rejeição de seus pais que não aceitavam o fato dela vestir-se com roupas femininas. Com atuação no meio artístico, especialmente com a música, ela realiza algumas apresentações e está em busca de oportunidades de trabalho.

Jéssica, 26 anos: mora com seu companheiro na Vila do Sucesso, anteriormente denominada Ferradura Mirim⁴⁶, uma das regiões mais carentes em infraestrutura física do município que, no entanto, conta com alguns projetos

⁴⁶ O Ferradura Mirim foi renomeado como Vila do Sucesso em homenagem aos moradores, que tiveram a posse de seus imóveis regularizada entre 2019 e 2020. Disponível em: <https://sampi.net.br/bauru/noticias/2157325/geral/2019/07/regularizacao-do-ferradura-futura-vila-do-sucesso--avanca>. Acesso em: 14 jan. 2024.

comunitários⁴⁷ desenvolvidos por entidades filantrópicas e organizações da sociedade civil, para minimizar as lacunas de atuação do Poder Público. Apesar das dificuldades relatadas ao longo de sua trajetória, ela concluiu o Ensino Médio e tem vontade em dar continuidade aos estudos. Atualmente está desempregada, buscando oportunidades como prestadora de serviços que vão de organização de festas até limpeza. Seu último emprego com carteira assinada foi em uma empresa de recuperação de crédito, na área de cobrança. Na sua percepção, apesar do slogan de empresa inclusiva, ela atribui a motivação do seu desligamento à transfobia.

As histórias dessas seis protagonistas ora se afastam, ora se aproximam por elementos em comum, serão analisadas e discutidas ao longo da tese.

2.3 Procedimentos metodológicos

Alguns procedimentos de pesquisa foram pensados e adotados de acordo com o referencial teórico-metodológico adotado, visando abarcar as questões levantadas no estudo e objetivos pretendidos, por meio da conjugação de métodos e técnicas de investigação.

Etapa 1 – projeto de pesquisa

Essa etapa envolve a construção do projeto de pesquisa apresentado para o ingresso no doutorado e sua reformulação após ser apresentado no Seminário de Pesquisa, em 2020.

Etapa 2 – planejamento inicial da pesquisa de campo

Nessa etapa, pesquisador e professora orientadora definiram as diretrizes e os critérios para o desenvolvimento da coleta de dados: perfil das participantes; local em que a pesquisa seria desenvolvida; procedimentos metodológicos para a coleta de dados; organização e análise de dados.

⁴⁷ Os projetos mais representativos nessa região são três: Projeto Caná; Projeto Seara de Luz; e Projeto Irmã Adelaide.

Inicialmente, ficou estabelecido que o foco da pesquisa seria mulheres transgênero. Essa escolha foi motivada pela vulnerabilidade de mulheres trans, que é maior do que em homens trans. Segundo dados⁴⁸ publicados pela ANTRA, de um total de 1.054 pessoas trans assassinadas entre 2017 e 2023, 97% eram mulheres. Assim, o foco da pesquisa foram mulheres transgênero que, em algum momento de suas vidas, foram excluídas do processo escolar.

O local ficou definido na cidade de Bauru, em que haviam ações voltadas à comunidade LGBTQIAPN+. A coleta de dados seria realizada pelo método História de Vida e o instrumento de coleta de dados seria a entrevista não estruturada.

Com base nessas diretrizes e critérios iniciais, submetemos o projeto ao Comitê de Ética em Pesquisa, por meio da Plataforma Brasil, que foi apreciada e aprovada de acordo com o Parecer nº 5.210.804 (Apêndice 1).

Etapas 3 – levantamento de informações para a pesquisa de campo

Nessa etapa, o objetivo foi estabelecer caminhos para os contatos com mulheres transgênero, de acordo com o perfil estabelecido. Assim, o primeiro passo foi procurar o Poder Público por meio da Secretaria Municipal do Bem-Estar Social (SEBES). O pesquisador solicitou uma reunião, sendo prontamente atendido. Na ocasião, foi perguntado à funcionária do setor se haviam registros de mulheres transgênero que moravam no município e se teria possibilidade de indicação de contatos para a pesquisa. Foi informado que o órgão não possui registros neste sentido, o que nos causou estranhamento por ser esse setor responsável por políticas de assistência e, também, pela emissão de carteiras de identificação de nome social, conforme determinado em lei municipal.

Fui informado de modo espontâneo e informal, de que há uma estimativa de que circulem pela cidade aproximadamente cem travestis e mulheres transexuais em situação de prostituição, porém quando se fala em mulheres transgênero que não estão nessa situação, o número é bem maior.

Na sequência, buscamos alternativas para esse levantamento. Fomos em busca de contatos de pessoas e instituições que desenvolvem atividades voltadas a esse público e de lideranças da comunidade LGBTQIAPN+, que forneceram

⁴⁸ Os dados são apresentados no tópico 1.2.9 *Dados da violência contra transexuais*, na página 78.

contatos de mulheres trans. Com base nas informações, foi organizada uma primeira lista e feitos os contatos, mas não houve retorno.

Depois de alguns meses, tive referência do Projeto Transolidárias e entrei em contato com a responsável, que prontamente me atendeu. Após algumas conversas, ela indicou uma lista com nome de mulheres trans atendidas pelo projeto.

Etapa 4 – organização de agenda e contatos iniciais

A partir dos contatos fornecidos pelo Transolidárias, uma nova agenda foi organizada. Iniciei os contatos pelo aplicativo WhatsApp e me apresentei, explicando brevemente os objetivos da pesquisa. Solicitei uma conversa para explicar de forma mais detalhada. Também foram estabelecidas conversas pessoalmente. Ao todo, foram contatadas 38 pessoas, das quais seis pessoas aceitaram participar da pesquisa.

Dentre as 32 pessoas que não participaram, um grupo não retornou o primeiro contato. Do outro grupo, uma parte das pessoas respondeu de forma direta que não gostaria de participar e a outra, permaneceu em contato com o pesquisador, mantendo informações por conversas informais, mas não quiseram gravar entrevistas.

As razões apresentadas para a não participação na pesquisa foram:

- a pesquisa não tem um sentido prático;
- a pesquisa não trará benefícios ou vantagens para a situação atual;
- a entrevistada sente vergonha;
- a entrevistada não quer se expor;
- a entrevistada já participou de outras pesquisas acadêmicas, mas não teve retorno;
- a entrevistada não se sente à vontade com o pesquisador (homem, cisgênero e branco)

Segundo a fala de uma das entrevistadas, uma dificuldade para se estabelecer contato com as mulheres transgênero é o fato do pesquisador ser homem cis gênero e branco e, portanto, não ter lugar de fala, o que representa uma barreira difícil de ser transposta.

Outra fala que apareceu de forma recorrente foi sobre o não retorno de dados da pesquisa. Elas explicaram que estão cansadas de participarem de pesquisas acadêmicas e não terem nenhum retorno.

Durante os contatos feitos com as mulheres transgênero, percebeu-se que nem todas viviam em situação atual de prostituição, tinham diferentes graus de formação, mas em comum todas manifestaram o preconceito vivido no período escolar.

Etapas 5 – realização das entrevistas

Durante os primeiros contatos, o pesquisador explicou os objetivos da pesquisa e colocou-se à disposição para esclarecer todas as dúvidas. Essas conversas iniciais foram importantes para ampliar a confiança das participantes em relação ao pesquisador e variaram em relação ao tempo decorrido.

Após os contatos, mediante o aceite em participar da pesquisa, as entrevistas foram agendadas, sendo que todas ocorreram presencialmente, na casa das entrevistadas, o que possibilitou conhecer o contexto, as condições objetivas e a dinâmica de vida de cada uma delas.

Antes de cada entrevista, o pesquisador explicou a dinâmica dos trabalhos e os parâmetros que seriam observados na análise das narrativas, destacando que o foco seria avaliar as memórias relatadas sobre a exclusão social na trajetória escolar, nos períodos da infância e adolescência. Também foi orientado a focar nas memórias relativas à infância, brincadeiras, família, religião, sexualidade e escola.

Todas as entrevistas foram registradas em áudio, com auxílio de um aparelho gravador, mediante o consentimento livre e esclarecido (Apêndice 02). As entrevistadas discorreram livremente sobre suas histórias de vida, com poucas intervenções do pesquisador, que ocorriam em situações extremamente necessárias ou para esclarecer a compreensão de determinados relatos e fatos.

2.4 Organização, interpretação e análise dos dados

Tendo em vista que essa pesquisa passa pela análise das narrativas de mulheres transexuais e travestis, que trazem em si uma carga de significados, optamos pela técnica da análise de conteúdo, que pode ser definida como um

conjunto de procedimentos metodológicos, em constante aperfeiçoamento (Bardin, 1977).

O principal objetivo dessa técnica é analisar diferentes fontes de conteúdo (verbais ou não-verbais). Quanto à interpretação, a análise de conteúdo transita entre o rigor da objetividade e a fecundidade da subjetividade.

Segundo Freitas, Cunha e Moscarola (1997), trata-se de uma técnica refinada, que exige do pesquisador dedicação, disciplina, tempo e paciência, além de certo grau de intuição, imaginação e criatividade, sobretudo na definição das categorias de análise. No contexto dessa pesquisa, optamos por seguir as etapas propostas por Bardin (2011), que consistem em: 1) pré-análise; 2) análise do material; 3) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação.

Etapas 1 – pré-análise

Será desenvolvida para sistematizar as ideias iniciais colocadas pelo quadro referencial teórico e estabelecer indicadores para a interpretação das informações coletadas. A fase compreende a leitura geral do material eleito para a análise, no caso de análise das transcrições das entrevistas, que compreende:

- a)** Leitura flutuante: é o primeiro contato com os documentos da coleta de dados, momento em que se começa a conhecer os textos, entrevistas e demais fontes a serem analisadas;
- b)** Escolha dos documentos: consiste na definição do *corpus* de análise;
- c)** Formulação das hipóteses e objetivos: a partir da leitura inicial dos dados;
- d)** Elaboração de indicadores: a fim de interpretar o material coletado.

No caso da pesquisa, foram realizadas seis entrevistas, com registro em gravador de voz, gerando 8 horas e 15 minutos de registro. Esse material foi organizado cronologicamente e transcrito para texto, utilizando editor de textos, gerando 150 páginas de transcrição.

Etapas 2 – análise do material

Consiste na codificação, considerando-se os recortes dos textos em unidades de registros, a definição de regras de contagem e a classificação e agregação das informações em categorias simbólicas ou temáticas.

Bardin (1977) define codificação como a transformação, por meio de recorte, agregação e enumeração, com base em regras precisas sobre as informações textuais, representativas das características do conteúdo. No caso das entrevistas, optamos por dividir as unidades de registro por tema.

Etapa 3 – interpretação e análise comparativa

Compreende o tratamento dos resultados, inferência e interpretação, que consiste em captar os conteúdos manifestos e latentes contidos em todo o material coletado. A análise comparativa é realizada através da justaposição das diversas categorias existentes em cada análise, ressaltando os aspectos considerados semelhantes e os que foram concebidos como diferentes.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 As histórias narradas por suas personagens

As histórias de vida e as experiências vividas por cada indivíduo são únicas. As pessoas apresentam-se para relatar sua história, lembrada a partir dos elementos mais próximos e significativos, dos espaços da casa, dos relacionamentos com a família, das brincadeiras de infância, das suas primeiras descobertas. Muitas vezes essas memórias também trazem as tristezas, os temores e as decepções de contextos de preconceito, violência e discriminação que deixaram marcas profundas por toda a vida.

Assim, buscamos tecer uma rede em que as histórias se movimentam, dando sentido às memórias de vidas construídas a partir de situações que aconteceram assim... na vida da Maytê... na vida da Lorena... na vida da Evelyn... na vida da Vitória... na vida da Michelle... na vida da Jéssica...

MAYTÊ, 60 anos

As lembranças de Maytê remontam à década de 1960, sobre uma infância vivida na “pobreza extrema, e... uma situação terrível” (Maytê, 60 anos).

Nascida em uma favela e sendo uma criança negra e em situação de vulnerabilidade, conheceu desde sempre as dificuldades e a falta de oportunidades. E apesar de nascer como menino, sempre soube que era diferente.

Ela se refere ao seu nome com muito orgulho e mostra uma relação de pertencimento com ele, construída desde antes de adotá-lo. “Eu tenho [esse nome] comigo que é desde que eu nasci. Mas, documento fazem uns cinco, seis anos. Lutei muito por isso” (Maytê, 60 anos).

Eu digo que eu não virei trans, que eu nasci trans; que essa coisa de você ser mulher, você... você ser diferente, isso eu me lembro... sempre viveu comigo, eu não me via um menino, eu não me via como menino, como... nunca me vi. Então, eu vivia nessa esperança, eu vivi na esperança de um dia de estar maior, de poder mudar pra eu poder sair dali, pra poder acabar com aquela briga, com aquela coisa que machucava tanto (Maytê, 60 anos).

Maytê nasceu e cresceu em uma família que considera desestruturada. Viveu uma infância marcada por violência, desrespeito e agressões sofridas dentro de casa e assistiu ao sofrimento da sua mãe diante dos abusos cometidos pelo seu pai, com quem mantinha um relacionamento distante.

Eu vivi uma infância aonde você via a sua mãe apanhar do dia primeiro de janeiro ao dia trinta e um de dezembro; que era à base de briga, a base de espancar, de machucar que a gente vivia. Então, até uns seis, sete anos de idade, é o que eu vivi; dificuldade de alimentação, você... nós não tínhamos o que as outras crianças tinha: Natal, Ano Novo. Nós, tínhamos briga. Briga, polícia e sangue. Mas, não tinha um Natal, não tinha um Ano Novo, não tinha nada (Maytê, 60 anos).

Em meio à pobreza e à violência, Maytê se preocupava com o seu futuro. O que seria dela? Como ela poderia mudar aquela situação? Eram anseios e inquietações pesados para uma criança de apenas seis anos de idade.

Eu ansiava, tinha uma ansiedade muito grande em passar aqueles anos, rápido, me tornar maior de idade, é... ser alguém, é... poder fazer alguma coisa, pra tentar mudar! (Maytê, 60 anos).

Sua formação religiosa teve início na Igreja Católica. Ela chegou a passar pelo catecismo, mas não deu continuidade. Estava cansada do preconceito no olhar e nos atos das outras pessoas. Com o tempo, ela deixou o catolicismo para encontrar nas religiões de matriz africana, o acolhimento de que precisava.

Eu decidi muito cedo, entre a igreja evangélica, católica e a matriz africana, o que é que eu queria pra mim. Tanto que eu frequentei a igreja católica, não fiz primeira comunhão, não fiz nada porque desisti no último dia, pra saber que eu ia ser de matriz africana, que era o que me encantava, o que me chamava a atenção e, que eu me identificava e me sentia bem. Eu não sentia aquela rejeição no olhar das pessoas. Porque a gente sabe o que é preconceito, desde pequenininho você vê o preconceito nos olhos do ser humano (Maytê, 60 anos).

Aos sete anos de idade, ela começou a trabalhar em uma fábrica de molduras para quadros. Na produção, ela chegou a operar uma serra. Assim como outras crianças, Maytê teve que deixar de lado uma parte da sua infância para trabalhar e ajudar no sustento de sua família.

[...] eu não fui uma criança de ficar... você ia me encontrar em casa, se eu não tivesse na serralheria, eu estava em casa, estava com um livro na mão, tava com alguma coisa fazendo ou ajudando minha mãe. Você não ia me ver na rua brincando como as outras crianças, justamente por esse incomodo, por esse incomodo. Porque quando você sofre agressão, eu consigo ir te defender, eu compro sua briga, eu viro tudo. Mas, quando é comigo, é uma coisa tão forte que me... desestrutura... (Maytê, 60 anos).

Ela não tem muitas recordações sobre brincadeiras, brinquedos e momentos lúdicos em casa ou na família. Nos seus tempos de infância, “[...] brinquedo não existia porque a gente nunca teve [...]”. A prioridade da família era garantir o básico e necessário para sobreviver, o que não incluía brinquedos. As brincadeiras na rua eram evitadas, pois ela tinha medo de sofrer preconceito por parte de outras crianças.

Mesmo quando busca recordações sobre brincadeiras, elas acabam remetendo a recordações sobre situações abusivas que ela sofreu dentro de sua casa. Parte dessas memórias incluem sua relação com o irmão mais velho, marcante pela violência que persistiu na idade adulta. Ela cita uma vez em que foi amarrada e amordaçada pelo irmão. Essa situação foi “[...] tão traumatizante que a impressão que dava era que a pessoa queria me exterminar[...]”.

[...] eu lembro que tem esse meu irmão que eu não converso com ele e, tava ali brincando... tinha visita em casa, tava ali “ah! Vamo brincar não sei do que lá ...” e, ele simplesmente ele me amordaçou, amarrô meus pés, minhas mãos. E tinha muita grama, a minha casa... [...] eu lembro disso como se ela tivesse poder e força

naquele momento ele teria acabado comigo. Sabe, é uma coisa que marcou (Maytê, 60 anos).

Ainda aos sete anos, Maytê começou a frequentar a escola. Era início dos anos 1970, quando ela iniciou na primeira série do primeiro grau, momento que ela comparou a um sonho, pois estava em um lugar onde iria aprender coisas novas, protegida das situações de preconceito e violência que sofria em sua família.

No entanto, a partir da segunda série, ela começou a sentir o preconceito materializado em olhares, ações, comentário. Não demorou para virem as agressões. Segundo a sua narrativa, Maytê não acredita que o preconceito seja parte das crianças, mas que elas o reproduzem.

As memórias trazem a violência sofrida e a omissão por parte de quem deveria defendê-la. Omissão dos professores, da direção e até dos pais, que não eram participativos na escola.

Então, eles me chamavam mais por nome, era sempre “viado” e “bicha”. Eu não tinha a quem recorrer, que eu ia falar com professor não adiantava nada, com diretor não adiantava nada. Então, você se torna uma pessoa agressiva pra poder se defender (Maytê, 60 anos).

Maytê menciona a falta de incentivo e de participação da família em sua vida escolar. Ela lamenta que seus pais não tinham interesse em saber sobre a vida escolar dos filhos.

Tá todo mundo, agora naquela época, não tinha quem me defendesse, sabe, me senti assim “joga lá e deixa lá”. Se eu estudei, se eu nunca reprovei de ano, se eu sempre passei, não foi porque eu tive incentivo da família, foi porque eu quis fazer, eu quis ir lá, eu quis estudar... porque ele é assim, nunca, nunca, nunca ele parou pra olhar o caderno pra olhar. Ele não sabe o que é reunião de pais e mestre, não sabe nada disso; eles não sabiam nada disso porque eles não iam. Não sabia, nada, nada... (Maytê, 60 anos).

A partir do momento em que passou a ocupar outros espaços além dos limites do seu convívio familiar, como a escola, a fábrica ou a rua, as agressões que antes aconteciam somente em casa foram se expandindo para esses contextos. Maytê teve que aprender desde cedo a se defender para sobreviver.

Sete anos, oito anos, foi... minha vida virou de ponta cabeça porque não era mais a minha família que me apontava, era a rua que me apontava. Era a rua, só que eu não tinha o que mudar na minha

postura, no meu jeito porque eu tinha... nasci assim, sempre fui assim. Então, as pessoas iam ter que me respeitar (Maytê, 60 anos).

Aos quatorze anos, caminhando para o final do ensino primário, Maytê viveu uma situação que considera como a sua primeira experiência visível de discriminação, dentro da sala de aula. Para ela, foi algo doloroso, pois ela foi publicamente discriminada por sua sexualidade e pela cor da sua pele, ironicamente pela única professora negra daquela escola.

Uma professora negra, era a única professora **negra [tom enfático]**, ela entrou na sala pra dar aula e tava aquela “converseira”, ela mandou todo mundo me cala a boca, mas a mim ela se dirigiu “neguinho viado”. Aquilo acabou! Porque eu não tinha pra quem recorre, não tinha... sabe quando você... não tinha... E o que me incomodava era saber que era uma mulher negra... negra. Então, você... aí eu fui perdendo a esperança não escola, “não, não é pra isso que eu vim” pra ouvi isso, e eu fui perdendo. Mas, continuei, superei, porque aí eu comecei a me impor, comecei a encarar, a olhar pra pessoas de cabeça erguida, “não vai mais repetir isso” (Maytê, 60 anos).

Nessa mesma época, há poucos meses para concluir o 1º grau, sua mãe ficou gravemente doente, chegando a ser desenganada pelos médicos. Ela lembra que a família chegou a recorrer à fé e atribui a isso a melhora daquela situação.

Minha mãe tinha... uma coisa que me marca muito, tava... muito doente, muito doente e, os médicos desenganou, desenganou e, aí, a família correu pro lado espiritual e resolveu (Maytê, 60 anos).

Aquela situação fez com que seus irmãos mais velhos não quisessem que a família continuasse morando na favela, pois segundo ela se recorda, até então eles viviam em uma “[...] casa que não tinha infraestrutura, não tinha... não tinha rede de encanamento [...]”, o que poderia ser prejudicial para a saúde de sua mãe. Eles conseguiram uma casa pela Companhia de Habitação Popular de Bauru (COHAB), no entanto, o pai obrigou os filhos a deixarem os estudos para trabalhar, sob a justificativa de que deveriam ajudar financeiramente com as parcelas do imóvel. Maytê não conseguiu concluir o 1º grau.

Não tinha nada! Então a família... os outros filhos não permitiu que ela voltasse. E eu lembro que aí, ele foi sorteado na COHAB, numa casa que hoje é Geisel, então fomos todo mundo pra lá. Mas juntos, todos indo pra lá... [...] ele [o pai] tira os filhos da escola, que era eu e

a minha irmã, e não deixa mais ninguém estudar. Não deixa mais ninguém estudar, cada um vai trabalhar, e foi ali parou os estudos. Eu não me formei... (Maytê, 60 anos)

Nessa época, Maytê conseguiu um emprego em que ela “[...] entrava às quatro horas da manhã e saía às nove [da noite]” (Maytê, 60 anos). Mas estar fora da escola e distante dos estudos a incomodava. Então Maytê resolveu fazer um curso, escondida do pai.

Ela lembra que demorou alguns anos para assumir a sua orientação sexual para sua família. Recorda, ainda, que a sua mãe sempre soube, mesmo sem dizer uma palavra.

Minha mãe, ela olhava em mim e, ela sabia quem eu era, quem eu deixava de ser; eu simplesmente não dizia “eu sou, vou assumir” porque como eles... eram velhos, eu dizia que eu não ia fazer isso porque eu sei que as pessoas falam, sei que as pessoas atiram pedra. Agora o meu pai e minha [mãe] tá nessa idade, não por ele, porque eu queria que isso explodisse, eu falei “mas, como é que eu vou fazer isso? Alguém vai falar, ela vai ouvir, ela vai ficar triste”; eu não tenho direito disso. Então, eu fui me segurando, fui me segurando, fui me segurando, os meus sonhos foram ficando pra trás (Maytê, 60 anos).

Maytê se recorda das constantes agressões verbais do seu pai e que, em certo momento, passaram a ser feitas publicamente, em qualquer lugar, até no meio da rua. Bastava que uma discussão fosse iniciada para que ele a chamasse de “bicha” e “viado” na frente de qualquer pessoa. Um dia, estavam em uma feira muito movimentada na cidade, quando as ofensas tiveram início. Ela se lembra de que naquele momento, chegou ao seu limite.

Eu falei “tá, então agora acabou!”, eu arranquei a roupa no meio da rua e falei “tá, o senhor não fez um filho homem, o senhor fez uma filha mulher, a partir de hoje o senhor nunca mais vai se dirigir a mim, porque aquele seu filho, pra mim já tava morto, agora, hoje, eu estou enterrando ele”. Em nunca mais, na minha vida, eu admiti ser chamada na minha vida por outro nome, nunca mais eu vesti calça comprida, eu me tornei... eu falei “a Maytê⁴⁹ nasceu e ela vai prosperar” (Maytê, 60 anos).

Maytê teve que sair de casa, aos 17 anos. Foi para a casa de sua irmã, onde ficou por dois dias, no entanto, ela teve que sair de lá também. Sem ter para onde ir,

⁴⁹ O nome real foi substituído no relato, para preservar a identidade.

ela passou a noite em um banco de praça. No dia seguinte, foi para um hotel, no centro da cidade, onde morou por dez anos.

A primeira noite não tinha onde dormi eu dormi num banco de praça; segunda noite eu fui pra um hotel, nesse hotel eu morei lá dez anos, nesse hotel. E eu fui fazendo a Maytê né, fui fazendo a Maytê que não é uma vida fácil. Que os meus sonhos, eu tinha sonhos que era terminar os estudos é... é... sabe... ir para uma faculdade, que não é impossível, na época poderia ser difícil, mas, impossível não é. tinha um sonho de ir pra uma faculdade, fazer Direito, né, Direito dentro dessa coisa... de defender os seres humanos, a injustiça... (Maytê, 60 anos)

Maytê tinha o sonho de concluir seus estudos no segundo grau e cursar Direito para ter condições de fazer algo em benefício de outras pessoas, mas o sonho teve que dar espaço para a realidade. Sendo uma mulher transexual, negra e sem recursos, sem casa, afastada da família e sem uma rede de apoio, ela teve que buscar meios para se sustentar e lutar para sobreviver.

Nesse tempo, ela conheceu outras travestis e mulheres trans com quem manteve amizade e passou a frequentar lugares onde pessoas transgênero pudessem circular sem serem incomodadas. Havia poucas opções em Bauru nessa época.

Uma lembrança interessante foi sobre as situações de uso do banheiro coletivo. Ela e algumas amigas costumavam frequentar um bar e, nesse local, ela era a única mulher trans que poderia utilizar o banheiro feminino, mas essa situação a incomodava. Ela tentou convencer o dono do bar a permitir que as demais tivessem o mesmo direito. Até que ela disse que se fosse assim, então ela passaria a usar o banheiro masculino.

[...] eu era a única que tinha assim... a única que podia usar o banheiro feminino... era eu. Outras não, ele não permitia, até que eu conversei muito, falei que não era certo isso... então eu ia usar o banheiro... masculino também (Maytê, 60 anos).

O dono do bar não acreditou que ela iria utilizar o banheiro masculino. Em um sábado, o bar estava cheio e havia uma fila de pessoas para o sanitário. Foi quando Maytê resolveu entrar na fila, o que gerou uma confusão.

[...] quando eu cheguei na porta, começou um escândalo, porque o cara dentro do banheiro ele viu uma mulher de saia. Ele falava assim

pra mim “moça, o seu lugar é lá do outro lado”, eu falei “não, moço, o meu banheiro é aqui”, “não é do outro lado”, “é aqui”, eu falei “rapaz, eu tô te falando que é aqui, eu vou usar aqui pronto e acabou”. Nossa, foi um escândalo, uma baixaria, chamaram a polícia (Maytê, 60 anos).

Diante da confusão, o dono do bar passou a autorizar que as demais mulheres trans utilizassem o banheiro feminino, desde que pedissem a chave da porta, para controle.

Maytê passou a frequentar a vida noturna e se recorda de outras mulheres trans, muitas acabavam atuando como profissionais do sexo, outras acabavam consumindo drogas e havia situações em que elas eram reativas, como forma de defesa pelo preconceito.

Então, as meninas, elas iam, e eu, eu...sabia das vida dela, todos contavam... cê entendeu. Então, você vai assistindo e, eu não me perdi nessa noite que elas se perdem. Aí eu... não me fala de droga, eu conheço porque as meninas usavam, o pessoal usava, mas eu nunca usei. Falei, “tudo que eu fiz foi na cara limpa”; gosto de cerveja e bebo cerveja, ponto. Mas, eu não uso cocaína, nunca usei maconha, nunca usei pedra... essas coisas eu não uso, eu não preciso disso, então não é fácil você levar (Maytê, 60 anos).

Uma memória recorrente desse tempo foi a repressão policial sobre travestis e mulheres transexuais, nos anos 1980. Ela se lembra de que muitas amigas foram mortas, outras desapareceram. A abordagem policial era constante, cerceando o direito de circulação, não importa se fosse em situação de prostituição ou se simplesmente por estar na rua.

[A avenida Nações Unidas] Era um buraco, você ter que correr da polícia da cavalaria e eles atrás de você pra te pegar. E isso aconteceu muito, muito, muito, muito. E, eu morava lá na Rodrigues e as meninas trabalhavam em frente ao Cemitério da Saudade, eu tenho amizade com todas. Aí, estava muito calor, eu falei pra minha amiga “eu vou subir lá no cemitério”, “o que você vai fazer lá”, “vou falar com elas, vou conversar... ué”. Aí, subi; aí sentei num banco lá, não estavam trabalhando vieram, aí ficamos conversando, conversando, conversando... e não demorou muito sobe a cavalaria, já começa a botar todo mundo pra correr, “e você não vai caminhar não?”, “eu não estou com vontade... estou em praça pública, eu não estou com vontade”, “ah! Mas aqui não é lugar...”, “não é lugar do quê? Me diga o que é que eu estou fazendo?” (Maytê, 60 anos).

Nesse trecho, Maytê menciona o Cemitério da Saudade, local frequentado por travestis que atuavam como profissionais do sexo na década de 1980.

É público... falei “eu tô sentada. Mas para evitar eu vou embora, porque são nove horas da noite e eu quero sair ainda hoje”. Aí, eu desci a Rodrigues porque eu morava na Quadra 3, aqui embaixo e, ele com o cavalo aqui em mim, o cavalo fungando... (Maytê, 60 anos).

Aos 24 anos, Maytê conheceu um rapaz de 17 anos com quem manteve um relacionamento de oito anos. Segundo ela, esse foi o seu primeiro e último relacionamento, que terminou por infidelidade do seu companheiro. Eles nunca mais mantiveram contato.

Ela fala sobre como iniciou a sua militância na área da saúde, para pessoas com HIV. Seu primeiro contato com uma ação nesse sentido foi em uma festa, onde conheceu uma senhora que falava sobre como era ser voluntária. Até que essa senhora a convida para atuar voluntariamente no programa de prevenção à AIDS. Maytê declinou, dizendo que não tinha tempo.

Após muitos anos, ela precisaria passar por uma cirurgia e realizou os exames prévios. Ela se lembrou de que no dia em foi atendida, o atendente a chamou pelo seu “nome morto”, uma situação que ainda é muito comum acontecer com pessoas trans.

Porque eu costumo dizer, se você não tem a sua identidade, se você chegar num lugar público e vai exigir ser chamada, então, você vai, entrega e explica pra pessoa “eu quero ser chamada assim... assim”. [...] Você vai enfrentar obstáculos, porque tem pessoas que mesmo você pedindo faz questão de torturar e falar [...]. E foi o que me aconteceu. Posto de saúde, sete horas da manhã lotado, a pessoa me faz isso, isso comigo, me chama pelo nome do morto. Sete horas da manhã [...]. Aí, eu, eu comecei a fazer o tratamento... pra poder operar, e sair com exame, faz exame, vem e exame. Eu estava perfeita não tinha nada, até que deu um probleminha de sangue, fui fazer por conta própria e aí eu ganhei um presente da natureza. Eu descobri do dia pra noite que eu era soro (Maytê, 60 anos).

Maytê se recorda do choque quando descobriu que era portadora do HIV. O dia em que recebeu a notícia era véspera do seu aniversário. Uma lembrança que a marcou foi o tratamento desumano do médico ao dar a notícia e as primeiras orientações. “Você só tem dois caminhos: cuida pra não morrer ou não cuida e vai morrer”. Em seguida, ele pegou um chaveiro pequeno, em forma de caveira, que estava sobre a mesa, e disse “Ou você faz o tratamento ou você vai ficar igual isso daqui”, entre outras situações.

Ela foi encaminhada para o programa de atendimento a pessoas com HIV do Centro de Tratamento de Aids (CTA) de Bauru, o mesmo que havia sido convidada anos antes.

E a partir disso eu fui ficando dentro desse grupo, ficando dentro desse grupo, aprendendo muito. Aí, eu voltei pra lá, pra lá pra cima e, assim... falaram de mim no programa, não sei porque falaram. E o programa me chamou pra eu ir pra uma festa de vinte e cinco anos do HIV em Bauru, no Brasil. E eles estavam precisando de alguém que representasse a cidade e, eles não estavam encontrando. “Você pode ir?”, eu falei “posso” (Maytê, 60 anos).

A partir desse momento, uma nova etapa se inicia na vida de Maytê: a militância na saúde pública de travestis e transexuais, portadores de HIV. Ela lembra nesse momento sobre o seu sonho em estudar Direito e que um dos objetivos era poder ajudar aqueles que não tinham voz para se defender. Esse desejo e essa força, agora, viriam na militância.

Ao se lembrar das dificuldades que ela e outras pessoas trans enfrentaram, ela comemora o fato de ainda estar viva, lamenta pelas amigas que partiram e demonstra preocupação com as gerações de pessoas trans mais jovens.

Eu falo “gente, pra nós termos o que nós temos hoje, em questão de política, muitas morreram lá trás”, porque naquela época que eu tinha sete anos, com treze, quatorze que me tiraram da escola se é hoje o poder público já estava no meu portão; o poder público já estava lá e já tinha resolvido tudo pra mim. Eu falei “hoje, vocês têm uma garantia dos seus direitos” falei “que naquela época, eu não tinha o poder público na minha porta”, naquela época não vinha a SEBES [Secretaria do Bem Estar Social] bater no meu portão levar cesta básica (Maytê, 60 anos).

Com o engajamento na militância e a participação voluntária em projetos e ações, ela reconhece a importância dos movimentos sociais e a luta política.

Porque você sabe que o que eu aprendi nessa luta toda... que eles que estão no poder, eu aprendi que nós, que estamos aqui fora, o movimento popular, que eles que [estão] no poder têm medo da boca do movimento popular... (Maytê, 60 anos).

Maytê se lembra de que resolveu retomar os estudos e, em 1994, ela estava de volta na escola. Em aproximadamente vinte anos, pouca coisa havia mudado e alguns problemas ainda permaneciam.

Logo na matrícula, ela encontrou dificuldades em relação ao seu nome social, pois os documentos foram preenchidos com o seu “nome morto”. Ela se lembra que explicou a situação para a funcionária, que mostrou sua carteirinha e os comprovantes de que estava em processo de transição e disse que queria ser chamada pelo seu nome social. Os argumentos foram em vão.

“Não tem que preencher com o nome de carteirinha”, “eu tô pedindo pra ser chamada [com ênfase] “e você coloca entre parênteses, porque se alguém chegar”; nossa pra quê que eu falei isso pra criatura. Dei show. Aí, eu fiquei tão mal, sabe, quando você fica mal? Eu fiquei tão, porque eu achei que na escola não fosse me acontecer isso. Daí eu falei “não vou mais” (Maytê, 1960).

Após uma discussão, Maytê resolveu voltar no dia seguinte e foi acolhida por outra funcionária, que acertou aquela situação. Ela então deu continuidade aos estudos e, finalmente, conseguiu se formar. Dessa vez ele tem recordações do acolhimento que teve e até como foi homenageada pelos colegas.

Eu fiz amizade com todo mundo, com diretor da escola, com todo mundo. E aí, quando saiu a formatura, eu fui escolhida pelos alunos que eu era amiga e a melhor aluna da escola. [risos] Aí, ganhei presente... foi um barato, foi uma escolha particular deles. Então, compensou, uma festa que poderia ter sido bem antes, mas eu não me importei, foi o meu momento, foi a minha hora. E eu estava feliz (Maytê, 60 anos).

Depois de alguns anos, Maytê decidiu dar mais um passo e tentou seguir os estudos em uma graduação. Mas novamente teve problemas com o seu nome social.

Aí, fui pra faculdade, falei “vou!”. Fiz a matrícula uma vez, deu problemas... eles não entendiam que eu tinha trocado meu nome, porque ele leva para desaparecer no sistema um ano; um ano para desaparecer no sistema. Então você apresenta identidade, a pessoa tem que entender que vai bater com outro nome, a pessoa tem que entender que foi trocado (Maytê, 60 anos).

Mesmo após resolver o problema na matrícula, Maytê relata problemas posteriores, dificuldade na dinâmica da instituição e recorrentes problemas sempre que fazia a matrícula, pois o sistema não processava seus dados, em razão do seu nome social. Diante disso, ela desistiu do curso.

Os desafios, as lutas e as superações são marcantes nas memórias narradas por Maytê, que dão incentivo e esperança para que as leiam. Ao perguntar qual é o seu sonho, ela responde:

Não tenho! Sabe, existe assim... a minha vida é aquele sonho, sonho não realizado. Eu sempre fiquei em busca de realizar o meu sonho. Tanto que eu voltei a estudar agora, porque quando eu voltei da outra vez que foi em 94, eu sofri preconceito na escola (Maytê, 60 anos).

Maytê passou a vida lutando para sobreviver ao preconceito, cresceu em meio à ditadura militar, ao autoritarismo no país e à incompreensão da família. Deixou a escola, passou pelas adversidades, enfrentou a transfobia e o racismo, mas não desistiu e hoje, é uma inspiração para as gerações mais jovens.

LORENA, 46 anos

As memórias de Lorena remontam a uma infância vivida com poucos recursos financeiros, vindo a crescer e se desenvolver no seio de uma família simples e moralmente conservadora. Ela foi adotada e esse fato nunca lhe foi negado durante a sua criação, não tendo lembranças de sua família biológica, pois chegou ao novo lar ainda bebê e seus pais adotivos já tinham uma idade relativamente avançada quando a receberam.

Lorena foi criada de acordo com seu sexo biológico. Com o passar do tempo, ela foi percebendo que era diferente de outros meninos de sua idade e não entendia ao certo o que estava acontecendo. Um dos pontos cruciais e decisivos para seu desenvolvimento enquanto indivíduo foi a falta de orientação em casa, que só fez seus conflitos aumentarem e persistirem até o momento, o que fica evidente pelo fato dela sempre se colocar no masculino, em um relato sobre um passado narrado no tempo presente.

E, até então, eu não entendia, eu não entendi, realmente, o que que era isso, né, na minha vida, porque eu não tinha entendimento. Eu sou adotado, por pai e mãe, entendeu, eles eram de idade, e eles também não sabiam me explicar, entendeu (Lorena, 46 anos).

A família de Lorena também percebia que ela era diferente das outras crianças. Nas suas palavras, seus pais observavam com preocupação que “desde

pequeno, que eu já era diferente, que eu não gostava de carrinho, só gostava de boneca” (Lorena, 46 anos). Na medida em que seu desenvolvimento avançava, ela apresentava comportamentos, interesses e necessidades que não eram esperados para um menino, algo evidente nos espaços de convívio social. Isso ficava evidente em relação aos brinquedos e às brincadeiras.

Eu comecei... desde a infância, né, vamos começar da infância, lá atrás... desde pequenininho que eu era diferente. Eu não gostava de brincar de carrinho, eu não gostava de brincar de carrinho; eu só gostava de brincar com meninas, só com boneca (Lorena, 46 anos).

As brincadeiras lembradas por Lorena são, na maior parte do tempo, de boneca, onde por meio da imaginação ela e as amiguinhas assumiam os papéis socialmente atribuídos ao gênero feminino, seja ao cuidar da criança, seja ao cuidar da casa. Outras brincadeiras também são lembradas na narrativa, como esconde-esconde ou pega-pega, porém ela não gostava de carrinhos, nem de futebol ou quaisquer outros brinquedos ligados aos meninos da sua idade.

Assim, o espaço da ludicidade e da imaginação traziam segurança em um mundo onde ela não se sentia correspondida. No entanto, ela relata de forma sutil os primeiros abusos que sofreu, ao brincar com os meninos.

[...] eu não gostava de jogar bola, não gostava de futebol. Meu negócio era brincar com as meninas, brincar de casinha, brincar de dona de casa, brincar de boneca. Eu nun... nunca quis brincadeira de menino. O máximo que eu fazia era esconde-esconde, entendeu; mesmo assim, eu ia esconder, ia esconder com os meninos, entendeu. Já vinha daquela coisa de criança, de pequeno já (Lorena, 46 anos, grifo nosso).

As memórias de Lorena sobre a escola não trazem informações mais detalhadas sobre os espaços por onde passou, os professores pelos quais passou, seus colegas ou mesmo o ensino. É como se essa parte da sua vida fosse algo que ficou no passado, em um lugar intocável. Ela foi marcada pelas sucessivas ações de violência que a levaram a se isolar das pessoas e, a certa altura, abandonar os estudos ainda no ensino primário.

E foi ocorrendo os anos, eu fui pra escola, eh... as crianças me chamavam de gay, de viadinho, e aquilo ia me machucando, ia me ferindo, entendeu. E eu, não queria ir pra escola mais, eu não queria

ver ninguém. Não queria frequentar a casa de ninguém (Lorena, 46 anos).

Durante os anos em que se afastou da escola, ela também se distanciou do convívio com outras pessoas por medo de ser novamente ferida. Apesar de ter família, ela não podia contar com uma rede de apoio que desse suporte e orientação sobre a sua sexualidade.

Fora da escola e ao final da infância, Lorena começa a trabalhar na entrega de jornais impressos, de porta em porta, uma atividade que ela classifica como “serviço de homem”. Mais tarde, ela passa a trabalhar na cozinha de restaurante, ofício que ela realizou por anos.

Eu tive então, na minha infância, o meu primeiro trabalho foi, foi com...com registro, foram com 13 anos de idade. Eu trabalhei no JC, Jornal da Cidade de Bauru, eu trabalhava com bicicleta, como entregador, serviço de homem, como entregador. Daí, eu fiquei lá por cinco anos, quando eu saí de lá eu fui trabalhar em restaurante. Onde eu me identificava mais, cozinha, com as mulheres, de auxiliar de cozinha, lava louça. E foi o meu ramo inteiro foi em cozinha e em restaurante. Até hoje (Lorena, 46 anos).

Ainda aos 13 anos de idade, Lorena começou a assumir a sua homossexualidade, ainda como homem cisgênero. Nesse período, ela conheceu um homem mais velho, com o qual manteve um relacionamento íntimo, fato que teve peso relevante em sua narrativa, pois a experiência de vida do seu parceiro, mais maduro, acabou preenchendo um espaço vazio deixado pela falta de orientação de sua família e do apoio de pessoas de convívio mais próximo.

Já fui me aprofundando mais, foi aonde eu me assumi com 13 anos de idade. Eu assumi, tive um relacionamento, não foi lá aquelas coisas, entendeu. Porque quando você é novo assim, você procura algo que você não teve na infância, entendeu. E eu procura isso daí em outras pessoas, e não era realmente isso daí que eu queria na minha vida, entendeu (Lorena, 46 anos).

A fragilidade na base familiar levou Lorena a esse relacionamento no início da adolescência, fase marcada por intensas transformações. Ela buscou em outra pessoa aquilo que, segundo ela, não teve na infância, seja pela orientação que deveria ter em casa ou na escola. Mesmo em um relacionamento que, nas suas palavras, “não foi lá aquelas coisas”.

Nesse tempo, ela resolveu retornar à escola para dar prosseguimento aos estudos. Até aquele momento, ela já tinha um pouco mais de compreensão sobre sua orientação sexual, mesmo pela ótica do senso comum. No entanto, os episódios de violência na escola continuaram até que Lorena decidiu abandonar definitivamente os estudos. Ela estudou até a quarta série do ensino primário.

Aí, ao passar de um tempo eu voltei pra escola, mas já estava com uma outra cabeça, entendeu. Eu já tava assim, completamente, um pouco diferente, já entendendo mais, já entendendo o que era o homossexualismo, entendeu. Daí, eu fui passando o tempo, eu voltei pra escola, conclui até a quarta série. Daí, eu parei porque eu tive muito preconceito, muita coisa, entendeu. Teve muito *bullying* e, eu não quis continuar. Eu decidi por parar (Lorena, 46 anos).

Sem continuar os estudos, com mais idade e sem muitas perspectivas, Lorena manteve-se trabalhando em um restaurante para garantir ajudar no sustento da sua família. Curiosamente, em sua narrativa, ela se refere à homossexualidade como “homossexualismo”, termo em desuso que remete a sua orientação sexual a uma patologia e que está cristalizado em sua fala.

Daí, eu fui crescendo, eu entrei no restaurante pra trabalhar; fui trabalhar na copa, depois fui trabalhar na chapa (Lorena, 46 anos).

Nesse contexto, torna-se perceptível que o que mais marcou a trajetória escolar foi a violência, o preconceito e a discriminação. Nas lembranças desse período, não são mencionadas vivências positivas, pois, se existiram, tornaram-se irrelevantes. É muito forte e presente em seu relato as constantes agressões que sofreu na escola.

Não tem um pingão de respeito; eu passando por grupinhos, assim, de meninas, de meninos, eles zoavam, eles caçoavam. E aquilo ia me deixando mal, muito pra baixo, entendeu. Porque eu era uma pessoa só, eu passava perto de um monte de gente e, eles pegavam... eles caçoavam (Lorena, 46 anos).

Com um pouco mais de compreensão sobre a sua sexualidade, ela começou a perceber que seus interesses estavam distante daquilo ditado pelo gênero. E percebeu o que queria quando passou a observar pessoas do gênero feminino que estavam mais próximas, como as suas irmãs. Nesse momento, Lorena começa a assumir-se como mulher transexual.

Porque eu queria tudo diferente, eu via as minhas irmã, e eu queria ser igual a elas, entendeu. Eu não... não vi eu como meus irmãos, como minhas irmã. Eu queria me vestir, eu queria me arrumar, mas eu não podia, porque eu era... bem criança ainda, na época, entendeu. Aí, depois de uma certa idade, depois que eu cresci mesmo, que eu fui passar, mudar, a usar minhas roupas, me maquia, ter o cabelo grande, se vesti, colo... usar salto, sai, foi depois de uma certa idade. Porque quando eu era pequeno, eu gostava de roupa feminina, mas não podia usar (Lorena, 46 anos).

Um ponto que mostra o conflito interno está no final do trecho acima, quando ela recorre às lembranças da infância e se recorda que já tinha interesses em roupas femininas, mas não podia usá-las.

A adolescência trouxe cada vez mais novas descobertas. Diante do preconceito, Lorena buscou refúgio nas noites em boates gays e programações em que estivesse mais próxima dos seus pares. Esse distanciamento trazia segurança.

Adolescência, você quer sair, você quer se divertir, você quer conhecer gente novas, entendeu. Eu tive uma fase, mais ou menos, dessa parte, mas só que eu frequentava com pessoas de... LGBT, como eu entendeu, que a gente saía, ia pras boates gays, se divertia. Onde você se sentia um pouco mais à vontade porque na rua, não dava pra você ser o que você era. Você tinha sempre que estar se escondendo, você não poderia ser você mesmo (Lorena, 46 anos).

Com o passar do tempo, Lorena foi mudando a sua aparência, a fim de assumir a sua transexualidade.

Eu fui mudando, eu fui mudando o meu cabelo, eu fui tomando hormônio, eu fui modificando. E... tive outros relacionamentos, outras frustrações, entendeu. Não foi fácil; foi difícil porque o preconceito existe. Pra todo lugar que a gente vai, as pessoas te olham diferente. Te vê de outro modo, te vê do modo como você é, não te respeita (Lorena, 46 anos).

Sua família, com exceção de sua mãe, não aceitou a sua transformação e chegou a reagir com agressões e apontamentos. Atualmente essa situação tornou-se mais amena.

Completamente contra né, como sempre. Como todo mundo são completamente contra, só quem foi a favor foi minha mãe, né. Ela que ficou do meu lado, ela que me apoiou. Porque meus irmãos, minhas irmãs, eles não aceitam, né. Eles não aceitavam, até então. Hoje, eles aceitam, né. Hoje, eles... porque eu tenho uma vida pessoal sozinha, entendeu. Hoje, eles ainda aceitam, mas no começo foi muito difícil. Foi uma barra (Lorena, 46 anos).

Lorena relatou sobre a sua formação religiosa. Praticamente toda a sua família seguia a religião evangélica e esse foi um dos motivos às críticas e apontamentos quando ela decidiu manifestar a sua sexualidade.

Teve por que eles queriam que eu fosse pra igreja, eles me obrigavam, falava que isso era coisa do demônio, que isso não era normal, entendeu. Que, que... que isso não vinha de Deus, entendeu, porque Deus criou o homem e a mulher; isso não existia. Que eu estava perturbado, que eu tava doente, entendeu, tudo isso (Lorena, 46 anos).

A família entendida a homossexualidade e a transexualidade como doenças, algo que não é natural na constituição binária homem e mulher. Pelo fato de ser considerada uma doença, houve tentativas de cura.

Tentaram me curar de algum jeito, entendeu. Mas, não teve jeito porque eu mesmo seguia minha religião, entendeu. Eu mesmo, depois de uma certa idade, eu procurei minha religião. Eu me encontrei (Lorena, 46 anos).

Lorena relatou que em um determinado momento, seus irmãos a agrediram fisicamente e a colocaram à força no porta malas de um carro. Ela foi levada para um local afastado e desconhecido, onde passou por violência física e psicológica.

Cheguei a apanhar, entendeu. Cheguei a ser... parar num lugar, eles me pegaram num lugar e jogaram dentro do carro. Me leva embora, falar um monte, xingar, bater (Lorena, 46 anos).

Uma lembrança dolorida foi a perda da mãe, que nas suas narrativas, foi a pessoa que ela mais gostava na família e a única que a apoiou quando ela assumiu a sua sexualidade.

Hoje, minha família me aceita; eu perdi minha mãe, que... a pessoa que eu mais gostava, a pessoa que mais tava do meu lado, que me apoiou nas horas mais difícil. Que quando que me abri com ela, falei pra ela que eu era trans, ela disse que eu não iria deixar de ser filho dela, que eu ia ser filho dela do mesmo jeito, entendeu. Ela foi a única que me apoiou (Lorena, 46 anos).

Lorena relatou que depois que atingiu a idade adulta, preferiu buscar a sua espiritualidade, em um lugar que fosse inclusivo. Ela se encontrou na umbanda, “porque eles apoiam né, eles não criticam você, não desfaz de você” (Lorena, 46

anos). No entanto, ela também relatou um momento de recaída em sua depressão, momento em que ela buscou novamente a fé evangélica.

[A umbanda] Não discrimina. Agora vai fazer dois meses atrás, eu tive uma depressão muito grande e eu fui parar na Igreja Universal. E eles quiseram fazer uma lavagem cerebral lá, “vinheram” [vieram] na minha casa, quiseram fazer uma lavagem cerebral na minha cabeça; aqui, na minha casa queriam que eu desfizesse das minhas coisas. Falou que tinha coisa de macumbaria, de feitiçaria, entendeu. Queria que eu cortasse meu cabelo. Queria que eu mudasse meu jeito de andar, meu jeito de falar. E isso eu não consigo (Lorena, 46 anos).

As narrativas de Lorena são marcadas por fragilidades que ainda não foram totalmente superadas. Ela lamenta o desrespeito e a violência contra mulheres trans e desabafa que gostaria somente de ser ele mesmo, poder sair e entrar nos lugares a qualquer hora em segurança.

Queria ser eu mesmo, entendeu. Poder sair, poder andar nos lugares; poder ser tratado igualmente, igual a todo mundo. Porque eu trabalho, eu pago meu imposto, eu pago IPTU, eu pago aluguel. Eu queria ser tratado ser tratado que nem todo mundo, como tudo mundo é. Mas, é impossível isso, principalmente de dia; de dia é pior, a noite ainda tem um certo lado, tem um certo lado que dá pra você ficar um pouco mais escondido. Mas, de dia é... um perigo pra você, entendeu (Lorena, 46 anos).

Ela se lembra das pequenas atitudes de preconceito que sente todos os dias, como quando utiliza o transporte público e as pessoas não querem ir sentadas ao seu lado, pelo fato de ser uma mulher trans.

As pessoas já te olham de outro jeito; no ponto de ônibus, inclusive eu tenho assim, eu tenho carteirinha de especial né, de passe de ônibus. Já aconteceu comigo 4, 5 vezes de eu tá sentado no banco, pessoas não sentar do meu lado por causa de preconceito. O ônibus ir lotado, mas o banco ir vazio do meu lado, mas não sentar do meu lado (Lorena, 46 anos).

Outra lembrança triste é sobre a situação em que a mulher trans é colocada pela falta de oportunidades, que a levam a um subemprego ou à prostituição. Esse contexto de vida acaba levando à objetificação dos corpos trans.

É horrível, é horrível. É complicado, porque que nem tava falando, eu tava falando pra você, porque tem duas opções né, da pessoa trans, ou você procura um serviço desde pequeno ou você vai pra rua,

tentar se prostituir. Usar seu corpo de alguma forma. Então, geralmente, a pessoa vê, quando vê uma pessoa trans, geralmente já vê isso daí, já vê diretamente o sexo. Já liga os fatos, diretamente, ao sexo. Pra isso... só pra aquilo que ela pessoa serve, pra mais nada (Lorena, 46 anos).

Lorena relata que atualmente vive sozinha e faz uso de medicamentos para tratar a depressão. Ela não possui rede de apoio e, em alguns momentos fica trancada.

Então, assim, não é fácil a vida de uma trans, entendeu. Ho... hoje, assim, eu vivo sozinha, eu vivo isolada. Eu tomo muito medicamento, entendeu. Eu não tenho relacionamento com ninguém hoje, não tenho vontade, entendeu. Fico maioria das vezes só, trancado. E... pra mim, sabe assim, foi tudo difícil dos 13, 14 anos, 15 anos de idade (Lorena, 46 anos).

Lorena lamenta por sua vida, por estar sozinha e sem relacionamento, por não ter um companheiro e pela quantidade de medicamentos que ela tem que tomar todos os dias. Ela tem medo de sair na rua por causa do preconceito e da discriminação.

E isso daí, é difícil porque vai te sufocando por dentro, né. Isso vai te causando uma dor muito grande; porque você não pode ser o que você é, entendeu. É difícil isso. E hoje, eu me encontro aqui, entendeu, tô com 46 anos, tô sozinho, tomo um monte de medicação, entendeu. Eu... vivo uma vida sozinho, sem ninguém, sem companheiro, sem ninguém. Tenho muito medo de sair na rua, entendeu, por causa do preconceito, ainda, que existe bastante, entendeu. Então, assim, eu vivo mais reservado (Lorena, 46 anos).

Lorena tem lutado desde sempre. Lutou contra o preconceito na família, o julgamento das pessoas e a discriminação na escola e, atualmente, luta contra a depressão. Mas ela tem esperança na vida e nas pessoas, apesar do seu medo em sair na rua e ser mais uma vítima do ódio.

EVELYN, 40 anos

Evelyn se recorda de uma infância tranquila, comum a tantas outras crianças. Ela se lembra que, desde pequena, nunca gostou de nada relacionado ao sexo masculino e, desde cedo, nunca se identificou como um menino.

Eu vim de uma família onde criança é livre pra ser criança. Existe uma cobrança de um tio, de uma tia, mas meus avós eram muito rígidos com isso, “criança tem que ser criança”, independente da escolha, “você vai querer um carrinho, uma boneca, deixa a criança brincar e ser livre” (Evelyn, 40 anos).

Evelyn se lembra de que passava muito tempo na casa da avó, com seu irmão e os primos. Por ser uma família numerosa e a maioria, mulheres, sua avó deixava as crianças livres para brincarem como quisessem, de boneca ou de carrinho.

[...] eu vivia muito com a minha avó, por conta de meus pais trabalharem, já disse que minha avó era muito liberal, no sentido de ser crianças. E aí, eu era livre pra brincar de bonecas, porque tinha muitas primas. Porque nós somos quase 15 ou 16 primas e 4 primos, desses 4 primos, um deles é meu irmão. Então, eu perco um primo e fica só 3, porque um é o meu irmão. Então, era muitas mulheres, e eu acho que até isso minha avó pesava, tipo né, “como vai impor um carrinho puxando carrinho com esse bando de mulher. Então, então deixa todo mundo ser feliz. Pega o carrinho, põe a Barbie no carrinho e faz de motorista!” (Evelyn, 40 anos).

Desde muito cedo, Evelyn percebeu que era diferente dos outros meninos. Ela já se encantava pelas coisas ligadas às meninas. Uma das suas memórias de infância é sobre um dia na casa da sua avó, com a família reunida, em que ela se vestiu com as roupas da sua prima e surgiu na frente de todos.

Aos 8 anos. Com 8 anos foi um episódio hilário. Domingo, na casa dos... da avó, onde a maioria se reunia, né, pro almoço tradicional em família. Nessa época, uma tia minha que tinha se separado do marido estava morando com a minha avó. Ela tinha duas filhas, tem duas filhas que moravam com ela. Estavam morando lá na minha avó e aí, eu entrei no quarto da minha tia onde estavam as coisas das minhas primas, abri a gaveta da que tinha a mesma idade que eu. E eu me visto de mulher aos 8 anos. Com as roupas dela, a sandália dela, saio de dentro do quarto e sento na escada da porta da sala. De frente com todo mundo (Evelyn, 40 anos).

Ela se lembra que as pessoas tiveram diferentes reações, que não soube discernir, aos oito anos. Para ela, aquele momento foi libertador, foi o pontapé inicial de quem era viria a ser.

Uns riram, tipo “olha isso!” Minha avó falou: “Oh, onde cê pegou isso?”. Eu falei: “no quarto”. Minha mãe só abaixou a cabeça, com cara de negação, disse eu lembro, não sei se de vergonha, eu tinha

8 anos, pra hoje discernir algumas reações. Mas, nessa hora - hoje - eu sei que nessa hora, eu me liberto de muita coisa e ali eu sei que foi o meu pontapé de ser quem eu sou. Aos oito anos (Evelyn, 40 anos).

Ela se lembra também dos primeiros conflitos pessoais, aos 10 anos de idade, principalmente por questões religiosas e familiares. Ela tentou se encontrar sozinha e, por volta dos 14 ou 15 anos, Evelyn já se identificava como uma mulher transexual.

E aí, eu procurei me encontrar, sozinha, sexualmente falando. Eu sabia que eu não gostava de mulheres, mas também não bastava saber que eu gostava de homens, por que até que ponto eu gostava de homens? [...] tudo isso me assolava. E aí, eu fui buscar, e aí eu me identifiquei como transexual. Eu queria ser uma mulher completa e estar com um homem do lado passivo da coisa. E aí, nessa época eu já estava com os meus 14 anos pra 15 e eu não... me segurei (Evelyn, 40 anos).

Evelyn se recorda de situações que, normalmente são consideradas como preconceito e afirma que não se lembra de ter passado por situações em que tenha sofrido “vexação” ou sido apontada na rua. Ela deixa claro que não se deixa abater pelas outras pessoas.

[...] eu não cheguei pegar o bullying. Passei pela zoação... só que assim, como eu falei pra você eu sou muito, sempre, certa no que eu quero, no que eu vou buscar, no que eu vou fazer e de que forma eu vou fazer isso. Dentro da escola, “ah, bichinha!” tem? Tem. Pra mim, não, porque era assim (Evelyn, 40 anos).

Para Evelyn, apesar de ter passado pela “zoação”, ela não entende isso como uma forma de *bullying*. Entretanto, fica claro na sua exposição que ela não passou despercebida pelos colegas de escola.

Outra maneira de pensar: se você me dirige algo, que diretamente ou indiretamente me agride de alguma forma, é porque eu concordo com você, de alguma forma. Porque se eu não concordo com o que você me fala, com o que você me lança, se eu não me enxergo nisso, eu não tenho por que de me ofender. E assim, eu levo minha vida. Se eu não tô naquilo que você lança, eu não tenho por que me manifestar e nem (Evelyn, 40 anos).

Evelyn se recorda que teve uma adolescência sem grandes problemas que normalmente uma pessoa trans enfrenta. Ela lembra que estava nos grupos com meninas e com meninos.

E... lá longe eu venho vivendo assim. Então, essas coisinhas de escola nunca me gerou nenhum “nada”; nenhum problema; “ah! Nossa fui tão...”, não fui! Mentira, eu me divertia muito na escola, e fazia que eles se divertiam comigo. E fazia questão de estar em grupo de meninas, em grupo de meninos. Todo mundo junto. Não tive problemas, não. Não tive problemas, graças a Deus. “Ah, vai apanhar porque é bichinha!”, não vai! “Poxa, a [Evelyn], é gente bacana, não é... não tem essa”. Eu não ficava enfrentando, porque não me via na posição que me colocavam ou que tentavam impor, ou que eu fosse (Evelyn, 40 anos).

A essa altura, ela decidiu abrir o jogo para sua mãe. Ela se lembra de que quando sua mãe soube, chorou muito, a ponto dela se arrepender de ter contato. Mas a sua mãe admitiu que havia idealizado uma vida para a filha, projetando nela as suas próprias expectativas. Que aquele choro não era pela notícia, mas por ela ter criado essa expectativa. A reação de sua mãe a surpreendeu.

Cheguei e me abri com a minha mãe. A princípio, ela ficou bastante mexida, ela chorou bastante e, aí eu me arrependi de ter contado pelo estado em que ela ficou. E aí, ela me consolou e falou: “eu não estou chorando por você. Eu estou chorando por mim que fantasiei uma vida que não era minha. A vida é tua e você tem o direito de ser quem você quiser e, viver da forma que você quiser. E aqui em casa você vai ter o respeito que for preciso, independente das suas escolhas. É que como mãe, eu achei que eu seria avó. E hoje eu choro por ter sido egoísta de planejar uma vida que não era minha”. Isso me surpreendeu num tanto, porque eu esperava apanhar. Eu vi muito disso acontecer (Evelyn, 40 anos).

Na sequência, a sua mãe decidiu contar para o seu pai. A reação dele ao saber dos fatos, também a surpreendeu.

E aí, meu segundo maior medo foi meu pai, que ele era meu padrasto, mas me criou desde quando eu nasci. Então eu o via como pai e respeitava como tal. E aí, minha mãe se trancou com ele no quarto, e eu fiquei apreensiva e falei: “agora vai vim dali... meu pai na hora que sai”. E aí, meu pai na hora que saiu do quarto, tranquilo, foi pra cozinha, e eu nervosa falei: “mãe...”. Ela falou: “seu pai me perguntou o que muda aqui dentro de casa a partir dessa sua revelação. Aí, eu disse que ‘aquí dentro nada’, que é uma questão sua e sexual. Ele falou, ‘então vamos jantar’”. E encerrou o assunto dentro da minha casa (Evelyn, 40 anos).

No dia seguinte, a sua mãe comunicou a família da situação. Ao voltar, ela pediu a filha que não usasse roupas femininas, para não “ser mais um” e virar motivo de chacota. Isso foi marcante para Evelyn, que acatou o pedido da mãe.

O medo da minha [mãe] é eu ser apontada na rua, “aí o viado”, “aí...” e, talvez, isso me engatilhou, “não seja”, mas... e aí eu respeitei. Eu acho que já era exigir demais dos meus pais, que eles engolissem uma saia no outro dia, uma sandália, mesmo que era o que eu queria muito! Eu não me via daquela forma. E aí eu passei a deixar o cabelo crescer, deixei a unha dar uma crescida, eu falei: “ela vai de adaptar. Eu não vou fazer ela engolir, eu vou fazer ela se adaptar. Se chegar um pouco em que ela falar: ‘oh, está passando do limite’ eu dou uma segurada. Porque eu moro com minha mãe”. Ela é minha mãe, independente de qualquer coisa, pelo menos o respeito eu tenho que manter (Evelyn, 40 anos).

Aos 18 anos, saiu de casa e levou com ela a sua irmã mais nova. Ela alugou uma casa e levou a mobília do seu quarto. Quando terminou, ela se lembrou de uma coleção de anjos que ficava na sala da casa dos seus pais. Ela voltou para buscar, vestindo roupas femininas.

E quando eu voltei pra buscar essa coleção, eu voltei de saia. E aí, eu entrei dentro da casa da minha mãe, de saia e de *topinho*. E aí, minha mãe não olhou com olhar condenativo, não; mas minha mãe me olhou com olhar de “poxa você me prometeu”. E eu entendi. E aí, eu falei: “Mãe, eu prometi que eu não me vestiria de mulher... pra não te desrespeitar dentro da tua casa, hoje eu tenho a minha. Dentro da minha casa, agora, quem dita as regras sou eu. Você não vai me ver de saia se você não for na minha casa”. E aí, ela falou: “e eu te respeito” (Evelyn, 40 anos).

Evelyn mantém contato regular com seus pais, que passaram a se policiar para trata-la no feminino e pelo seu nome social. Quando saiu de casa, ela quis viver intensamente essa nova etapa. Evelyn resolveu que iria se prostituir.

Aí o que que aconteceu... eu falei: “poxa eu vou [me prostituir]!” porque eu achava lindo as travestis [...]. Escolhas, na vida que hoje, eu não faria. Eu me iludi com o mundo que eu achava lindo, embora as travestis na minha época eram muito marginalizadas, entre... no meio social, falavam-se muito mal (Evelyn, 40 anos).

A motivação não era a necessidade ou a sobrevivência, mas um ato de rebeldia e por admirar a vida de travesti.

E, talvez eu acho que era uma rebeldia da época, que eu achava que queria pôr pra fora e falar “foda-se” pra mundo. E eu fui. Quando eu cheguei não era realmente o que eu imaginava! Não era o mundo que eu achei da forma que era. Eu não me via dentro dele! (Evelyn, 40 anos).

Evelyn não quis continuar na prostituição e percebeu que teria que estudar para ter uma formação e emprego. Como tinha assumido compromissos, teve que fazer programas por dois anos, enquanto estudava para ser cabelereira.

E aí, eu falei: “eu preciso estudar. Eu preciso ser alguém, por isso daqui, porque isso não é pra mim”. Só que eu assumi compromissos, eu aluguei uma casa, eu não posso voltar atrás. E aí, eu fiquei por quase dois anos nisso; e nesse meio tempo, eu fiz um curso de cabelereira. Eu estudava de dia e trabalhava à noite. E aí, eu me formei, como cabelereira. Falei: “chega disso!” e, saí (Evelyn, 40 anos).

Nessa época, Evelyn trabalhou em casas noturnas, como apresentadora e fazendo shows como *drag queen*.

E nesse meio tempo, eu também entrei na onda de drag, comecei a trabalhar em casas noturnas fazendo shows. E aí, eu comecei a apresentar e aí, só de shows... eu também era apresentadora de casas noturnas; eu interagia com a plateia, fui criando um certo, fui repercutindo... nas regiões (Evelyn, 40 anos).

Com o tempo, ela foi convidada para se apresentar em outras cidades. A vida noturna trouxe uma realização pessoal para Evelyn, que projetava no palco seus sentimentos reprimidos.

Eu comecei a ser chamada pra fora. E aí, eu me encontrei. Eu criei um personagem que... eu podia ser tudo que eu reprimi, em cima de um palco, moldada num personagem fictício e, levar minha vida normalmente no dia a dia. E ali, eu desabafava tudo... no microfone, brincando com o povo (Evelyn, 40 anos).

Nessa época, Evelyn se envolveu com uma pessoa, que não aceitava suas apresentações noturnas. Como ela se apaixonou, optou por abrir mão da vida de drag pelo seu relacionamento.

A gente passou a viver junto e ele falou: “oh, eu tenho condições de te manter e tudo mais, mas só que você pode ser independente! Você tem uma formação pra trabalhar. E aí, o dinheiro que você fizer em salões é seu; não vou cobrar nada e, você usa pra você”. Na

época eu falei: “que bacana, alguém que... te põe pra cima e tudo mais...” (Evelyn, 40 anos).

Depois de um tempo, ela acabou descobrindo que essa era uma forma de manter o controle, para saber onde ela estava o tempo todo. Mas durante esse relacionamento, ela conseguiu atingir seu objetivo e se formou como cabelereira.

E aí, nessa hora, eu vi que aquela pessoa que eu escolhi um dia pra se prostituir, não tinha ligação com essa nova que eu queria no mercado de trabalho. E automaticamente eu políciei o meu vocabulário, a minha roupa, a minha forma de se pôr e de andar. Porque eu queria ser uma mulher! Desapercebida no mundo... só mais uma! E, foi o que eu fiz (Evelyn, 40 anos).

Evelyn nasceu e cresceu na fé católica, segundo a crença de sua família. Ela tece algumas críticas sobre a religião, como um lugar de julgamentos e hipocrisia.

Da religião. Minha família sempre foi muito católica. É... eu cresci, na igreja católica; que eu acho hoje, que isso não vire polêmica, só... um ponto de vista, uma opinião minha. Que hoje, uma das religiões que mais pratica... né... e é a que mais condena. Fala-se de pedofilia; quando um padre sai com uma criança, mas esquece que não entra do sexo feminino lá dentro (Evelyn, 40 anos).

Evelyn chegou a fazer a primeira comunhão e estava seguindo para a crisma, quando se apaixonou pelo padre da sua paróquia. Ela resolveu se declarar para o padre, que pediu que ela saísse da crisma.

Podia ter ido pra sacristia, molestado e continuado. Eu tava crismando até hoje. E aí, ele falou “saia”. Meu Deus, realmente o problema tá ne mim, até o padre... me mandou. Então, “puxa!”, demônio, essas coisas. Mas, quando a gente tem que se reconstruir, quando a gente tem que se encontrar. Nossa reconstrução é diária, porque todo dia uma coisa vai... aparecendo e tudo mais né. Só que quando eu falo de se preparar, eu não tô falando de fisicamente, eu tô falando de tudo: mentalmente, espiritualmente. Você tem que se reciclar. Então aí, eu falei: “não é possível que o Deus... que me deu a vida e, que me permitiu ser o que eu sou...porque se Deus é o Deus da criação. Ele podia ter eliminado e acabado com isso, logo de cara!” (Evelyn, 40 anos).

Ela relatou sobre a sua relação com a fé e que decidiu abandonar a religião, mas não a Deus e nem a sua fé.

É! então eu falei: “então eu abandono a religião”. Mas, eu não abandonei Deus. porque a religião é o que é os homens dita, Deus é o que você constrói dentro de você. O que eu descobri com um certo tempo? que... a igreja é um templo, onde você deposita de seu dia, três, duas, quatro horas... pra aquilo. Então, é pra isso que ela existe. Porque dentro da sua casa, você fala; “ah, eu vou orar”, mentira, porque você não vai orar quatro horas. Você colocar ali uma TV, você vai se distrair (Evelyn, 40 anos).

Evelyn relatou que não teve problemas religiosos e que resolveu conhecer e explorar outras religiões, dentre as quais o candomblé. E percebeu que mesmo lá, existe preconceito.

E aí, eu também não tive problemas também religiosos, porque Deus estava em mim e não estava em um templo. Fui conhecer outras religiões? Fui. Eu sou curiosa; sabe, conheci candomblé que também tem seus... seus certos preconceitos, ali dentro também, que eu achei que não tivesse. Por ser uma religião onde mais se encontram gays, trans; mas tem sim! Tem bastante preconceito ali dentro, né, também (Evelyn, 40 anos).

Com o tempo, ela passou a frequentar uma igreja evangélica, que foi receptiva e acolhedora. Ela relatou que nesse lugar, nunca teve problemas com religião.

Fui pra igreja evangélica... que é assim, parece um absurdo né, hoje, mas foi uma das melhores que me acolheu. Na época, eu já tinha esse relacionamento, com essa pessoa que eu falei, que eu fiquei 15 anos, a gente tava tendo um certo problema, conjugais, na época. E aí, o pastor, chegou ne me mim e falou: “oh... já chegou até mim que você é casada, mora com um homem”, eu falei: “sim”, “de segunda-feira, tem encontro de mulheres casadas, cê não quer participar?”. Eu achei isso, épico! Eu falei: “como um pastor...” (Evelyn, 40 anos).

Evelyn relatou que, certa vez, ela teve problemas com comentários dentro da igreja, mas que buscou resolver sem incomodar o pastor.

E eu acabei me afastando, por pensamentos de outros irmãos de igreja, que eu não concordava e eu não queria levar isso até o pastor e, aí gerar uma polêmica dentro da igreja. Ele foi ser humano comigo, e eu tinha que ser recíproca porque eu não queria desfazer aquela união que eles tinham, e acreditavam ser uma união pra eles. E a Bíblia também, é clara, “apartai-vos do mal”, se não está bom pra você saia. Não tente mudar o outro. Se ti incomoda, sai você (Evelyn, 40 anos).

Atualmente, Evelyn tem desempenhado suas atividades como cabelereira e tem buscado concursos na área de necropsia. Ela tem vivido sua sexualidade, mas optou por viver afastada da militância transexual.

VITÓRIA, 40 anos

Vitória nasceu em 1983. Na sua opinião, os anos 1980 e 1990 foram uma época difícil para a homossexualidade pois o preconceito era maior que hoje. Ela lembra de sua infância desde quando frequentou o jardim da infância, a pré-escola e a primeira série, sendo uma criança agitada e extrovertida e reforça que pessoas podem ser preconceituosas desde quando são crianças, não por elas mesmas, mas por influência dos adultos.

Ao remeter as memórias sobre seu processo e escolarização, ela se lembra de como eram seus professores.

[...] eu tive professoras fantástica que sempre me acolheram. Eu era uma boa aluna, né, eu ti falei. Eu sempre escolhi o professor pela forma como ele me ensinava. Então, assim, tinha professor que eu tinha mais entusiasmo e outros, menos, né. Mas, assim, de regra, eu sempre fui uma boa aluna, né. E, em questão de professores, eu tive professores homens e, olhe, que professor homem é mais difícil, principalmente, aqueles homens das antigas, né (Vitória, 40 anos).

Ela recorda de si mesma como uma criança bastante ativa, no entanto já percebia que seus interesses e necessidades eram mais próximos com as meninas. A interação que ela se lembra com os meninos eram brincadeiras “de passar a mão”.

Tinha a questão, eu sempre, eu sempre, fui uma criança hiperativa, né. Também as pessoas com quem eu estudei não ajudou muito, porque também aí era tudo, aí era uma coisa muito estranho. E eu sempre, na hora de brincar tudo, eu brincava mais com as meninas. Mais com as meninas, com os meninos nem tanto. Os meninos tinha muita brincadeirinha de passa mão, essa coisa toda né (Vitória, 40 anos).

Ela se recorda de situações em que se sentiu excluída, outras em que as crianças não brincavam com ela porque os pais as proibiam. Atribui isso provavelmente ao fato de ter sido um menino afeminado. Ela também cita que naquela época, havia uma sexualização das crianças, que começava muito cedo.

Eu não sei se eu fui abusada alguma vez, mas eu sei que eu, eu, minha vida sexual começou bem cedo, 8 ou 9 anos de idade. Hoje em dia nem se pensa num negócio desse, né. Então era assim, há sexual.... a sexualidade ligada era só a sexo né, o fato de um homem transar com outro homem e a mulher transar com outra mulher. Não tinha muito, eu costumo brincar que eu sou da época, da época do GLS, que era gay, lésbica e simpaticante, hoje em dia tem tantas siglas (Vitória, 40 anos).

Em suas narrativas, ela diz que não existia bullying, como conhecemos hoje, mas atitudes como xingamentos de “viadinho”. Ela cresceu em meio a isso e, com o tempo, aprendeu a se defender quando “ficava muito sério o negócio”. Quando tinha entre 8 e 9 anos, a direção da escola determinou que usasse o banheiro das meninas, pois havia o risco de abuso pelos meninos mais velhos da escola.

E eu tinha problemas, uma época, inclusive, eu fui proibida de frequentar o banheiro masculino, porque os meninos queriam me pegar lá dentro. E eu só podia usar o feminino, e isso foi uma determinação da diretoria da escola, porque uma vez, um bando de moleque me prendeu dentro do banheiro, fecharam a porta, e eles queriam me pegar lá dentro. E, a moça da cantina viu, chamou o zelador que estourou a porta do banheiro; eles estavam que estavam em sete dentro do banheiro. Então, era bem complicado minha vida, minha vida na escola (Vitória, 40 anos).

Ela lembra que sua família era praticante da religião católica e frequentemente participavam das atividades na igreja. Quando a sua avó percebeu os primeiros sinais de comportamento, ela tentou conduzi-lo para que se tornasse padre e, assim, a sua homossexualidade fosse contida.

Eu nasci numa família conservadora, cristã, católica, então era, uma, uma família que vivia muito dentro da igreja. Minha avó quando percebeu os primeiros sinais em mim, ela queria que eu virasse padre, de todo jeito. Ela queria me botar pra fazer, é... pra estudar num colégio de padre, para virar padre; porque tinha um padre homossexual inclusive, e ela achava que seria um jeito de conter e, socialmente mais palpável, palada... palatável, né. Mais palatável socialmente (Vitória, 40 anos).

Atualmente, Vitória não segue nenhuma religião. Ela chegou a passar pela crisma na Igreja Católica quando mais jovem, mas decidiu que aquela fé não acrescentaria nada em sua vida. Ela menciona a questão do pecado, pregado pela religião, e a condenação eterna reservada aos homossexuais.

Eu não sou mais católica porque aquele negócio de céu/inferno, nossa, todo gay vai pro inferno, trans então... tem um lugar garantido lá, carimbadinho, a cadeira do inferno. Então, não serve pra mim como religião. Então eu saí totalmente, fui até crismada. Não me agrega em nada, respeito todas, mas não, eu sou... procuro não me envolver em assunto de religião (Vitória, 40 anos).

As memórias de sua infância levam às interações com outras crianças e às brincadeiras, brinquedos, fantasia e imaginação. Mesmo sendo um menino, Vitória se sentia acolhida no universo feminino.

[...] eu brincava de boneca e de casinha. Teve um Natal que eu ganhei a bicicleta e a minha irmã, a cristaleira da Barbie. Quem brincou com a... cristaleira; eu fiquei com a cristaleira né. Porque a minha irmã era pior que moleque, pegou a bicicleta e sumiu no mundo e, eu brincando com a Barbie. E não tinha como esconder, tava evidente, eu limpava a casa (Vitória, 40 anos).

Quando era criança, Vitória adorava vestir roupas femininas. Ela se lembra que era repreendida pelos adultos, mas a brincadeira sempre continuava.

Pegou, eu não tinha vergonha, nenhuma! Eu saía na frente deles; botava vestido da minha mãe. Estraguei um vestido de crepe da minha mãe, uma vez, rasgou o vestido, escondesse. Só que a minha mãe nunca soube, eu pegava escondido, só que ela sabia que eu pegava as roupas dela. Ela falava: “não pega esse vestido hein!”; “não mexe nessa saia”. Era uma saia de crepe lindíssima, eu botei e rasguei a porra da saia, escondi, nunca mais toquei no assunto. Eu vestia os sapatos da minha mãe, amarrava lençol assim, pra fazer que era vestido, fazia turbante pra fazer que era cabelo (Vitória, 40 anos).

Vitória cresceu como menino, em um lar sustentado no modelo familiar patriarcal, onde seu pai era o chefe da casa e sua mãe, uma esposa obediente e submissa às decisões do marido. Sua relação com o pai foi construída com pouco afeto e várias mágoas. Lembra-se dele como um homem machista, preconceituoso que era infiel e violento com a sua mãe.

E eu tive assim, aí eu fui crescendo... meu pai, meu pai sempre foi, meu pai nunca foi pai, né, essa que é a verdade. Ele era um homem totalmente machista, preconceituoso. O tipo que saía pra, pras ruas pra pegar mulherada e, ainda batia na minha mãe que ficava dentro de casa, uma coisa assim, horrorosa. Então ele... eu não tenho vivência paterna, muito po... O contato que eu tenho com meu pai é muito singelo, porque não construímos laços de afeição (Vitória, 40 anos).

Com o passar do tempo, Vitória nunca conseguiu disfarçar os sinais de sua orientação sexual. Ela se define como uma pessoa extrovertida e debochada e expor seus trejeitos era uma forma de expor sua insatisfação com a vida em família. Um dia, sua mãe o surpreendeu usando roupas femininas e decidiu contar para o pai. Foi nesse momento que Vitória assumiu perante a família a sua homossexualidade.

Quando ele foi informado da minha, da minha homossexualidade, já tinha 15 anos, como se ele não soubesse. Foi aquele Deus nos acuda né, minha mãe... eu só informei mesmo né, ela veio admiti depois dos meus 24 anos que sempre soube, que nunca tinha verbalizado. É claro que soube, minha vó queria que eu fosse padre, como é que não sabia! (Vitória, 40 anos).

Para Vitória, a maior preocupação da sua família não era com o que seria dela, mas com o que a sociedade pensaria deles. Naquele momento ela passou a sentir o preconceito, pois ela era o “gay da família”, o único assumido e por isso, precisaria de “conserto”.

Aí, fui pro psicólogo né... tem todo aquele, parece até que era uma cartilha, né, quando se descobre que seu filho é gay, primeiro passo: reunião de família, segundo passo: psicólogo, terceiro passo: remédio. Inclusive, esse, eu passei com um psiquiatra, que ele quis receitar medicamento pra minha homossexualidade (Vitória, 40 anos).

Vitória não se lembra de qual remédio foi receitado, mas ela não chegou a tomar. Ela se recorda do desespero da sua mãe quando buscou os profissionais, chegando a dizer na sessão que “isso daí não tem jeito não!, nem internando, operando, nem fazendo terapia de choque não vai mudar”. Após o episódio, Vitória conversou com a psicóloga, verbalizou o que sentia e isso se repetiu em outras sessões.

Quando eu passei com a psicóloga, nós tivemos três reuniões. E ela falou pra mim na terceira reunião que “acabou a sessão, porque... acabou porque eu não tenho o que te orientar. Meu papel aqui não é mudar a cabeça de ninguém, você sabe quem você é hoje. E você já sabe quem você vai ser. Então você não tem nenhum conflito, você não tem dúvida. Você é você mesmo, talvez, quem precise de terapia sejam seus pais” (Vitória, 40 anos).

Após a terceira sessão, a própria terapeuta a dispensou, pois não viu sentido naquele tratamento. Ela percebeu que não havia conflito em relação à homossexualidade de Vitória, e que aquilo era um dilema dos pais, que não haviam digerido aquela situação.

Eu fico até muito brava quando as pessoas falam assim: “ah! Opção sexual”, não é opção. Acho que eu ia optar em levar uma vida discriminada, optar por ser humilhada, optar por ser é... discriminada... ninguém opta por isso. Não é uma opção, você nasce assim (Vitória, 40 anos).

Uma fala muito marcante de Vitória é que diante do preconceito, só há “[...] duas formas de lidar com isso: tem umas que se mata ou você faz a vida dar certo. Eu optei por fazer dar certo [...]”. Nos anos seguintes, ela se empenhou nos estudos, fez cursos quando ainda era mais jovem e reforça que o fato de ser xingada ou apontada, mesmo que pela própria família, nunca a incomodou, mas fez com que ela criasse uma espécie de proteção para si, além da consciência de que não poderia esperar por nada, nem da sua família e nem de outras pessoas. Ela se orgulha pelo fato de ter feito amizades ao longo da vida, que define como a “família que ela escolheu”.

Com o tempo, Vitória foi compreendendo a sua feminilidade, mas demorou para entender que era uma mulher trans. Ela relata que chegou a ter roupas femininas, mas quando a sua mãe descobriu, se desfez das peças.

Na minha, na minha adolescência, tinha uma vida sexual ativa, mas sempre eu demorei muito pra entender a minha transexualidade, eu falo que... eu fui amadurecendo com o processo. Fui vendo, eu já queria, eu queria ter roupas feminina, nossa, minha mãe descobriu jogou tudo fora, deu pros outros (Vitória, 40 anos).

Ela se lembra de que na época esse fato a deixou magoada com sua mãe por muito tempo. Anos mais tarde, quando a mãe havia compreendido essa situação, lhe presentou com um vestido vermelho. Um ano antes de vir a falecer sua mãe estava feliz porque ela finalmente iria retificar seus documentos e disse que aprovava o nome que havia escolhido. Apesar de não precisar da aprovação da mãe, aquele gesto foi uma reconciliação entre as duas. Vitória iniciou seu processo em 2000. Em 2008, começou o tratamento hormonal e em 2012, ingressou com uma ação contra o Estado de São Paulo exigindo a retificação do registro civil.

Ela relata que sua relação com a família como mulher transexual vem sendo construída e se recorda que seu avô tinha até uma teoria que tentava explicar porque ela “era daquele jeito”.

Meu avô dizia que a minha mãe era uma criança que ganhou uma boneca. E que eu era desse jeito porque minha mãe quando me ganhou era muito nova, eu era como se fosse uma boneca dela. E isso era psicológico, meu trauma de infância (Vitória, 40 anos).

Vitória lembra que na sua infância, não tinha afinidade para brincar com meninos e passava muito tempo junto da mãe, ajudando nos serviços domésticos. E a família atribuiu à sua mãe a “culpa” pela sua homossexualidade.

Aos 10 anos, lavava roupa, estendia, limpava a casa, colocava comida pra fazer, cuidava da minha irmã. Era uma dona de casa, eu era. E tudo que eu sei fazer hoje numa casa, aprendi com a minha mãe. Eles culpava minha mãe por muitos anos, porque eu vi... eu virei gay por causa dela. Eu tava assim, eles falavam “tá assim por sua culpa”, “porque você mandava lavar louça”, “você mandava limpar a casa”, “lavar quintal” (Vitória, 40 anos).

As lembranças de sua família trazem um conjunto de boas recordações e algumas feridas que ainda não cicatrizaram. Momentos que transparecem ora a aceitação, ora a sensação de ser tolerada. Por vezes, atitudes e olhares como se ela fosse a decepção da sua família.

Em outras ocasiões, a própria família teve que conviver com o preconceito. Sobre isso, Vitória se lembra de um final de ano, próximo ao Natal, em que uma vizinha próxima de sua mãe a convidou para que as famílias passassem a ceia juntas, em comemoração. Mas pediu que não levasse Vitória, pois os demais convidados eram parentes, evangélicos, e não se sentiriam bem com uma travesti.

É, e teve uns casos, uma vez que minha mãe foi convidada pra uma ceia de Natal. Ceia de Natal, por uma vizinha nossa, muito próxima, só que ela falou assim pra minha mãe que eu não podia ir. Porque os parentes do lado dela lá, era tudo evangélicos e, eu não podia ir, porque eu sou travesti, eu... o convidado era minha mãe, minha irmã e meu pai (Vitória, 40 anos).

Vitória se lembra de ter encontrado sua mãe chorando e dizendo que “[...] aonde o filho não é bem-vindo eu também não sou! [...]”. Naquele momento, a maior

dor para Vitória não foi pelo preconceito com ela própria, mas por sua mãe ter passado por aquela situação.

Em 2009, ainda no início do tratamento hormonal, ela acompanhou sua família em uma quermesse. Para surpresa do seu pai, Vitória apareceu com um vestido curto e salto alto, acompanhada de uma amiga travesti. Aquela polêmica foi o estopim para que ela fosse colocada para fora de casa.

E eu fiz isso durante o meu início de, de travesti na época, cabelo crescendo tudo. Foi quando em 2009, final de 2009, eu fui posta pra fora de casa por causa disso, não pela minha mãe, mas ela colocou junto com o meu pai e, meu pai influenciou a decisão dela (Vitória, 40 anos).

Ela lembra que saiu de casa sem condições, mas teve que recomeçar com a cara e a coragem. Morou provisoriamente com uma amiga e depois de um tempo, conseguiu um emprego como instrutora de informática em uma escola no centro da cidade. Suas habilidades de comunicação e seu jeito extrovertido chamaram a atenção do proprietário da escola, que resolveu dar oportunidade de trabalho para uma mulher trans.

Arrumei meu trabalho, nessa escola que eu dei aula aqui. Foi, o dono da escola foi a pri...[meira] pessoa que acredito numa trans pra contratar pelo profissionalismo. Ele tinha que me dar, primeiro eu precisava da confiança dele, de que eu ia ser uma profissional. Que uma coisa não tem nada a ver com a outra e fui (Vitória, 40 anos).

Após alguns anos trabalhando como instrutora, ela foi desligada e voltou a procurar por uma oportunidade. Ela passou por alguns empregos temporários, até conseguir se recolocar em uma empresa de recuperação de crédito.

E aí, eu comecei na [empresa]; primeira trans. Gente, eu lembro que eu fui fazer entrevista tinha duas psicólogas; pra me entrevistar, achei o máximo. Eu nunca recebi tanta atenção... e com esse meu jeito aqui, todo, na entrevista. Passei no processo; fiquei espantada, mas tudo bem. A gente fica espantada, porque, a gente é tão marginalizada, e lugar de travesti é fazendo programa, é se prostituindo, que quando as pessoas dão crédito, você não acredita. Você fala assim: “Meu Deus!” (Vitória, 40 anos).

Vitória estava feliz com essa nova oportunidade e com a dinâmica da empresa. A valorização e o tratamento minimamente humanizado já eram suficientes, para alguém que viveu o preconceito de perto.

Em sua narrativa, ela faz questão de apontar que nunca se prostituiu, que não chegou ao ponto de pensar na possibilidade de envolver dinheiro com sexo. Mas logo viriam as primeiras dificuldades no seu novo ambiente de trabalho.

Mas, aí lá... passei no processo seletivo e meu nome era nome de registro ainda, né. Era um inferno aquele nome, eu falava 'ai Senhor!', vou carregar". Foi, no começo, era assim que eles me chamava pelo nome do registro, né (Vitória, 40 anos).

Vitória era a primeira mulher transexual a trabalhar na empresa e havia a necessidade em se construir uma cultura de acolhimento, que passa pela identidade de gênero e pelo nome. Além dos dados de prontuário, ela realizava atendimento por telefone e quando as ligações eram passadas ao seu ramal, ela era identificada aos clientes pelo seu nome de registro, ou seja, seu "nome morto", que constava no seu contrato de trabalho. A situação se estendeu até que a empresa percebeu que ela perdia muito tempo explicando aos clientes todo o contexto para evitar confusões. Foi quando a empresa passou a utilizar o nome social na identificação. Outro fator foi o uso do banheiro de acordo com o gênero, que teve que ser revisto.

Em 2012, Vitória deu entrada no processo para alteração dos seus documentos. A ação foi parcialmente concluída em 2014, com a decisão de que o nome seria alterado em todos os documentos. No entanto, como ela não havia feito a cirurgia para redesignação sexual, o gênero permaneceria inalterado. Mesmo assim, essa decisão foi um marco.

Em 2014, o juiz julgou a sentença, inclusive, eu... eu li no diário de justiça do Estado de São Paulo, DJE, que eu vi lá que a minha sentença, que a minha causa foi parcialmente deferida, o juiz alterou o meu nome pra [Vitória], mas, não, não deixou retificar, retificar o gênero. E o gênero nem fui eu quem pedi, quem pediu foi o promotor; porque eu não tinha feito cirurgia (Vitória, 40 anos).

A decisão judicial foi apenas o início de um longo processo para a substituição de todos os demais documentos. Diversas situações constrangedoras por falta de preparo no atendimento de pessoas trans, burocracia, prazos longos e as inevitáveis idas e vindas foram alguns dos desafios.

Uma das memórias de Vitória é sobre as perdas ao longo do caminho. Ela lamenta as pessoas que perdeu, mas diz que mesmo sendo dolorido, ela optou por não guardar luto. Quando ela "enterrou" sua mãe, retornou ao trabalho no dia

seguinte e defende que isso não quer dizer que ela ame menos, apenas que ela não é de guardar luto. Que ela prefere fazer pela pessoa enquanto ainda está viva.

Sobre a sua vida pessoal, ela descreve que tem uma vida sexual bastante ativa, mas quase não fala sobre relacionamentos mais duradouros. Certa vez ela começou a “ficar” com um rapaz e com o tempo, perceberam que havia uma afinidade entre eles. Até que em uma discussão, ele lhe disse que se ela “fosse normal”, eles poderiam namorar.

E assim, uma vez eu tava me envolvendo com um rapazinho daqui de Bauru, lá em 2011. E eu tava na minha fase adulta já, 28 anos; e a gente tava bem, junta assim, batia muita coisa, até o dia que ele virou pra e falou assim “eu vou... eu fico bravo com essa coisa, se você fosse normal a gente podia namorar” (Vitória, 40 anos).

Quando ouviu essa fala, Vitória não quis discutir. Achou que não valeria a pena. Desse dia em diante, nunca mais se falaram.

Ao fazer um balanço sobre sua vida, Vitória se lembra da falta de orientação que teve quando se assumiu mulher trans e que aprendeu muita coisa com as mais antigas.

Eu, eu, eu aprendi muita coisa com as trans mais velha que eu. Porque eu queria ter amizade. E eu queria conversar, eu especulava, eu queria saber tudo. Então, eu tinha muita afinidade com elas. Mas, as da minha idade só queria competi. Aí, não dava certo mais. E aí, tinha aqueles negócios mais, eu nunca fiz programa. Então, os homens que eu ficava era 0800 [“de graça”]. Que nem minha amiga fala: “essa daí, é a puta barata” (Vitória, 40 anos).

Vitória sonhava em ser professora. Ela sempre gostou da Língua Portuguesa e tinha intenção em cursar Letras, mas não teve apoio financeiro da sua família para prosseguir os estudos. Ela lamenta que viu sua irmã se graduar em Enfermagem e sua prima em Farmácia, mas ela teve essa oportunidade negada pelo fato de ter se assumido homossexual.

E, mas foi assim um processo, eu fui muito é... desacreditada pela minha família, que eu fui a única decepção deles, né, em todos os aspectos. Minha irmã é formada, em Enfermagem; a minha prima fez Farmácia, tudo que me avô pagou porque ele tinha condições financeira. Eu queria fazer Letras na época, ele não quis pagar. Mas, é porque eu já estava desacreditada, não tinha, tava assim “por que você vai fazer faculdade? Não vai virar nada!” (Vitória, 40 anos).

Ela conta que chegou a cursar por três meses, mas sem ajuda não teve condições de continuar e que acabou perdendo o encanto. Hoje, ela não teria ânimo para retomar os estudos. Foi um sonho que passou...

MICHELLE, 32 anos

Michelle se recorda que nasceu em cresceu em uma região pobre, que só tinha “sítio e biqueira”. Seus pais são casados há 30 anos e tiveram sete filhos, sendo ela a mais jovem. Nas suas palavras, seus irmãos “nem são tão velhos” e ela mantém com eles uma relação que qualifica como “incrível” e “tranquila”.

Ela nasceu e cresceu como menino, mas já sabia que era diferente. Foi aos 15 anos que descobriu a sua identidade de gênero.

Foi quando eu tinha 15 anos, que eu descobri... que eu já sabia que eu não era... uma normal, sabia que eu era uma pessoa especial. Já tinha, já tinha uma certa feminilidade. Mas, não sabia qual que era a questão da minha, do meu ser especial (Michelle, 32 anos).

Foi em uma aula de Língua Portuguesa que ela teve contato pela primeira vez com informações sobre transexualidade. Ao se lembrar da abordagem da professora, hoje ela tem consciência que algumas falas foram equivocadas, no entanto aquele momento despertou a sua curiosidade sobre o tema.

Até que aos 15 anos, numa aula de Português, que eu tava tendo lá na escola, a professora... foi falar sobre transexualidade... e, foi uma loucura porque eu não sabia o assunto... – é como eu posso dizer – fonte, de fonte(Michelle, 32 anos).

Quando a mãe de Michelle soube de sua sexualidade, a encaminhou para a terapia e, na sequência, para um [Psiquiatra](#). Ela se lembra de que o [Psiquiatra](#) funcionou melhor que o próprio terapeuta porque não receitou medicamentos, mas conversava. E passaram a falar abertamente sobre qualquer assunto, dentro da ética profissional.

E uma das coisas, era sobre que eu era uma pessoa trans, travesti, não binário, é... gênero fluido, cisgênero. E... falou tudo pra mim, até que ele perguntou... “porque? você, acho que você se identifica com... com uma dessas pessoas?” Na época, não vou mentir, até, então, eu, eu, eu, optei, optei não, eu vou falar optar... me identifiquei enquanto “NB” [não binário], que na época, pra mim, na minha cabeça, era uma pessoa que se sentia mulher por dentro, mas não

necessariamente se expressava por fora. Hoje, é mais ou menos isso, mas, não exatamente isso, também (Michelle, 32 anos).

Nessa época, Michelle tinha entre 15 e 16 anos de idade. No curso das conversas, ela se descobriu mulher trans e aquilo era um segredo entre eles. E foi em uma dessas conversas que surgiu o seu nome.

Teve um momento muito lindo, que eu cheguei com ele lá, por ele, meu nome antigo, nome que o meu pai me deu, começar com, começar com “J”, eu também queria um nome com “J”. Cheguei lá pra ele com três nomes com “J”: Jeanine, Jaine, Joice. Ele falou assim: “Ai... sério?! Posso então, falar ‘memo’? Eu acho que você combina com Michelle, não sei, veio na minha cabeça que você combina com Michelle (Michelle, 32 anos, *nome substituído na narrativa original, para preservar o anonimato*).

Para Michelle, ter recebido seu nome das mãos de uma pessoa que vinha lhe guiando foi marcante. É como se ela estivesse nascendo novamente e sentindo-se apoiada.

Foi daí, que eu tirei o meu primeiro nome. É um nome dado “tamem”. E, foi muito mais legal, pra mim, ser um nome dado porque... é como se eu tivesse nascido outra vez e... sem esforços únicos meus, sabe? Sem ser um, um, um auto nascer, de levar isso tudo só... sozinha, nas costas... de assumir quem eu sou sozinha; tinha alguém ali pra me guiar (Michelle, 32 anos).

A essa altura, Michelle tinha entre 16 e 17 anos e decidiu viver a sua transexualidade, escondido de sua família. Já tinha ganhado seu nome social, sua identidade e nessa época, começou a frequentar as festas montada. Dentro de casa, com sua família, vivia o personagem do filho que era o “menino do papai”.

Um dia, foi colocada na parede por sua mãe. Sua irmã havia aberto o jogo sobre a sua sexualidade. Naquele momento, ela assumiu a sua bissexualidade, disse que também gostava de mulheres.

Eu já tinha falado com meus pais, mas, falar com meus pais foi meio esquisito porque eu cheguei assim na minha mãe e falei: “Mãe...”, já tinha me assumido, minha irmã já tinha me assumido gay há muito tempo atrás; eu falei assim: “mãe, eu não sou gay; você tá tudo bem com isso?”, “eu gosto de mulher também, mãe”; “ok, tudo bem!” aquela fa...fa...famosa frase: “você é biscate”, é isso! (Michelle, 32 anos).

Passado algum tempo, ela tentou se abrir com a mãe sobre a sua transexualidade.

“Mas, mãe... e seu eu não fosse um homem...”, “e se eu não me sentisse bem sendo menino”, “sabe como tá ‘fulana’, que a gente acabou de ver na TV?”, - nem lembro quem era -, “hum...”, “então, eu me sinto como ela” (Michelle, 32 anos).

Sua mãe, aparentemente, aceitou aquela conversa, recomendando apenas que, se fosse tomar esse caminho, tivesse cuidado. Quando ouviu essas palavras, Michelle imaginou que sua mãe havia aceitado a ideia.

Aos 17 anos, começou a namorar uma menina que a encorajou a sair de vez do armário e assumir sua feminilidade. Naquele momento, Michelle passou a usar roupas femininas dentro e fora de casa.

Até que, com 17 anos, eu conheci Giovana, uma menina que fez eu jogar todas as minhas roupas de homem fora. E falou assim: “toma... eu divido as minhas contigo”, e é isso... tipo, “os teus pais vão ter que...” (Michelle, 32 anos).

Tempos mais tarde, Michelle relata que foi surpreendida ao chegar em casa de noite, após uma festa, e descobrir que estava sendo expulsa.

Na época, ela falou que tava tudo bem. Só que aí, eu me assumi trans, travesti; comecei a namorar essa menina, larguei dessa menina. Aí, cheguei u...uma noite de uma festa, bem louca, de manhã... minha mãe tava fumando um cigarro, chorando. Meu pai tava arrumando as minhas coisas, falou assim: “te dou duas opções...”, e isso pra mim, até hoje na minha cabeça é algo assim que... marcou muito assim, a minha vida. A minha mãe fala: “ah! ele não te expulsou de casa. Ele te deu é... opções”. Eu falei: “ótimo, mãe!”. Ele falou assim: “você tem duas opções: ou você continua se vestindo do jeito que você está se vestindo, fora da minha casa ou você volta a se vestir como meu filho, e continua morando aqui” (Michelle, 32 anos).

Michelle agradeceu pelo pai ter feito suas malas, pois lhe poupou tempo e trabalho... e foi embora! Quando se lembra desse episódio, ela lamenta o fato de que, até hoje, sua mãe afirma que foi ela que decidiu sair de casa, fato que Michelle contesta. Ela afirma que sempre quis ficar, mas na condição de ser ela mesma.

Sem ter para onde ir, sem condições financeiras e nem emprego, aos 17 anos de idade, ela foi morar com um tio. Durante três meses, ela ficou hospedada e,

nesse tempo, mantiveram relações íntimas. Era a condição imposta pelo tio para que ela continuasse morando com ele.

Ela descreve que esse período foi extremamente doloroso e, depois de um tempo, começou a entender que ela estava passando por um estupro corretivo. Neste caso, para “corrigir” a sua transexualidade.

É aquele que o... o... o progenitor masculino faz normalmente, naquela me... menina que se identifica enquanto sapatão, enquanto lésbica, pra corrigir a sexualidade dela; foi o que eu passei com o meu tio. Até então, na minha cabeça quando eu tinha 17 anos, eu ia fazer o sexo. “Sexo com o tio?! Não é normal”. Só que ao mesmo tempo, além de ter o sexo, tinha... “você não é uma mulher trans! Você é um viado. Você é um homem gay”. Porque meu tio é um homem gay. E aí, passei... durante três meses da minha vida, um bagulho sinistro na casa do meu tio (Michelle, 32 anos).

Após três meses, ela saiu da casa do tio para morar com uma amiga. Ela se lembra dos episódios em que foi expulsa de casa e dos abusos do tio como um corte em sua vida, que a bloqueou de diversas maneiras. Ela ainda não superou totalmente e isso teve influência em seu processo de transição e em perda de oportunidades. Ela menciona que sofreu com a disforia de gênero, no início do processo.

Então, passei por muitas coisas assim... tipo... a disforia, ela comeu o meu cérebro. Olhar no espelho e não vê peitos e, não vê algumas curvas, que muitas travestis exigem em si, pra serem mulheres, me fez desistir de muitas coisas, assim. E, a faculdade é uma delas, assim. É complicado assim... bastante complicado (Michelle, 32 anos).

Michelle não se sente totalmente à vontade para falar sobre sua vida anterior aos 15 anos de idade, o que inclui detalhes sobre sua infância, família e escola. É como se ela tivesse apagado uma parte das lembranças e, outras, fantasiado a vida que gostaria de ter vivido.

Muito tempo da minha vida eu passei, eu tive que passar por muitos terapeutas pra entender isso. Eu descobri que a minha *mulheridade* me fez querer, me desprender de tudo que foi masculino na minha vida, e uma delas foi minha infância; então eu passei muito tempo da minha vida fingindo que a minha infância que não teria acontecido do jeito que aconteceu. Mas, aconteceu e eu era uma menina, desde então, eu sempre fui uma pessoa como eu sou hoje assim, bem normal, bem normal (Michelle, 32 anos).

Apesar dos conflitos que passou, ela se recorda de algumas memórias que considera que são especiais. Quando tinha sete anos de idade, encontrou um vestido de cetim, que lembra com detalhes, e decidiu vesti-lo.

E, tem momento que eu lembro que foi muito especial pra mim, e eu acho [hoje] que pensando tento reproduzir, que era o vestido de cetim... não era, totalmente salmão porque ele era mais alaranjado do que o salmão, sabe, que... [pausa e suspiro] coisa mais linda assim no mundo. Eu vesti e eu falei... nossa! É isso! (Michelle, 32 anos).

Michelle se emociona quando recorda esse dia, pois foi um dos momentos em que ela se sentiu bem.

Sim... tipo... era como se.... por exemplo, eu não sei em que momento você deixou... deixou de enxergar. Mas, o momento em você bota os óculos e enxerga... com clareza. Quando você bota uma luva... encaixa... você não precisa [suspiro profundo]. É como se minha alma tivesse flutuando e caísse no meu corpo sutilmente. É isso que eu sou! Sou eu! (Michelle, 32 anos).

Michelle se lembra das brincadeiras que envolvem jogos de papéis, fantasia e a imaginação, por possibilitarem que ela vivesse personagens do universo feminino. Uma das brincadeiras foi com a sua sobrinha. Elas usavam a maquiagem da irmã de Michelle, que passava na sobrinha, e nela também. E o nome da brincadeira não era “papai e mamãe”, mas “mamãe e titia”.

Ela também se recorda que “era doidinha por moda desde sempre” e tinha vontade de vestir roupas femininas, mas não poderia fazer isso para não “dar na cara”. Ela encontrou uma bota de *cowboy*, que tinha um salto mais alto que outros calçados. Foi pela vontade de usar salto alto, que ela passou a usar essa bota, todos os dias. Até para ir à escola.

Não, essa bota é... única coisa que eu tenho de salto na minha vida; e a única coisa que meus pais deixam usar e não falava “huuuuummm”, “é... ele é...”, sabe? Tipo, e aí, teve uma época... um momento da minha vida que eu caí dessa bota, porque ela tava muito apertada e, eu fiz assim... bombeei no meio da rua com o meu pai, uma moça viu. A moça parou assim “tá veia essa essa bota, né querido... toma aqui, oh”. Me deu botas novas; eu lembro que eu odiei porque não tinha salto. Mas, era, era o que tinha. E é isso, minha infância, minha infância foi... difícil, eu apaguei muita coisa (Michelle, 32 anos).

Michelle sempre teve paixão pela arte e surgiu uma oportunidade de atuação na escola. Seria para participar de um filme, mas ela percebeu que um homem teria mais chances de conseguir o papel que uma mulher. Ela decidiu se masculinizar para conseguir a vaga...

Foi mais pra frente, na real, foi com 15, 16 também tava fazendo um filme. Filme de escola mesmo, era com um diretor, diretor mesmo que estava fazendo filme com as crianças e, eu já fazia parte do teatro dele, aí eu migrei pro cinema. E eu tava nesse... nesse embate, porque eu pesquisei a quantidade de atrizes negras, que existiam na época – eu tinha 15 anos. Tipo, ela era... era 10 artistas negras que faziam três, quatro filmes pingados, que não eram famosas, que não ganhavam milhões na época. Atrizes negras, cis; pesquisei atores negros... o dobro, o dobro ou quase o triplo de pessoas. Eu falei: “putz!”. “É isso que eu quero ser: eu quero ser atriz”, “quero ser ator”. Ne...nesse momento, foi quase o momento... na verdade eu regressei, pra fazer o filme que eu estava fazendo eu me masculinizei mais, que era um vilão que eu tava fazendo, o Eucles, um cowboy vilão, bem vi...vilanesco. Eu regressei porque eu aceitei porque eu tava aceitando que eu precisava ser um homem negro, pra fazer um mínimo de sucesso possível (Michelle, 32 anos).

No entanto, ela se arrependeu pela escolha que fez, pois teve que parar seu processo de transição. E ela já não se via mais naquele corpo.

Foi bem encucado assim, bem triste, bem triste. Porque até então, eu acabei o filme, falei: “não”; meu cabelo tava tipo quase desse tamanho porque eu tinha deixado meu cabelo crescer e eu falei: “não! Não, não, não, não, não... não sou essa pessoa”. E até então, tipo, eu tenho pouquíssimo trabalho com arte, assim, teatro. Teatro, arte, cinema, eu tenho pouquíssimo trabalho. Não sou formada assim, poderia ser, tipo assim, buscar uma formação, é o que eu queria... buscar uma formação; pra poder falar assim: “não sou contrata e eu tenho a porra do meu DRT”, mas “meu” já trabalhei bastante com isso, sabe, pra ter oportunidades (Michelle, 32 anos).

Michelle se lembra de que sua fase na escola, após iniciar a transição, foi complicada, pois o ambiente escolar não era um espaço preparado, como ainda não é, para receber e acolher pessoas transexuais.

E... a escola pra mim, ela, ela foi complicada porque não... tinha isso tudo ainda, muito menos o que se tem hoje... de como... ... receber essas pessoas; de como essas pessoas poderiam se sentir melhor (Michelle, 32 anos).

Uma das lembranças é sobre o uso do banheiro de acordo com o gênero. A escola não a autorizaria a usar o banheiro feminino, onde ela se sentia identificada, e alegava não ter verba para ter um banheiro de terceiro gênero. A solução proposta era que ela usasse o banheiro para cadeirante.

Até, até eu fui pedir, tipo...é pra usar o banheiro feminino e, aí eu fui é... teve até uma... “aí... A... [...] Não sei como falar isso... mas, a gente não tem verba pra abrir um banheiro pra um terceiro gênero”, tipo... “não sei como você quer que a gente resolva isso!”, “você quer usar o banheiro dos cadeirantes?!” (Michelle, 32 anos).

Essa situação ficou marcada para Michelle, que reforça em sua fala que o terceiro gênero não existe para ninguém. Que ela pode ser uma travesti, uma mulher trans e que o gênero é fluido. “Gente, é pessoa normal, como qualquer outro e tal, tipo: travesti é pessoa como qualquer outra”.

JÉSSICA, 26 anos

Jéssica se refere à sua primeira infância com um período sem maiores dificuldades. Até os cinco anos, viveu como a maioria das crianças e nunca se sentiu diferente.

Ela costumava passar alguns momentos na casa da sua avó, e em uma dessas vezes, ela passou por uma experiência com um primo, mais velho, que no meio de uma brincadeira lhe deu um “selinho”.

Até o momento que quando tinha 5 anos é... fui na casa da minha vó, porque eu passava algumas temporadas lá; geralmente quando era férias ou minha mãe ia trabalhar e me deixava lá... e aí o meu primo, ele me chamou pra brincar com ele, né, na casa dele. E aí, ele acabou me dando um selinho. Não sei por que ele fez isso... ele era... eu tinha 5 anos, ele tinha... uns... 14, 15 anos de idade... não sei se alguém na infância dele fez o mesmo com ele, não sei. Mas, esse fato aconteceu! (Jéssica, 26 anos).

Sua avó descobriu o ocorrido e contou para sua mãe, que conversou com Jéssica. E aquela foi a primeira conversa que ela achou diferente, porque sua mãe disse que “menino não beijava menino; que menino beijava menina e, menina beijava menino”.

Então, aquilo que eu tinha feito com meu primo era algo errado e, que não era pra fazer de novo. Aí, esse foi o primeiro “baque” ... que eu lembro assim... quando eu tinha 5 anos de idade. Foi quando comecei a tomar consciência de quem eu era... da vida. Mas, como nunca eu nunca tive contato com... porque na minha família, até então... eu não conhecia ninguém que fosse LGBT e, não tinha essa representatividade na minha família. Há uns... tô com 26... há uns 15 anos atrás... 20 anos atrás não tinha essa essa... essa visibilidade, não conhecia ninguém da família que tinha. Então, eu estranhei, eu falei “ué porque minha mãe teve essa conversa... comigo!”, eu fiquei pensando comigo mesma. Mas, como eu era muito pequena... eu deixei pra lá (Jéssica, 26 anos).

Jéssica passou a primeira infância sobre os cuidados da família, na casa da avó para que a mãe pudesse trabalhar, e não conviveu com outras crianças fora do ambiente familiar. Aos seis anos, ela iniciou na pré-escola e passou boa parte do seu tempo com outras crianças. Foi nessa socialização que ela começou a perceber que não tinha identificação com outros meninos.

Essa coisa toda do universo masculino, eu nunca tive interesse. Meu interesse sempre foi no universo das meninas, eu me identificava mais com elas. Tanto que eu nunca tive esse olhar, esse... esse essa vontade de me aproximar dos meninos. Nunca tive essa vontade. Minha vontade sempre... sempre me identifiquei... a minha vontade sempre foi estar no universo feminino (Jéssica, 26 anos).

Ela se lembra de que começou a fazer amizade com as meninas. Enquanto os outros meninos jogavam bola, ela e as outras meninas brincavam de pega-pega, de pular corda... e brincava escondido com as bonecas delas.

Quando tinha essa... esse dia de brinquedo na escola. E aí, eu sempre brincava com as bonecas delas... e era uma coisa assim: tudo escondido. Parecia que eu tava cometendo um crime! Era isso que eu sentia, na época... que era como se eu tivesse fazendo algo muito errado, que eu não deveria fazer! É... ... tanto que na minha família, é... no meu particular, quando eu não tava com nenhuma criança; quando eu não tava na escola, quando não tava em lugar nenhum; quando tava em casa ou... ou brincando com... as minhas primas ... é ... eu também sempre tive esse interesse pelas bonecas delas... é ... por todo esse universo feminino (Jéssica, 26 anos).

Jéssica recorda de outras situações, como sua vontade de usar a maquiagem das amigas e as brincadeiras com bonecas, que sempre eram reprovadas pelos adultos. Ela começou a brincar escondida, como se aquela

brincadeira fosse algo errado. Uma das lembranças foi quando a avó a surpreendeu brincando com a boneca da sua prima.

Tava no quarto, assim que minha prima, morava com a minha vó, minha prima e meu primo. E aí, minha prima tava brincando no quarto dela... e... ela tava... a gente tava brincando de Barbie. E aí, minha avó entrou no quarto; na hora falou assim “você não pode brincar com isso! Você é menino! Você tem que brincar com carrinho!”. Ela falou pra mim; aí eu me encolhi toda né, e parei de brincar com as Barbies dela. E a gente foi fazer uma coisa que a gente podia fazer... sei lá... brincar de pula corda ou amarelinha ou fazer alguma coisa que não envolvia. Porque... porque deixava eu... essa... essa diversão que eu queria, gostaria de ter tido, né (Jéssica, 26 anos).

Ao perceber que sua única opção eram os brinquedos para meninos, Jéssica resolveu manter seu contato com o universo feminino de uma forma disfarçada. Ela pedia para seus pais comprarem bonecos de personagens de desenhos, mas sempre brincava com as personagens femininas, como se fossem as suas bonecas.

Ela menciona que pediu para seus pais comprarem os brinquedos do *Toy Story*, porque sabia que teria uma personagem feminina, que seria a sua boneca. E em uma outra ocasião, pediu os *Powers Rangers*, mas só levaria se tivesse a Ranger rosa. Os bonecos de figuras masculinas eram deixados de lado. Era nítido que seus pais percebiam, mas não falavam nada.

Uma das memórias desse tempo foi na escola, em um “dia do brinquedo”, em que Jéssica foi repreendida por sua professora.

E... aí, numa... numa vez né, que teve o dia do brinquedo na escola, eu levei os meus brinquedos... tinha o costume de brincar... e... só que eu não brinquei... porque como minhas ami..., como eu ia encontrar com minhas amigas na escola... eu sabia que elas iam levar as bonecas delas e eu ia brincar as bonecas delas. Mas, tudo escondido. Era como se realmente eu tivesse fazendo algo errado. E aí, eu brincando com... com as bonecas das minhas amigas, a professora viu e falou... que eu não podia fazer isso... que eu tinha que brincar com... é... os meus brinquedos. Então... que eu tinha que devolver as bonecas pra minhas amigas e brincar com os meus brinquedos (Jéssica, 26 anos).

Jéssica se lembra de que nesse episódio, a professora a proibiu daquela brincadeira, mas nunca explicou o porquê não poderia. Apenas que aquilo era errado porque ela era um menino. Ela se recorda das repreensões que teve sobre

seu comportamento, na família e na escola, e que em todas, é deixado muito claro sobre “coisas de menino”.

Quando aconteceu da minha... que...a minha mãe descobriu que eu tinha beijado o meu primo... ela já deixou explícito aí: “você é menino... então não pode fazer isso!”[...] quando minha avó me pegou brincando com as Barbies da minha prima, ela também deixou muito explícito: “você não pode fazer isso!”, “porque você é menino!”. Ela sempre (fa)...deixava isso muito claro: “porque você é menino!”, “então, você não pode fazer isso!”. [...] Então a partir daí eu ... nunca... mesmo na escola eu nunca mais... é... eu brinquei com as bonecas das minhas amigas. Porque eu sabia que eu levar bronca! (Jéssica, 26 anos).

Jéssica comenta as dificuldades que tinha para evitar as brincadeiras “de meninas”, já que “teve uma vez na escola também que... que... foi uma vez que eu tava brincando com as minhas amigas né, que era sempre com elas que... eu brincava mesmo... Aí, tava brincando com elas e... .. mas tava brincando de dançar; porque nessa época quando eu tinha 6 anos [...]”. Na brincadeira de dança, Jéssica assumia o papel “feminino”:

Nessa época aí... O que tá hoje em dia, hoje nessa época que a gente tá vivendo é Funk né... que o povo tá gostando. Mas, naquela época era Axé... É o Tchan!... é toda... todo esse universo do Axé... sim. Aí, eu tava brincando [...] e aí, a professora chegou bem na hora, né, que eu tava dançando com elas e falou assim: “O que você está fazendo aí?!”. Ela me pegou pelo braço. Aí, eu lembro que ela já ficou um pouco mais nervosa [...] E falou que não era pra dançar daquele jeito, que eu tava dançando que nem uma menina e, eu não era uma menina; eu era um menino. Novamente, ela deixou claro que eu era um menino (Jéssica, 26 anos).

Jéssica lembra que nunca mais foi a mesma. Antes disso, já havia parado de brincar com as bonecas das amigas na escola, que era o único espaço onde tinha um pouco mais de liberdade, já que não podia fazê-lo na frente dos pais, nem da avó.

Mas, depois que aconteceu essas coisas eu me vi completamente sem liberdade, sem liberdade alguma. Então, eu tinha que ser uma pessoa engessada tanto com meus pais quanto com... é... com as minhas... Na escola eu tinha que ser aquela pessoa dura, e eu sempre tive muito... assim... trejeito feminino... muito (Jéssica, 26 anos).

Jéssica foi crescendo e, conforme o tempo passava, ia percebendo o preconceito, a começar pela sua família. Lembra-se dos momentos de reunião, Natal ou aniversários, dos olhares de julgamento e reprovação dos tios e primos.

Era um olhar de reprovação. Eu sempre percebia isso. E aí, quando eu... quando os meninos, os meus primos, eles... era uma coisa muito assim... Não tinha como não perceber porque... Enquanto eu né, era um menino que tinha sempre amiga menina. Os meus primos eram meninos com amigos meninos. Então ficava uma coisa muito discrepante, assim... (Jéssica, 26 anos).

As situações em família, muitas vezes, iam além dos olhares, chegando a comentários feitos pelos seus primos. Ela lembra que as falas e a deixavam chateada e com medo, de que seus pais ouvissem e tivessem alguma reação negativa.

E aí, eu lembro às vezes, quando os meus primos levavam os meninos é... pra festa de família, é que todo mundo era criança nessa época, eu lembro que eles sempre ficavam falando: “nossa mas você parece uma menina!”, “você tem um jeito de menina!”, “você parece uma menina!”. E eu só... só ignorava: “ah! Acho que você, sei lá, está vendo coisa demais”, e... e desconversava (Jéssica, 26 anos).

Jéssica lembra que seu pai tinha um temperamento mais calmo, que era uma pessoa mais tranquila, mas que sua mãe era mais rígida. Ela se lembra da conversa que sua mãe teve sobre o beijo do primo, quando ela tinha cinco anos, que a marcou muito pela forma dura como a conversa foi conduzida. Ela dia que nesse tempo, sua mãe era uma pessoa intolerante e preconceituosa, situação que piorou quando ela se converteu à fé evangélica.

Minha mãe, ela... nesse tempo ela acabou se convertendo né, pro cristianismo evangélico e... é... eu lembro, logo, que ela se converteu, ela começou a me obrigar a ir pra igreja também, né. Então, ela não se converteu só pra ela, ela se converteu pra... pra família toda. Então, ela sempre ficava exigindo que eu fosse pra igreja junto com ela. E aí, também na igreja foi mais uma fase assim ... muito difícil! É... onde eu sempre acreditava... sempre notava que as pessoas me olhavam com um olhar de julgamento. Uma coisa que não deveria acontecer, né! Já que se você se diz... (Jéssica, 26 anos).

A partir de então, Jéssica passou a frequentar a igreja, como outras tantas crianças que acompanham seus pais nos cultos e atividades religiosas. Ela não se sentia acolhida e, conforme crescia, observava aquele lugar com senso crítico.

Amar ao próximo, não julgar. Como que você vai fazer tudo que Jesus Cristo falou pra você não fazer. É uma coisa... e eu sempre notei... sempre tive essa visão muito crítica comigo. Muito crítica, é... com... é... questionamentos que eu não via normalmente as pessoas fazendo, eu sempre fiz. Então, eu sempre notava, sempre olhava que as pessoas dentro da igreja me olhavam de uma forma julgadora, de uma forma estranha, eu ficava me questionando (Jéssica, 26 anos).

Jéssica cresceu dentro da igreja, por uma imposição da mãe e recorda que sempre criticou os dogmas e costumes da religião. Ela menciona outros evangélicos, que nasceram e cresceram na fé cristã, moldados dentro de um padrão ideal e aceitável.

Já cresci questionando sobre... sobre esse... esse negócio de religiosidade. Uma coisa que eu não percebi, que eu nunca percebi acontecendo com as pessoas que... elas nasceram num... numa certa, num certo padrão né, social... tipo assim: uma pessoa cis gênero, hétero, ali bonitinho. Eu nunca vi, né, essas pessoas tendo os mesmos questionamentos que eu. Eu nunca vi eles... eles... perguntando coisas que me perguntavam (Jéssica, 26 anos).

Ela se lembra da obrigação em frequentar um ambiente que não era acolhedor e destaca a reprovação que sentia das outras pessoas em relação à sua maneira de ser.

Ela me obrigava eu ir na igreja com ela. E eu percebia que dentro da igreja também eu era reprovada. Só que era uma coisa assim... muito... que eles faziam “por baixo dos panos” assim... eles nunca falavam; eles nunca chegavam falando sobre, mas de certa forma eles... “ah! Você é menino... não faz aquilo... não faz desse jeito!” (Jéssica, 26 anos).

Avançando no tempo, Jéssica chega à adolescência, por volta dos 14 anos de idade. Ela lembra que, nessa época, fez amizade com uma mulher que lhe chamava a atenção, pois segundo ela, apesar de ser cis gênero, fisicamente se parecia com uma travesti.

Um dia, essa amiga a questionou sobre sua sexualidade. E imediatamente, ela respondeu que ela era um homem e que gostava de meninas. Ela lembra que

essa resposta veio em um impulso para se defender e pelo medo constante que seus pais ouvissem algo. Principalmente sua mãe, de quem tinha medo.

Aquela pergunta, aparentemente simples, mexeu com Jéssica, que até aquele momento, não tinha a menor ideia sobre a sua sexualidade. Cresceu sendo repreendida por suas ações, ouvindo que eram erradas ou que era pecado.

Eu gosto de menino? É uma coisa que eu sempre notava, que... que eu tinha né, só que como eu não estava pegando ... como tinha chegado na fase da adolescência, a gente meio que começa que ... ficar um pouco perdida, né. A cabeça de adolescente aquela... aquele furacão, né. Então, eu lembro que... eu fui... eu ficava muito perdida, né. Eu fiquei muito perdida com ela me perguntando isso. Só que como eu sabia né, no meu íntimo que “sim, eu gostasse de menino”... então não foi uma resposta... muito difícil chegar não... “não, eu gosto de menino sim!” Mas, aí eu me pergunte: “o que que eu faço agora?!” , “tá, eu gosto de menino... mas o que eu faço?” (Jéssica, 26 anos).

Jéssica, então, começou a buscar informações e referências sobre a comunidade LGBT, pois até esse momento não tinha nenhuma orientação ou rede de apoio para ajudá-la.

Não tinha uma referência é... Então eu fiquei muito perdida. E aí, eu lembro que... esse foi... esse foi... o estopim assim, pra eu começar a procurar a comunidade LGBT. Que aí, eu lembro que eu comecei a procurar programa né, que falava sobre LGBT. E o primeiro beijo entre dois homens que eu vi... que até então nunca tinha visto dois homens se beijando (Jéssica, 26 anos).

Cada vez mais Jéssica buscava fontes de informação e mencionou que acompanhava a programação do canal MTV, que também fornecia algumas informações. Ela menciona um programa de entrevistas com um casal homoafetivo e um documentário sobre pessoas trans.

E foi a primeira vez que eu vi um casal homoafetivo se... se dando afeto né, se beijando. E eu fiquei: “Uauuu! gente!”, “me descobri!”, “tô descobrindo uma coisa nova!”, “tá sendo...”, parece que ... eu entrei em outra dimensão. E aí, e aí... com isso de procurar assunto sobre a comunidade LGBT, eu cheguei num documentário *Meu eu secreto*, que é um documentário de um menino, de 1980... eu acho... quase anos 2000, documentário muito antigo que ele falava sobre crianças transexuais. E eu lembro que quando eu assisti esse documentário e, eu vendo as meninas né, as crianças transexuais é... falando como que foi o processo delas, de descobertas, de aceitação, e tudo mais... (Jéssica, 26 anos).

Enquanto assistia ao programa, ela ia fazendo um checklist mentalmente, pois tudo o que era falado era aquilo que ela sentia. Até então, ela achava que era um homem gay, pois nessa época não tinha consciência de que existiam outras possibilidades.

Eu lembro que as pessoas às vezes falavam: “ah! Aquele traveco!” de forma pejorativa, mas eles não falavam pessoa trans né, que fez a transição de gênero. Era sempre uma coisa muito pesada. E nesse programa eu vi que eles trataram de uma forma tão natural, como deveria ser sempre, que eu falei: “nossa! Mas, tudo que essas crianças tão sentindo, eu sinto”, “mas, eu ainda achava que eu era gay. Então, talvez eu não seja gay!”, né, “talvez, eu não tenha parado por aí” (Jéssica, 26 anos).

Aos quatorze anos, Jéssica se permitiu viver o seu primeiro relacionamento, com um homem de vinte e dois anos, que mantém em segredo de todos.

Na sequência, sua amiga a apresenta a uma mulher trans, a primeira transexual com quem Jéssica teve contato pessoalmente. Ela ficou “encantada” com a nova amiga e, conforme ia conversando e se conhecendo, Jéssica percebeu que tinham muito em comum e, começou a criar uma identidade.

Eu já tinha feito o meu primeiro questionamento, se era... se eu gostava de meninos mesmo ou não. E aí, esse foi o segundo questionamento que eu comecei me fazer. Que aí, eu comecei, comecei a me perguntar, né, se eu realmente era um menino mesmo ou se eu era uma pessoa trans... se eu era uma menina trans. E com a amizade que eu fiz com essa minha amiga é... .. a gente ... eu percebi que a gente tinha uma vivência, que ela também tinha a vivência dela de, de que as pessoas sempre falavam que ela era menino, que ela tinha que se comportar como menino. E aí, eu fui me fazendo os meus questionamentos, fui fazendo questionamentos, mas não tomei nenhuma decisão... assim de primeira (Jéssica, 26 anos).

Jéssica estava vivendo conflitos e buscando respostas. Em meio a tudo isso, ela se lembra do *bullying* que sofreu na escola, com as perseguições de um dos alunos.

Eu acho que ele percebia, né, o que estava acontecendo comigo. E aí, ele começou a pegar muito no meu pé; ele começou, realmente, a fazer *bullying* comigo. Me agredia e me assediava muito, sabe; ele chegava perto de mim e começava a passar a mão no meu corpo pra ver qual reação eu teria. E foi um assédio muito grande que eu sofri... (Jéssica, 26 anos)

O assédio contra Jéssica era diário e foi tão impactante que ela chegou a faltar das aulas para não passar por isso.

Por causa desse menino aí, eu tinha é... eu tava com tanto medo de ir pra escola porque era todo dia a mesma coisa, que teve uma época, uma semana que eu fiquei literalmente quase um mês sem ir pra escola e, sem a minha mãe saber! A minha mãe... eu fingia que ia pra escola, aí eu esperava minha mãe ir trabalhar. Aí eu voltava pra dentro de casa de novo e, ficava escondida em casa. Até dar a hora de voltar pra casa no horário normal. Aí, a minha mãe acabou... acabou descobrindo (Jéssica, 26 anos).

Sua amiga percebeu o que estava acontecendo e encorajou Jéssica a procurar a direção da escola para informar a situação e pedir que fossem tomadas providências. A própria diretora assumiu que já sabia dos fatos, no entanto ignorou a situação.

E aí eu lembro que eu... eu fa... né, fui conversar com a diretora. E aí, a diretora falou assim pra mim: “ah... mas... já tava percebendo o que tava acontecendo com você...”. Aí, eu falei “ah... se você tá percebendo porque você não falou nada?”, “... se você tava percebendo...”. Aí, ela falou que não podia fazer nada sem ter prova. Aí... aí... eu fiquei muito assim, me senti muito desamparada... (Jéssica, 26 anos).

Jéssica relata que a diretora não foi a única pessoa omissa frente a esse preconceito. Ela menciona que no recreio, os funcionários da escola fingiam que não viam, que ninguém queria fazer algo a respeito.

Avançando no tempo, quando completou 17 anos, Jéssica conseguiu o seu primeiro emprego com registro em carteira, em uma empresa de recuperação de crédito. Nessa época, ela estava decidida a iniciar a sua transição de gênero.

Eu não sentia que eu era gay; eu sentia realmente que eu era uma menina... até hoje eu me sinto uma menina, só que presa num corpo que eu não queria ter nascido com esse corpo. É uma coisa muito es., muito... diferente... Acho que é uma coisa que eu nem consigo explicar direito. E aí, eu lembro que... aí, eu decidi né, que eu ia fazer... que eu ia começar a iniciar a minha transição de gênero. E fui... iniciei minha transição de gênero (Jéssica, 26 anos).

Jéssica resolveu conversar com o seu namorado para se abrir e contar a sua decisão. Ela esperava ter seu apoio, mas a reação dele não foi o que ela esperava.

Eu lembro que nessa época, eu conversei com meu... com meu namorado, que eu tava na época, e falei assim “olha... eu não sou um menino, eu não sou um menino gay, eu sou uma menina, só que eu... eu... ... eu tô presa num corpo que não me pertence”. Aí, ele ficou super chocado assim; que eu acho que ele pensava que isso... que isso era uma situação que não iria acontecer com ele [pausa e suspiro]... mas, aconteceu. E aí, ele ficou super chocado. E eu lembro que ele falou assim... que ele iria pensar se ele ia ficar comigo mesmo ou não (Jéssica, 26 anos).

Após uma semana, Jéssica descobriu que ele estava com outra pessoa. Ela então decidiu seguir em frente, por entender que essa era a resposta de que ele não iria saber lidar com a situação. Ela também rompeu definitivamente com a igreja, na qual já não estava tão frequente.

E aí, eu lembro que nessa fase que eu me assumi como homossexual, já foi assim o momento que eu fiz a ruptura da igreja, né. Porque eu... eu ainda tentei né, ir à igreja né, como homossexual mas eu... na igreja eu era muito assediada, assim no sentido de... das pessoas. O pastor começou... ele nunca pregava, ele nunca falava coisas de Deus, coisas boas. Ele sempre dava um jeito de falar que homossexualidade era pecado, que a comunidade LGBT ia pro inferno (Jéssica, 26 anos).

Após quase um ano, Jéssica já havia se assumido como mulher trans e estava vivendo seu processo de transição de gênero. No entanto, a empresa não reagiu bem a esse processo e ela começou a ter problemas no emprego,

Ela sempre foi uma empresa que, ela tinha fama de... aceitar a diversidade, essa coisa toda! E eu lembro que quando eu comecei, quando eu iniciei, porque quando eu entrei na empresa, eu ainda er... eu ainda estava como menino; só que depois eu fiz a transição de gênero. E aí, logo depois que eu fiz essa transição, eu comecei a perceber que essa aceitação à diversidade era só pra ganhar dinheiro mesmo... era o famoso *pink money*⁵⁰, porque não era verdade (Jéssica, 26 anos).

Jéssica não teve problemas em relação aos seus colegas de trabalho, que a trataram sempre da mesma maneira e de forma respeitosa. No entanto, as chefias começaram a tratá-la de forma ríspida.

⁵⁰ *Pink money* é um termo que, em tradução literal, significa “dinheiro rosa”, mas que representa o dinheiro gasto por integrantes da comunidade LGBTQIAP+ . A expressão foi criada para ilustrar as oportunidades de negócios que esse público pode gerar. Disponível em: <https://blog.vindi.com.br/pink-money-o-que-e/> . Acesso em: 28 dez. 2024.

Ela solicitou à sua chefia o uso do nome social no crachá e no atendimento das ligações. A empresa negou seu pedido, alegando que o nome social é muito diferente do nome do seu registro, e que não poderiam fazer nada a respeito.

Com o tempo, Jéssica foi passando por situações de assédio e discriminação dentro da empresa. Falas ríspidas, remanejamentos de setor e até exposição do seu “nome morto”.

Ela se lembra de que iniciou um curso por demanda da empresa e, no primeiro dia, procurou o responsável para explicar que era uma menina trans que ainda não tinha retificado seus documentos, mas que preferiria que ele a chamasse por seu nome. Ele concordou com o pedido, mas, ao iniciar a chamada, perante a turma ele a chamou pelo seu nome morto.

Em uma manhã, no calor de uma discussão, a sua chefe a chamou aos gritos, pelo seu nome de registro. Esse foi o estopim para a saída da empresa.

Ela deu continuidade na sua transição, passou a tomar hormônios, mudar seu vestuário e foi conversando com seus amigos para que eles a tratassem como uma mulher. Até aquele momento, seus pais não sabiam o que estava acontecendo.

Um dia, Jéssica chegou em casa, conversou com sua mãe e deixou a bolsa no quarto para usar o banheiro. Sua mãe revistou a sua bolsa e acabou encontrando os hormônios.

Aí, minha mãe, ela tinha um costume de mexer nas minhas coisas, né, ela sempre teve esse costume. Aí, ela mexeu na minha bolsa e encontrou os meus hormônios. E aí, não tive [...] escapatória e, aí, eu contei pra ela que, realmente, eu não me sentia um menino, eu me sentia uma menina, que eu tinha começado o meu processo de transição de gênero... (Jéssica, 26 anos)

Naquele momento, sua mãe disse que estava tudo bem. Após uma semana, em meio a brigas, ela decidiu expulsar Jéssica de casa. Desde então, ela enfrentou diversas dificuldades para se manter e sobreviver.

Desde que ela saiu da empresa de recuperação de crédito, ela não mais conseguiu se recolocar em outro emprego. Ela acredita que isso seja pelo fato de ter se assumido como mulher transexual.

Então realmente, depois que eu comecei o meu processo de transição de... transição de gênero, eu percebi mesmo que você ser uma pessoa trans né, aqui no Brasil é motivo de você desrespeitar de diversas formas e... e ficar sem um pinga de dignidade. Porque

assim, o emprego é algo que te dá dignidade, né. É o seu dinheiro; precisa de dinheiro pra viver. Então, quando, quando isso atingido só pelo motivo de você ser uma pessoa trans mesmo, é uma coisa assim... sabe, horrível (Jéssica, 26 anos).

Sem emprego, sem fonte de renda e sem ajuda, Jéssica teve que se prostituir para conseguir se manter, comer, pagar seus hormônios e sobreviver.

Pra não ter que passar por aquilo. Eu pedi, eu realmente, eu fazia publicação no *Facebook*, que até hoje eu faço, publicação no meu *Facebook* é... conversar com amigo... é conversar com família, minha mãe, meu pai; só que ninguém... eu não, não, não... tipo assim, não gosto de colocar a culpa em ninguém, mas, ninguém me ajudou! Literalmente, ninguém! Então, foi aí, quando eu cheguei de fato a ter que me prostitui, foi uma coisa assim, como se eu tivesse indo pro abatedouro, assim, sabe?! Uma angústia, uma sensação horrível... de morte, porque... quando você entra no carro de alguém desconhecido, você não sabe o que vai acontecer com você! (Jéssica, 26 anos).

Jéssica se lembra do seu primeiro programa e do medo e da angústia que ela sentiu.

Então, eu lembro que eu marquei com um... com um... era um senhor de idade, eu lembro que eu marquei com ele. E desde o caminho, desde que eu sai de casa, até o caminho do carro, eu fui rezando, assim, sabe?! Porque eu não queria que nada ruim acontecesse comigo. E aí, eu lembro que na hora que eu abri a porta assim, eu falei: "é agora ou nunca!", sabe. E foi uma sensação muito pesada, muito ruim; eu fechei a porta do carro, aí eu fiquei encolhida assim... é claro que eu tentei disfarçar o máximo pra que ele não percebesse, mas... (Jéssica, 26 anos)

Ela teve que se prostituir outras vezes e descreve esse ato como um processo de dor, como se seu corpo fosse invadido. Um processo horrível, em todos os sentidos.

Mas, depois as outras vezes, que eu tive que fazer também, é um processo assim de dor. É um processo de... que você sente que teu corpo é invadido, porque não é... não é um ato assim... que você quer fazer. Você tá fazendo porque você tem que fazer! Você está sendo obrigada a fazer! Então, é um nível assim horrível em todos os sentidos! (Jéssica, 26 anos).

Atualmente, Jéssica vive com seu companheiro. Ela conseguiu retificar seus documentos e sobrevive de serviços temporários. Na sua percepção, a sociedade continua hipócrita e preconceituosa.

Só que hoje em dia, é... as coisas são mais veladas, então as pessoas não olham pra você e falam “ah! Não gosto de você porque você é trans!”, simplesmente elas vão te ignorar e não vão querer contato com você (Jéssica, 26 anos).

As memórias de Jéssica contam uma história de altos e baixos, superações e lutas. Mesmo com as dificuldades de sua transição e em ser uma mulher trans, ela conseguiu concluir os estudos. Apesar de tudo, ela nunca pensou em abandonar a escola.

Então, eu não, eu não cheguei a pensar nisso porque era uma coisa... que... de certa forma, eu sabia que poderia me ajudar. Porque se hoje em dia é difícil pra mim que completei os meus estudos, consegui um emprego, né, eu sendo uma mulher trans, imagina se eu não tivesse completado! E, muitas meninas não tem essa oportunidade pra completar, porque são assediadas na escola, sofrem violências. E aí, com, com... essa, essa lacuna, né, no currículo, né, pra elas fica infinitamente mais difícil. Por isso que quando a gente vê a gente sai à noite, a gente vê um monte na esquina (Jéssica, 26 anos).

Olhando para sua história, Jéssica faria quase tudo da mesma maneira.

A única coisa que eu faria diferente é ter gritado, ter me imposta na vida mais cedo; “ah! Vai todo mundo caçar sapo!”, “eu vou ser eu e é isso!” (Jéssica, 26 anos).

Cada história aqui narrada é única e contém particularidades, vivências, experiências e contextos únicos, mas que ao mesmo tempo se conectam entre si. A seguir, vamos analisar como essas histórias se encontram nas mesmas dores e lutas que mulheres transexuais e travestis tem passado ao longo da nossa história.

3.2 Tecendo as ligações entre essas histórias...

As histórias de vida narradas por Maytê, Lorena, Evelyn, Vitória, Michelle e Jéssica possuem uma variedade de experiências vividas em momentos e contextos diversos. Quando nos referimos à fase da infância, não podemos tratá-la como algo

abstrato, mas sim como um conjunto de elementos que estabelecem certas posições, envolvendo a família, a religião, a escola, as descobertas e angústias e outras pessoas que, de alguma forma, contribuem para moldar maneiras específicas de pensar e viver nesses períodos.

De acordo com o Ministério da Saúde, a primeira infância compreende o período que vai do nascimento até os seis anos de idade e representa uma fase crucial para o desenvolvimento humano, pois as experiências cultivadas nesse momento serão levadas pelo resto da vida⁵¹. É nessa etapa que a criança irá desenvolver capacidades de se relacionar de forma empática, de expressar e identificar emoções.

Por meio da interação social, a criança irá vivenciar experiências que possibilitam conhecer o outro, se conhecer, compreender as diversidades e construir relações afetivas. Na narrativa de Jéssica, até os cinco anos de idade, ela não frequentou a escola e suas relações se estabeleciam com os adultos que cuidavam dela e, eventualmente, crianças da mesma família que iam esporadicamente na casa da avó.

Aos cinco anos, em uma brincadeira com o primo, mais velho, ele a beija e a consequência foi uma dura repreensão da avó e, depois, da mãe, que deixou mais dúvidas do que certezas. Mas foi a partir do ingresso na pré-escola e na interação com outras crianças que Jéssica começou a notar que não se identificava com os outros meninos.

A percepção de não pertencimento ao gênero atribuído ao nascimento é recorrente nas narrativas. Jéssica ingressou na pré-escola no início dos anos 2000 e foi lá que percebeu, nas interações com outras crianças, que se identificava com o universo feminino; Maytê, que viveu a infância no final da década de 1960, não se tornou uma mulher trans, mas nasceu uma mulher trans, pois sempre se percebeu dessa forma; Lorena, no início dos anos de 1980, percebia-se diferente das outras crianças e só gostava de brincar com meninas; Evelyn, que relata ter vivido uma infância tranquila já no final dos anos 1980, não gostava de nada que era

⁵¹ Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/s/saude-da-crianca/primeira-infancia#:~:text=A%20primeira%20inf%C3%A2ncia%20%C3%A9%20o,da%20inicia%C3%A7%C3%A3o%20social%20e%20afetiva>. Acesso em: 17 jan. 2024.

relacionado a coisas de menino; e Michelle, que na infância vivida nos anos 1990 se via como uma menina.

Eu digo que eu não virei trans, que eu nasci trans; que essa coisa de você ser mulher, você... você ser diferente, isso eu me lembro... sempre viveu comigo, eu não me via um menino, eu não me via como menino, como... nunca me vi (Maytê, 60 anos).

[...] desde pequenininho que eu era diferente. Eu não gostava de brincar de carrinho, eu não gostava de brincar de carrinho; eu só gostava de brincar com meninas, só com boneca (Lorena, 46 anos).

[...] eu tive uma infância como todo ser humano, como toda criança. Tranquila. Lá, eu tive meus desencontros comigo mesma. Eu nunca gostei de nada que fosse relacionado ao sexo masculino. Eu nunca me identifiquei como um menino, desde criança, era notório. (Evelyn, 40 anos)

Mas, aconteceu e eu era uma menina, desde então, eu sempre fui uma pessoa como eu sou hoje assim, bem normal, bem normal (Michelle, 32 anos).

Essa coisa toda do universo masculino, eu nunca tive interesse. Meu interesse sempre foi no universo das meninas, eu me identificava mais com elas. Tanto que eu nunca tive esse olhar, esse... esse essa vontade de me aproximar dos meninos. Nunca tive essa vontade. Minha vontade sempre... sempre me identifiquei... a minha vontade sempre foi estar no universo feminino (Jéssica, 26 anos).

As narrativas trazem as vivências lúdicas da infância, de interação com outras crianças ou com brinquedos e objetos que, em nossa cultura, são atribuídos ao gênero com o qual a criança se identifica. Ao se observar a ação da criança com os brinquedos e brincadeiras, é possível ter pistas para percebê-la, saber sobre seus desejos, medos, alegrias e habilidades. Para Wajskop (1995), podemos definir brincadeira como uma atividade em que as crianças procuram, sozinhas ou em grupos, compreender o mundo e as ações humanas nas quais se inserem cotidianamente.

O relato de Maytê traz a realidade de uma infância vivida década de 1960, em uma situação de pobreza e vulnerabilidade, em que não havia brinquedos na casa, pois o foco eram as necessidades imediatas. Outras narrativas citam a preferência pelos brinquedos “de meninas”, como Lorena, que não gostava de jogar futebol e nem estar com os meninos, ou como Evelyn, que viveu uma infância livre e

gostava de brincadeiras de meninas e de meninos. Temos, ainda, o relato de Jéssica, que na escola, brincava escondido com as bonecas das amigas.

Porque assim... Naquela, na época assim, e... e... brinquedo não existia porque a gente nunca teve... (Maytê, 60 anos)

[...] eu não gostava de jogar bola, não gostava de futebol. Meu negócio era brincar com as meninas, brincar de casinha, brincar de dona de casa, brincar de boneca. Eu nun... nunca quis brincadeira de menino. O máximo que eu fazia era esconde-esconde, entendeu; mesmo assim, eu ia esconder, ia esconder com os meninos, entendeu. Já vinha daquela coisa de criança, de pequeno já (Lorena, 46 anos).

Eu era livre até na infância, sabe. Eu gostava de tudo quanto era tipo de brincadeira, seja ela qual fosse... pra menino ou pra menina. Eu desfrutei de tudo que eu quis. De tudo (Evelyn, 40 anos).

Comecei a fazer amizades sempre com meninas e... .. então as brincadeiras, as brincadeiras né que a gente tinha eram todas femininas enquanto os meninos estavam jogando bola, a gente tava é... brincando de... de pega-pega, pular corda. E aí, eu começava a brincar escondido com as bonecas delas (Jéssica, 26 anos).

As experiências lúdicas, muitas vezes, se misturam às memórias das relações estabelecidas nos espaços familiares. As narrativas das personagens revelam uma diversidade de realidades e composições de família, que exercem grande influência na formação e no desenvolvimento das crianças.

É no ambiente familiar que acontecem os primeiros contatos com um modelo referencial. Para Butler (2014), vivemos em um momento de idealização da família, sendo que, inclusive, tornar-se humano consistiria em participar de uma família normativa.

Os relatos trouxeram características muito comuns a outras famílias, como as relações entre pais, mães, avós, tios e primos, momentos de reunião e confraternização em datas especiais. Outras mostraram distanciamento nas relações entre pais e filhos, modelos de família patriarcal, desajustes e desencontros.

Em praticamente todas as famílias, um elemento comum é a dificuldade na compreensão e na aceitação da sexualidade dos filhos, que se manifesta de diferentes formas. Em muitos casos, foi relatado que a família percebeu alguns sinais, mas preferiu ignorá-los.

É visível o sofrimento das crianças que, ao perceberem que são “diferentes”, acabam trilhando, sozinhas, o seu próprio caminho de descobertas sobre si e sua

sexualidade. Muitas vezes esse caminho é traumático e poderia ser mais fácil, para a criança e para a família, se ambos tivessem mais informações.

Então, eu venho de uma família des... desestruturada, eu venho de uma família em que... os pais, não é o caso da minha mãe, eu sempre tive problemas com meu pai, isso é claro, e a gente vai ter sempre problema, ele já morreu, mas dá dor de cabeça, porque era mau (Maytê, 60 anos).

E, até então, eu não entendia, eu não entendi, realmente, o que que era isso, né, na minha vida, porque eu não tinha entendimento. Eu sou adotado, por pai e mãe, entendeu, eles eram de idade, e eles também não sabiam me explicar, entendeu (Lorena, 46 anos).

E eu tive assim, aí eu fui crescendo... meu pai, meu pai sempre foi, meu pai nunca foi pai, né, essa que é a verdade. Ele era um homem totalmente machista, preconceituoso. O tipo que saia pra, pras ruas pra pegar mulherada e, ainda batia na minha mãe que ficava dentro de casa, uma coisa assim, horrorosa. Então ele... eu não tenho vivência paterna, muito po... O contato que eu tenho com meu pai é muito singelo, porque não construímos laços de afeição (Vitória, 40 anos).

[...] eu vivia muito com a minha avó, por conta de meus pais trabalharem, já disse que minha avó era muito liberal, no sentido de ser crianças. [...] Porque nós somos quase 15 ou 16 primas e 4 primos, desses 4 primos, um deles é meu irmão. (Evelyn, 40 anos)

Nessa época aí, quando eu tinha 6 anos, ela [mãe] ainda não tinha se tornado evangélica, mas ainda assim, ela era uma pessoa extremamente intolerante e preconceituosa (Jéssica, 26 anos).

As relações familiares e a forma como essas interações se processam, são diversas. Maytê nasceu e cresceu em condições adversas, em meio a uma família que ela diz ser desestruturada. Ela não estabeleceu vínculos afetivos com o pai e nem com os irmãos. Ela relata que presenciou agressões e abusos que sua mãe sofreu à época.

Eu vivi uma infância aonde você via a sua mãe apanhar do dia primeiro de janeiro ao dia trinta e um de dezembro; que era à base de briga, a base de espancar, de machucar que a gente vivia. Então, até uns seis, sete anos de idade, é o que eu vivi; dificuldade de alimentação, você... nós não tínhamos o que as outras crianças tinha (Maytê, 60 anos).

Para as personagens, o preconceito nos primeiros anos da infância não era percebido, pois as relações se limitavam ao convívio familiar. Mesmo assim, há

relatos de manifestações de preconceito de parentes mais próximos. No entanto, elas começam a sentir o preconceito quando ingressam na escola, pois é onde terão as primeiras interações sociais com pessoas externas ao seu ambiente familiar. Em um depoimento, Maytê se manifesta:

Sete anos, oito anos, foi... minha vida virou de ponta cabeça porque não era mais a minha família que me apontava, era a rua que me apontava. Era a rua, só que eu não tinha o que mudar na minha postura, no meu jeito porque eu tinha... nasci assim, sempre fui assim. Então, as pessoas iam ter que me respeitar (Maytê, 60 anos).

O convívio familiar também passa pelos valores e pela formação moral, trazendo nos relatos a experiências de cada personagem com a religião. Essas vivências narradas nos fazem pensar no preconceito contra travestis e transexuais, que tem ganhado força com o avanço de pautas da extrema direita, com o objetivo de exterminar vidas e apagar a sua existência, justificado por formas de intolerância, dentre as quais, a religiosa. Os relatos trazem as vivências das personagens com a rotina religiosa de suas famílias.

Teve por que eles queriam que eu fosse pra igreja [evangélica], eles me obrigavam, falava que isso era coisa do demônio, que isso não era normal, entendeu. Que, que... que isso não vinha de Deus, entendeu, porque Deus criou o homem e a mulher; isso não existia. Que eu estava perturbado, que eu tava doente, entendeu, tudo isso (Lorena, 46 anos).

[...] eu nasci numa família conservadora, cristã, católica, então era, uma, uma família que vivia muito dentro da igreja. Minha avó quando percebeu os primeiros sinais em mim, ela queria que eu virasse padre, de todo jeito. Ela queria me botar pra fazer, é... pra estudar num colégio de padre, para virar padre [...], e ela achava que seria um jeito de conter e, socialmente mais palpável, palada... palatável, né. Mais palatável socialmente (Vitória, 40 anos).

Minha família sempre foi muito católica. É... eu cresci, na igreja católica; que eu acho hoje, que isso não vire polêmica, só... um ponto de vista, uma opinião minha. Que hoje, uma das religiões que mais pratica... né... e é a que mais condena (Evelyn, 40 anos).

E aí, é... ... minha mãe, ela... nesse tempo ela acabou se convertendo né, pro cristianismo evangélico e... é... eu lembro, logo, que ela se converteu, ela começou a me obrigar a ir pra igreja também, né. Então, ela não se converteu só pra ela, ela se converteu pra... pra família toda. Então, ela sempre ficava exigindo que eu fosse pra igreja junto com ela. E aí, também na igreja foi mais uma fase assim ... muito difícil! É... onde eu sempre acreditava... sempre

notava que as pessoas me olhavam com um olhar de julgamento. Uma coisa que não deveria acontecer, né! Já que se você se diz... tão... que você segue Jesus Cristo... (Jéssica, 26 anos)

Os relatos reverberam os conflitos entre as descobertas da sexualidade e os dogmas da fé. A maioria das personagens cresceu seguindo a religião de sua família, normalmente católica ou evangélica, passando por conflitos internos e situações de intolerância religiosa. Algumas decidiram, em algum momento da vida, buscar sua espiritualidade em outra religião, na qual se sentissem receptividade e acolhimento.

Eu decidi muito cedo, entre a igreja evangélica, católica e a matriz africana, o que é que eu queria pra mim. Tanto que eu frequentei a igreja católica, não fiz primeira comunhão, não fiz nada porque desisti no último dia, pra saber que eu ia ser de matriz africana, que era o me encantava, o que me chamava a atenção e, que eu me identificava e me sentia bem. Eu não sentia aquela rejeição no olhar das pessoas. Porque a gente sabe o que é preconceito, desde pequenininho você vê o preconceito nos olhos do ser humano (Maytê, 60 anos).

Tentaram me curar de algum jeito, entendeu. Mas, não teve jeito porque eu mesmo seguia minha religião, entendeu. Eu mesmo, depois de uma certa idade, eu procurei minha religião [umbanda]. Eu me encontrei (Lorena, 46 anos).

Eu não sou mais católica porque aquele negócio de céu/inferno, nossa, todo gay vai pro inferno, trans então... tem um lugar garantido lá, carimbado, a cadeira do inferno. Então, não serve pra mim como religião. Então eu saí totalmente, fui até crismada. Não me agrega em nada, respeito todas, mas não, eu sou... procuro não me envolver em assunto de religião, nem (Vitória, 40 anos).

Movidos pela crença de uma suposta superioridade, grupos religiosos fundamentalistas tentam impor suas visões de mundo e usam de estratégias para subjugar pessoas. Destacamos as narrativas de Evelyn e de Jéssica, que tiveram experiências, respectivamente, com o Candomblé e a Igreja Evangélica. Em ambos os relatos, o preconceito é notório, deixando claro que essas questões não dependem da religião, mas da formação cultural das pessoas e do ambiente social.

E aí, eu também não tive problemas também religiosos, porque Deus estava em mim e não estava em um templo. Fui conhecer outras religiões? Fui. Eu sou curiosa; sabe, conheci Candomblé que também tem seus... seus certos preconceitos, ali dentro também, que eu achei que não tivesse. Por ser uma religião onde mais se

encontram gays, trans; mas tem sim! Tem bastante preconceito ali dentro, né, também (Evelyn, 40 anos).

[...] então, quando eu tava na igreja, é... era muito difícil, porque como eu falei, a partir do momento, que os líderes da igreja que a mãe frequentava souberam da minha situação, eles começaram a usar disso né, pra expor o preconceito deles; de falar que a comunidade LGBT ia pro inferno e tudo mais. Só que como eu era obrigada a ir na igreja, mesmo de toda forma, então era uma coisa que não tinha muito pra onde correr, tinha que aguenta, né. Então, eu... toda vez que eu chegava nos cultos né, eu via as pessoas me olhando diferente, que sabiam da minha situação, eu via me olhando diferente; eles me olhando com um julgamento. Mas, eu... eu... não tinha como é... não ir. Entende? Porque minha mãe me obrigava (Jéssica, 26 anos).

As manifestações fundamentalistas têm tomado lugar no cenário político brasileiro, promovendo embates contra os direitos humanos, por meio da imposição de preceitos morais e religiosos como políticas de Estado.

As primeiras experiências escolares aproximam-se em muitos aspectos, sobretudo quando a escola se revela um ambiente hostil, levando à crença de que há uma única e legítima forma de vivenciar feminilidades e masculinidades não hegemônicas.

Com sete anos, eu fui pra escola; um sonho foi bom... escola, você aprender. Mas, o meu problema começa no segundo ano, porque as pessoas começam com ... preconceito, não sei se uma criança de sete, oito anos vai ter preconceito... pode ser que fale porque escutou dos outros. Mas, preconceito eu não acredito que uma criança tenha (Maytê, 60 anos).

Eu me lembro que já na... quando eu estudava no... no jardim de infância né, depois pré-escola, primeira série, eu sempre fui uma criança, eu sempre [...] fui uma criança extrovertida, curiosa, muito hiperativa. E hoje, analisando o meu (feito) de escola, eu consigo ver como as pessoas podem ser preconceituosas desde quando a gente é criança. Porque eu me lembro de situações em que eu era excluída, que eu era excluído porque era afeminado, já naquela época né, muito, muito jovem. E naquela época, a sexualização da criança começava muito cedo por causa disso (Vitória, 40 anos).

E... a escola pra mim, ela, ela foi complicada porque não... tinha isso tudo ainda, muito menos o que se tem hoje... de como... ... receber essas pessoas; de como essas pessoas poderiam se sentir melhor (Michelle, 32 anos).

Uma lembrança viva entre as narrativas Maytê é sobre o trabalho na infância. Mesmo antes de entrar na escola, ela já trabalhava em uma fábrica, para ajudar nas despesas da família. Quando iniciou na escola, continuou nessa atividade. Aos sete anos, ela operava uma máquina de corte.

[...] eu trabalhei porque eu estudava de manhã e chegava ao meio-dia e meio da escola, almoçava quando tinha e, aí, tinha uma empresa... uma fábrica que fazia moldura de quadro... eu ia trabalhar na máquina, na serra, com sete anos de idade. Daí, já tava acostumada e com quatorze anos eu arrumei um emprego, entrava às quatro horas da manhã e saía às nove (Maytê, 60 anos).

As lembranças do ambiente escolar deveriam ser de um espaço acolhedor e seguro, mas a realidade mostra que a escola ainda é hostil para pessoas transgênero, ao reproduzir o preconceito que está cristalizado na sociedade. As narrativas trazem situações de preconceito e violência por parte de colegas e até mesmo de professores, em um ciclo que se repete em diferentes épocas.

Não tem um pingão de respeito; eu passando por grupinhos, assim, de meninas, de meninos, eles zoavam, eles caçoavam. E aquilo ia me deixando mal, muito pra baixo, entendeu. Porque eu era uma pessoa só, eu passava perto de um monte de gente e, eles pegavam... eles caçoavam (Lorena, 46 anos).

E, eu como era uma criança mais afeminada, então... não, não, não existia bullying né, existia o xingamento: o viadinho, a bichinha. E, eu, eu cresci com isso, ao mesmo tempo que eu cresci, já também aprendi a me defender quando precisei, né, quando ficava muito sério o negócio. E eu tinha problemas, uma época, inclusive, eu fui proibida de frequentar o banheiro masculino, porque os meninos queriam me pegar lá dentro (Vitória, 40 anos).

[...] tenho 40 anos, eu não cheguei pegar o *bullying*. Passei pela zoação... só que assim, como eu falei pra você eu sou muito, sempre, certa no que eu quero, no que eu vou buscar, no que eu vou fazer e de que forma eu vou fazer isso. Dentro da escola, "ah, bichinha!" tem? Tem (Evelyn, 40 anos).

teve uma fase na escola, que um menino, ele... eu acho que ele percebia, né, o que estava acontecendo comigo. E aí, ele começou a pegar muito no meu pé; ele começou, realmente, a fazer *bullying* comigo. Me agredia e me assediava muito, sabe; ele chegava perto de mim e começava a passar a mão no meu corpo pra ver qual reação eu teria. E foi um assédio muito grande que eu sofri... (Jéssica, 26 anos)

A violência relatada nas memórias de nossas protagonistas não é algo pontual, mas sempre recorrente e motivada pela intolerância. Esse fenômeno, apesar de ser atemporal, passou a ser alvo de discussões no Brasil, somente a partir dos anos 2000. O *bullying* ainda tem uma definição diversificada. Segundo Medeiros (2012, p.108):

[...] o bullying no Brasil deveria ser entendido como um conjunto de atitudes hostis e agressivas, que ocorrem de maneira direta ou indireta, intencionais e repetitivas e sem motivação evidente, adotado por um ou mais alunos contra outro(s) no ambiente escolar, sem distinção de gênero ou de idade, que apresenta a diferença de poder entre os envolvidos, causando dor, angústia e sofrimento para a vítima e o sentimento de satisfação para o agressor (Medeiros, 2012, p.108).

Para Barbero (2017), essa violência contra pessoas LGBTQIAPN+ em ambiente escolar está ligado à construção de uma masculinidade controlada, que além de prejudicar o desenvolvimento da vítima, também atrapalha relações que devem se estabelecer com a comunidade escolar.

O ciclo de violência na escola é notório em diversos contextos e acaba sendo reproduzido não apenas pelos alunos, mas também por funcionários docentes e não docentes, por meio de olhares, ações ou falas impregnadas por elementos de preconceito, como aparece no testemunho de Maytê, quando foi vítima de racismo por sua professora, que também era uma mulher negra, a única professora negra na escola.

[...] eu sofri o primeiro [suspiro] preconceito visível, sabe... claro... que eu senti na pele uma dor; porque é uma dor muito forte, o preconceito quando você sofre isso; e eu sofri na sala de aula. Uma professora negra, era a única professora negra, ela entrou na sala pra dar aula e tava aquela “converseira”, ela mandou todo mundo me cala a boca, mas a mim ela se dirigiu “neguinho viado”. Aquilo acabou! (Maytê, 60 anos)

Outro fator presente nas falas, que também é uma característica da escola que não acolhe e não transmite segurança, é a omissão de gestores e funcionários frente a situações de violência.

Então, eles me chamavam mais por nome, era sempre “viado” e “bicha”. Eu não tinha a quem recorrer, que eu ia falar com professor

não adiantava nada, com diretor não adiantava nada. Então, você se torna uma pessoa agressiva pra poder se defender (Maytê, 60 anos).

E aí eu lembro que eu... eu fa... né, fui conversar com a diretora. E aí, a diretora falou assim pra mim: “ah... mas... já tava percebendo o que tava acontecendo com você...”. Aí, eu falei “ah... se você tá percebendo porque você não falaram nada?”, “... se você tava percebendo...”. Aí, ela falou que não podia fazer nada sem ter prova. Aí... aí... eu fiquei muito assim, me senti muito desamparada... (Jéssica, 26 anos)

Os relatos apontam as dificuldades enfrentadas por mulheres trans ao ocuparem espaços públicos, em razão de resistências quanto o uso do nome social e o direito a utilizar o banheiro de acordo com a identidade de gênero. Michelle relatou uma situação que enfrentou nos anos 2000.

Até, até eu fui pedir, tipo...é pra usar o banheiro feminino e, aí eu fui é... teve até uma... “aí... [...] Não sei como falar isso... mas, a gente não tem verba pra abrir um banheiro pra um terceiro gênero”, tipo... “não sei como você quer que a gente resolva isso!”, “você quer usar o banheiro dos cadeirantes?!” (Michelle, 32 anos)

Recentemente, a Comissão de Direitos Humanos do Senado aprovou um Projeto de Lei (PL) para proibir o uso de banheiros em escolas públicas e privadas com base na identidade de gênero. De acordo com o relator do PL, senador Zequinha Marinho (Podemos), “é verdadeiramente urgente proibir que a mera alegação verbal de uma declarada identidade de gênero permita que pessoas de outro sexo usem vestiários ou banheiros de uso exclusivo de meninas”⁵².

A discussão, além de um retrocesso para as políticas afirmativas, representa um despropósito, pois estamos falando de um país em que 5,2 mil escolas não têm banheiro (3,78% do total de estabelecimento escolares no país). Existem ainda 8,1 mil escolas sem acesso à água potável (5,84%) e 7,6 mil (5,53%) sem serviços de esgoto.⁵³

⁵² SOARES, G. Comissão do Senado aprova restrição a pessoas trans em banheiros de escolas. **UOL**, 28 fev. 2024. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/congresso-nacional/comissao-do-senado-proibe-uso-de-banheiro-com-base-em-identidade-de-genero/>. Acesso em: 15 mar. 2024.

⁵³ BARROS, C. **O Brasil precisa debater é a escola sem banheiro**; são mais de 5 mil. Disponível em: <https://www.portalaz.com.br/colunas/8/claudio-barros/56158/o-brasil-precisa-debater-e-a-escola-sem-banheiro-sao-mais-de-5-mil/#:~:text=No%20Brasil%2C%205%2C2%20mil,s%C3%A3o%20do%20Censo%20Escar%202021>. Acesso em: 29 mar. 2024

Na constatação de Bento (2011), quando a escola se apresenta como um espaço incapaz de acolher a diversidade, a saída de estudantes não se relaciona apenas à evasão escolar. Trata-se de uma desistência, associada ao desrespeito com o uso do nome social, na proibição do uso do banheiro de acordo com a identidade de gênero e à discriminação por parte de alunos e de funcionários. Existem, ainda, outros casos de desistência da escola, pela situação econômica, pelo preconceito sofrido etc.

Eu não me formei porque ele não deixou. “Porque nós somos muito grande, tem prestação de casa, vocês vão trabalhar” (Maytê, 60 anos),

Daí, eu fui passando o tempo, eu voltei pra escola, conclui até a quarta série. Daí, eu parei porque eu tive muito preconceito, muita coisa, entendeu. Teve muito bullying e, eu não quis continuar. Eu decidi por parar. Daí, eu fui crescendo, eu entrei no restaurante pra trabalhar; fui trabalhar na copa, depois fui trabalhar na chapa. (Lorena, 46 anos).

Nas narrativas, é recorrente um sentimento de angústia da criança aos primeiros sinais da sua transexualidade. A não identificação com outras crianças do mesmo sexo biológico, em uma sociedade heteronormativa que cobra desde cedo posturas idealizadas e a falta de diálogo com a família, podem trazer consequências negativas, como no caso de Michelle, que acabou “apagando” as memórias de sua infância como uma tentativa de superação.

Muito tempo da minha vida eu passei, eu tive que passar por muitos terapeutas pra entender isso. Eu descobri que a minha mulheridade me fez querer, me desprender de tudo que foi masculino na minha vida, e uma delas foi minha infância; então eu passei muito tempo da minha vida fingindo que a minha infância que não teria acontecido do jeito que aconteceu (Michelle, 32 anos).

O apagamento de Michelle foi a forma encontrada para superação de um processo doloroso. As dores, angústias e decepções de Michelle são comuns a tantas outras mulheres transexuais, que lutam todos os dias para sobreviver em um mundo hostil para pessoas trans.

As histórias narradas por Maytê, por Lorena, por Vitória, por Evelyn, por Michelle e por Jéssica se passaram em momentos e contextos distintos. São diferentes pessoas que se cruzam nas lutas por sobrevivência em um país onde a

violência e o preconceito ainda são uma realidade. Essas histórias são delas... mas também poderiam ser de tantas outras...

Maytê passa sua infância em meio à pobreza e à violência em uma época na qual o país não contava com leis de proteção integral à infância, que a resguardassem de situações como o trabalho infantil, ainda aos sete anos de idade, ou de políticas que a protegessem do preconceito racial. Cresceu e vivenciou o preconceito em plena ditadura militar e lutou por assumir sua sexualidade ao mesmo tempo em que o Movimento Homossexual ganhava força.

Nos anos 1980, os avanços tímidos para a população LGBT ainda se concentravam na área da Saúde, na prevenção e tratamento da epidemia da Aids, doença pela qual a comunidade foi estigmatizada. Tempos difíceis para Maytê, diante da “peste gay” e, também para Lorena, que cresceu em meio aos conflitos consigo mesma, no contexto de um país que convivia com a epidemia de Aids e efervescência de lutas dos movimentos.

Lorena iniciou sua vida escolar em 1984. Um ano depois, a ditadura chegaria ao fim com o início da redemocratização e a homossexualidade deixaria de ser uma patologia no Brasil, mas nada disso impediu o avanço do preconceito que levou Lorena a desistir da escola.

Evelyn e Vitória ingressaram na escola em 1990, na mesma década em que os movimentos de travestis e transexuais começam a se organizar. Já Michelle começou seus estudos em 1998, dois anos após a publicação do primeiro Programa Nacional de Direitos Humanos.

No início dos anos 2000, as discussões sobre gênero e diversidade sexual começam a ganhar força nas pautas políticas, com a instituição de ações governamentais. Mesmo que de forma tímida, a publicação do PNDH 2 começa a discutir a cidadania da comunidade LGBT.

A partir da ascensão do governo Lula, em 2003, o movimento LGBT ganha força com uma agenda de luta pela criminalização da homofobia, ao lado de outras pautas que passam a contemplar públicos específicos dentro da comunidade, dentre os quais travestis e pessoas transgênero. Na observação de Souza (2016), é a partir dos anos 2000 que os movimentos sociais passam a ter maior participação no governo, com maior representatividade e meios mais eficazes de negociação.

É nesse contexto que Jéssica ingressa na vida escolar e inicia sua história, na pré-escola, onde a socialização com as demais crianças a faz começar a

perceber-se diferente e, nos anos seguintes, ela não encontrou acolhimento e apoio no ambiente escolar.

É justamente na área da educação que reside uma das reivindicações, que é a inclusão da temática sobre gênero e diversidade sexual nos currículos escolares.

Nesse período, foram instituídos planos e programas governamentais com propostas de ações voltadas à educação, para mobilização frente às questões de gênero, já citadas nesta tese. No entanto, essas ações enfrentaram, e ainda enfrentam, enorme resistência para sua efetiva implementação. Na afirmação de Ferreira (2017), mesmo que esses programas e planos representem avanços significativos para a visibilidade social e política da comunidade LGBTQIAPN+, as prefeituras não instituíram nenhuma ação de combate à homofobia.

Cabe destacar, ainda, a influência do fundamentalismo religioso, presente nas histórias narradas pelas nossas protagonistas e que é o mesmo que traz entraves à efetivação de legislações e de políticas para pessoas LGBTQIAPN+.

Episódios como a suspensão do Programa Escola sem Homofobia em 2011, no governo de Dilma, que beneficiaria escolas no país com a distribuição de materiais com fundamentação teórica e embasamento científico para abordar questões de gênero e sexualidade, ou a pressão de bancadas religiosas, com respaldo de igrejas evangélicas e católicas, para a retirada de referências sobre identidade de gênero e diversidade sexual dos Planos Estaduais e Municipais de Educação, são exemplos desse retrocesso.

Com o golpe de 2016 e as pautas conservadoras que tiveram início no governo Temer e foram aprofundadas no governo Bolsonaro, assistimos à destruição de conquistas históricas e cerceamento das políticas LGBTQIAPN+, ao mesmo tempo que a violência e os assassinatos de pessoas travestis e transexuais tiveram um aumento assustador, elevando o Brasil ao topo do ranking mundial de assassinatos. É nesse cenário caótico que Lula assumiu seu terceiro mandato, com a volta das pautas LGBTQIAPN+ aos olhos do governo, em um país que ainda vive à sombra de movimentos fundamentalistas e conservadores.

A esse cenário, se sobrepõe as histórias de nossas protagonistas, que também podem ser as histórias de tantas outras travestis e mulheres transexuais em nosso país, que ainda vivem a carga pesada do preconceito, da discriminação e da transfobia. Neste sentido, é urgente a inclusão de pautas que incluam a discussão sobre igualdade de gênero e sexualidade na sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Escrever um texto sobre algo em que acreditamos foi um ato de ousadia! Mas também foi uma grande responsabilidade, pois vejo esse registro como o coroamento de um processo acadêmico e, para muito além disso, o ponto de inflexão de um projeto de vida! Nesse momento, é oportuno fazer um balanço do caminho percorrido até aqui.

Quando tomei a decisão de buscar o [Doutorado](#), eu gostaria que o meu tema de pesquisa fosse algo significativo. Escrever sobre histórias de vida justifica-se pelo meu interesse pessoal, não somente pela minha própria história de vida, mas pela minha área de atuação e por todo o trabalho que havia desenvolvido como educador e formador.

Lembro com muito carinho de quando abordei a temática sobre gênero e diversidade sexual em cursos de formação continuada. No decorrer dos encontros, percebi o quanto esses temas são necessários nas escolas. Mas também senti o impacto em se tocar nesses assuntos pela reação de grupos conservadores.

A experiência do olhar de professor me fez enxergar a escola com mais clareza do que aquele olhar de quando eu era aluno e perceber que as instituições escolares precisam estar preparadas para acolher a diversidade em seus espaços e que isso só será possível quando houver efetiva implementação de políticas educacionais que garantam as demandas da comunidade LGBTQIAPN+.

Escolhi abordar essa temática junto à comunidade trans, por compreender que se trata do grupo mais vulnerável, que sobrevive ao ódio e luta para continuar existindo no país que mata pessoas transgênero no mundo.

A diversidade sexual e de gênero é uma construção histórica e cultural da humanidade que demanda a necessidade em se garantir o que está previsto nas leis, a partir da Declaração Universal dos Direitos Humanos (Organização das Nações Unidas, 1948) e da Constituição Federal do Brasil (Brasil, 1988), bem como os direitos ratificados pelos Princípios de Yogyakarta e previstos em ações governamentais, especialmente aquelas implantadas a partir dos anos 2000.

É inegável que tivemos avanços significativos em relação aos Direitos Humanos, à Democracia e nas demandas sociais. Mas, e a escola? Quais foram seus reais avanços? Podemos refletir sobre isso a partir do racismo e da homofobia vividos pela jovem Maytê, na década de 1970, quando uma professora a chamou de

“neguinho e viado” e a repressão da pequena Jéssica, nos anos 2000, em que uma professora a pegou pelo braço por uma dança de Axé porque “isso não era coisa de menino”. Entre essas memórias vividas por nossas protagonistas, se passaram aproximadamente 40 anos, no entanto a escola continua a mesma, calcada no modelo do homem branco, moralmente conservador e cristão.

Assim, é necessário compreender a construção das relações na sociedade, incluindo como se dão essas relações na instituição escolar. Ao chegarem à escola, essas alunas já percorreram uma trajetória social que traz impregnadas representações de valores e culturas permeadas pelo preconceito herdado de seu contexto familiar. Soma-se a isso o modelo de escola com um “discurso” inclusivo, democrático e progressista, porém com práticas que reafirmam todas as formas de preconceito e reproduzem a rejeição vivida na pele por essas mulheres. Elas são rejeitadas de todas as formas: pela família, pela sociedade, pelo mercado de trabalho, pela igreja e pela escola.

Os processos de exclusão ultrapassam fronteiras físicas e estão diretamente ligados às formas de desigualdade e discriminação, sendo papel da escola combater todas as facetas do preconceito.

Importante considerar que a escola convive diariamente com a diversidade de corpos e de sexualidade, porém acaba apontando para determinadas normas e padrões, orientando os processos pedagógicos para um modelo que considera somente a heterossexualidade como padrão de sexualidade. A escola deve ser concebida como uma fonte transformadora do futuro e promotora de práticas de igualdade, respeito e Democracia para além de um discurso cristalizado, sendo uma das redes de apoio que mulheres transgênero tanto necessitam.

Essa história não terminará com “... e viveram felizes para sempre”, mas pode ser uma pequenina contribuição para **lutarmos por novos** finais para histórias como a de Maytê, de Lorena, de Vitória, de Evelyn, de Michelle, de Jéssica, de Dandara, de Xica Manicongo... e de tantas outras...

REFERÊNCIAS

ACOSTA, T. **Morrer para nascer travesti**: performatividades, escolaridades e a pedagogia da intolerância. 2016. 205f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2016.

ALAMINO, F. N. P.; DEL VECCHIO, V. A. Os Princípios de Yogyakarta e a proteção de direitos fundamentais das minorias de orientação sexual e de identidade de gênero. In.: **Revista da Faculdade de Direito**, Universidade de São Paulo, v. 113, p. 645-668, jan./dez. 2018.

ALMEIDA JUNIOR, F. F. de. Direitos humanos das pessoas LGBTI e a aplicação dos princípios de Yogyakarta no Brasil: uma proposta de estudo. In.: **Revista Diálogos Possíveis**. Centro Universitário Social da Bahia, Salvador, v. 18, n. 2, maio-ago. 2019.

ANDRADE, D. F. de. **Os desafios de transgêneros em sua trajetória escolar em um município do interior do estado de São Paulo**. 2020. 105f. Dissertação (Mestrado em Educação), Centro Universitário Moura Lacerda, Ribeirão Preto, 2020.

ANDRADE, L. N. de. **Travestis na escola**: assujeitamento e resistência à ordem normativa. 2012. 278f. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Fortaleza, 2012.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS (ABGLT). Carta de Princípios da ABGLT, 1995. Disponível em: https://www.abgl.org/_files/ugd/dcb2da_1ddfda63c3484c9c8a418d9bfcca8ef9.pdf. Acesso em: 27 abr. 2024.

BARBERO, M. de S. Hacerse hombre en el aula: masculinidad, homofobia y acoso escolar. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 50, p. 1-28, 2017.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BAURU. **Lei n. 6.073, de 18 de maio de 2011**. Institui o Conselho Municipal de Atenção à Diversidade Sexual. Bauru, SP, 2011. Disponível em: <https://legislacaodigital.com.br/Bauru-SP/LeisOrdinarias/6073-2011/Arquivos/1>. Acesso em: 18 jun. 2024.

BAURU. Secretaria Municipal da Educação. **Plano Municipal de Educação (2012-2021)**. Disponível em: https://sites.bauru.sp.gov.br/pme/arquivos/website_pme/arquivos/13.pdf. Acesso em: 18 abr. 2022.

BECKER, H. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Hucitec, 1994.

BENEVIDES, B. G. **Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2023**. ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais). Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2024. Disponível em: <https://antrabrazil.files.wordpress.com/2023/01/dossieantra2023.pdf>. Acesso em: 04 fev. 2023.

BENEVIDES, B. G. **Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2022**. ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais). Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2023. Disponível em: <https://antrabrazil.files.wordpress.com/2023/01/dossieantra2023.pdf>. Acesso em: 04 fev. 2023.

BENTO, B. **O que é transexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

BENTO, B. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. São Paulo: Espaço e Tempo, 2006.

BERTOLLO, Sandra Helena Joris; SCHWENGBER, Maria Simone Vione. III Plano Nacional de Políticas para as Mulheres: Percurso de uma Pré-Política de Esporte e Lazer. In: Movimento: Revista de Educação Física da UFRGS. Porto Alegre, v. 23, n. 2., p. 783-796, abr./jun. de 2017. Disponível em: <http://www.seer.ufrgs.br/Movimento/article/viewFile/70830/42265> > Acesso em: jun. 2018.

BOBBIO, N. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BOGDAN R.; TAYLOR, S. **Introducción a los métodos cualitativos de investigación: La búsqueda de significados**. Buenos Aires: Editorial Paidós, 1986.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação**. Porto: Porto Editora, 1994.

BOJE, D. Stories of the storytelling organization: a post modern analysis of Disney as 'Tamara-Land'. **Academy of Management Journal**, n. 38, v. 4, 1995, p. 997-1035.

BORRILLO, D. **Homofobia**: história e crítica de um preconceito. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

BOTTON, V. B. Muxes: gênero e subjetivação, entre a tradição e as novidades. **Revista Ecopolítica**, São Paulo, n. 17, jan-abr, p. 19-32, 2017. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ecopolitica/article/view/34563/23689>. Acesso em: 12 jan. 2022.

BRABO, T. S. A. M. Valores democráticos e formação para a tolerância: direitos humanos e gênero no cotidiano da escola. In.: **REP - Revista Espaço Pedagógico**, v. 12, n. 2, Passo Fundo, p. 147-156 - jul./dez. 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, MEC: 2018.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Provimento n. 73, de 28 de junho de 2018**. Dispõe sobre a averbação da alteração do prenome e do gênero nos assentos de nascimento e casamento de pessoa transgênero no Registro Civil das Pessoas Naturais (RCPN). Disponível em: <https://www.anoreg.org.br/site/2018/06/29/provimento-no-73-do-cnj-regulamenta-a-alteracao-de-nome-e-sexo-no-registro-civil-2/>. Acesso em: 20 jun. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP n. 01/2018, aprovado em 19 de janeiro de 2018**. Define o uso do nome social de travestis e transexuais nos registros escolares. Brasília, DF: MEC/CNE, 2018.

BRASIL. Atos Institucionais. Portal da Legislação, Brasília, 2017. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/legislacao/portal-legis/legislacao-historica/atos-institucionais>. Acesso em: 12 maio 2023.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Decreto nº 8.727, de 28 de abril de 2016**. Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Decreto/D8727.htm. Acesso em: 10 fev. 2024.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024: Linha de Base**. Brasília, DF: Inep, 2015.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório**: textos temáticos. Brasília: CNV, 2014. (Relatório da Comissão Nacional da Verdade; v. 2).

BRASIL. **Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3)**. Secretaria Especial os Direitos Humanos da Presidência da República. Brasília: SEDH/PR, 2009.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2007.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2005.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996.

BRASIL. **Ato Institucional n. 5**. Planalto, Brasília, 1968. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm. Acesso em 10 jan. 2023.

BRAVIN, R. **(Trans)Pensando a educação social**: os sentidos de ser (trans) educadora social. 2016. 141f. Dissertação (Mestrado em Educação), Centro de Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.

BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARVALHO, F. Por cidades *queer*, por cartografias sapatonas: ensaio arqueológico sobre o Stonewall Inn e o Ferro's Bar como lugares de memória. In.: **Vestígios**, Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica. v.17, n.2, jul-dez 2023.

CHIZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 1991.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Resolução Nº 001/99 de 22 de março de 1999. Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da

Orientação Sexual. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/1999/03/resolucao1999_1.pdf. Acesso em: 05 fev. 2023.

CONSELHO Nacional de Combate à Discriminação. Brasil Sem Homofobia: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

DANILIAUSKAS, M. **Relações de gênero, diversidade sexual e políticas públicas de educação**: uma análise do Programa Brasil Sem Homofobia. Dissertação (Mestrado) – FEUSP, São Paulo, 2011.

FERNANDES, S. F. **As trajetórias dos “jovens trans” na fronteira Brasil/Bolívia**: (in)visibilidade nas escolas públicas de Corumbá (MS). 2018. 117f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Corumbá, 2018.

FERREIRA, N. S. de A. As pesquisas denominadas “estado da arte”. **Educação e Sociedade**, ano XXIII, n.79, ago. 2002.

FERREIRA, T. de S. **Os processos de entrada e permanência das travestis e das mulheres transexuais no mercado de trabalho**. 2017. 45f. Monografia (Graduação em Terapia Ocupacional). Departamento de Terapia Ocupacional, Universidade Federal da Paraíba, 2017

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FREIRE, N. Apresentação. In: FROSSARD, H. (Org). Instrumentos internacionais de Direitos das Mulheres. Brasília, D.F. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2007, p 9-12. Disponível: < http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2012/08/SPM_instrumentosinternacionaisdireitosdasmulheres.pdf. Acesso em: 06 jun. 2022.

FREITAS, H. M. R. de; CUNHA JÚNIOR, M. V. M da; MOSCAROLA, J. Aplicação de sistema de software para auxílio na análise de conteúdo. **Revista de Administração da Universidade de São Paulo**, v. 32, n. 3, 1997.

GOFFREDO lê “Carta aos Brasileiros” para 2 mil pessoas. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano xx, n. 123, p. 16, 9 ago. 1977. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=030015_09&pagfis=103275. Acesso em: 30 abr. 2024.

HERNANDEZ CHÁVEZ, A. D.; FARIA, I. F. de. Muxes na interculturalidade e territorialidade da comunidade zapoteca em Oaxaca-México. **Revista da FAEBA - Educação e Contemporaneidade**, v. 31, n. 67, p. 288–307, 2022. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/faeeba/article/view/14412>. Acesso em: 28 jun. 2023.

HOBSBAWM, E. **Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOBSBAWM, E. **A era dos impérios (1875-1914)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

JESUS, J. G. de. Xica Manicongo: a transgeneralidade toma a palavra. **Revista Docência e Cibercultura**. Rio de Janeiro: UERJ, 2019, v.3, n.1, jan/abr. 2019. p. 250-260.

JESUS, J. G. de. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos**. Guia técnico sobre pessoas intersexuais, travestis e demais transgêneros, para formadores de opinião. 2. ed. Brasília, 2012. Disponível em: <http://www.diversidadesexual.com.br/wp-content/uploads/2013/04/G%C3%8ANERO-CONCEITOS-E-TERMOS.pdf> Acesso em: 22 mar. 2020.

JUNQUEIRA, R. D. Homofobia na escola: um problema de todos. In: JUNQUEIRA, R. D. (Org.). **Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Brasília: UNESCO, 2009.

KANEMASU, Y., LIKI, A. ‘Let fa’afafine shine like diamonds’: balancing accommodation, negotiation and resistance in gender-nonconforming Samoans’ counter-hegemony. **Journal of Sociology**, n.57, 2020, p. 806 - 824.

LAURENTI, R. Editorial. **Revista Saúde Pública**, 18 (5), out. 1984. p. 384-385. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsp/a/rnPK5HhLVnFKvCJj5qN7R8n/?lang=pt>. Acesso em 05 fev. 2023.

LEITE JÚNIOR, J. **Nossos corpos também mudam: a invenção das categorias “travesti” e “transexual” no discurso científico**. São Paulo: Annablume, 2011.

LOURO, G. L. (Org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

LUCKER, K. A. **The gallae**: transgender priests of ancient greece, rome, and the near east. Bacharel Thesis. Sarasota: New College of Florida, 2005. Disponível em: <https://s3.amazonaws.com/arena-attachments/539632/d6348aa09f4510eb5704b6da501f9e7d.pdf> Acesso em: 20 out. 2021.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A.de. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MACRAE, E. **A construção da igualdade**: identidade sexual e política no Brasil da “abertura”. Campinas: UNICAMP, 1990.

MANZINI, E. J. Considerações sobre a entrevista para a pesquisa social em educação especial: um estudo sobre análise de dados. In: JESUS, D.M.; BAPTISTA, C.R.; VICTOR, S.L. **Pesquisa e educação especial**: mapeando produções. Vitória: UFES, 2006, p. 361-386.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos da metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MARINI, R. M. **Dialética da dependência**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

MARTINS, J.; BICUDO, M.A.V. **A pesquisa qualitativa em psicologia**. 2ed. São Paulo: EDVC, 1994.

MEDEIROS, A. V. M. **O fenômeno bullying**: (in)definições do termo e suas possibilidades. 2012. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de Goiás, Goiânia, 2012.

MELLO, L; AVELAR, B. R; MAROJA, D. Por onde andam as políticas públicas para a população LGBT no Brasil. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília (DF), v. 27, n. 2, maio/ago. 2012.

MINAYO, M. C. de S. (Org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MORAES, C. da S. B. de. **Transexual, transversal, transgressão: o que dizem docentes sobre pessoas trans na escola**. 2016. 122f. Dissertação (Mestrado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

MOTT, L. **Homossexuais da Bahia: dicionário biográfico (séculos XVI-XIX)**. Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 1999.

NOGUEIRA, S. N. B.; ARAÚJO, T. A. **Registro nacional de assassinatos e violações de direitos humanos das pessoas trans no Brasil em 2024**. Série Publicações Rede Trans Brasil, 8. ed. Uberlândia: Rede Trans Brasil, 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91601-declara%C3%A7%C3%A3o-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 20 nov. 2023.

PASSOS, A. G. da S. **O dispositivo bicha: gênero e sexualidade como técnicas de controle prisional**. 2019. 201f. Tese (Doutorado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

PELUCIO, L. **Abjeção e desejo: uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de AIDS**. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2009.

PERES, W. S. Cenas de exclusões anunciadas: travestis, transexuais e transgêneros e a escola brasileira. In: JUNQUEIRA, R. D. (Org.). **Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Brasília: UNESCO, 2009.

PERRONI, T. C.; APOLINÁRIO, E. B. R.; GRALAK, M. M.; MANFREDINI, G. A.; MINATOOGAWA, M. C. As representações do movimento de Stonewall nos Estados Unidos (1969): “Stonewall - A Luta Pelo Direito de Amar” (1995) e “Stonewall: Onde o Orgulho Começou” (2015). **Epígrafe**, [S. l.], v. 7, n. 7, p. 97-108, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/epigrafe/article/view/154048>. Acesso em: 7 jul. 2023.

PIOVESAN, F. Concepção contemporânea de direitos humanos: desafios e perspectivas. In: ROCHA, J. C. de C.; HENRIQUES FILHO, T. H. P.; CAZZETA, U. (Coord.). **Direitos Humanos: desafios humanitários contemporâneos: 10 anos do**

Estatuto dos Refugiados (Lei n. 9.474, de 22 de julho de 1997). Belo Horizonte: Del Rey, 2008.

PRINCÍPIOS de Yogyakarta: princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero. Tradução Jones de Freitas. jul. 2007. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/gays/principios_de_yogyakarta.pdf>. Acesso em: 26 out. 2022.

RAMOS, A. C. **Curso de Direitos Humanos**. 5. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

ROCHA, D. *et al.* Declaração dos direitos da mulher e da cidadã, de Olympe de Gouges. In.: **Translatio**. Porto Alegre, RS. n.17, jun. 2020. p. 182-189.

ROSA, A. E. M. P. A Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 e a liberdade de orientação sexual: interpretação do caso brasileiro. In.: **Anais do I Seminário Internacional de Ciência Política: Estado e Democracia em Mudança no Século XXI**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, set. 2015.

ROSSI, C. Use preto pelo Congresso Nacional: a nação frustrada! Apesar da maioria de 298 votos, faltaram 22 para aprovar diretas. **Folha de São Paulo**, São Paulo, ano 64, n. 20.112, 26 abr. 1984, p. 1. Disponível em: http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil_26abr1984.htm. Acesso em: 20 abr. 2024.

SALES, A. **Travestis brasileiras e escolas (da vida)**: cartografias do movimento social organizado aos gêneros nômades. Assis, 2018. 310 p. Tese de Doutorado, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis.

SANTOS, S. P.; CASTELLAN, B. T. Corpos dissidentes no espaço escolar: normatizações e assujeitamentos. **Revista de Ensino de Biologia da Associação Brasileira de Ensino de Biologia (SBEnBio)**, v. 7, 2011, p. 6789-6801.

SANTOS, T. Z. dos. **Quando o “estranho” resolve se aproximar**: a presença da professora transexual e as representações de gênero e sexualidade no ambiente escolar. 2015. 117f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, 2015.

SCHMIDT, J. B. “Like a Woman”: Fa’afāfine and Samoan Masculinity, **Asia Pacific Journal of Anthropology** n. 17 (3–4), 2016, p. 287–304.

SILVA, A. F. da. **Currículo e diferença**: cartografia de um corpo travesti. 2014. 102f. Tese (Doutorado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2014.

SILVA, A. F. O corpo travesti e suas marcas no currículo escolar. **Fazendo Gênero 10**: desafios atuais dos feminismos. Florianópolis: UFSC, 2013.

SILVÉRIO, V. R. (Org.). **Síntese da coleção história geral da África**: pré-história ao século XVI. Brasília, DF: UNESCO, MEC, UFSCar, 2013

SIQUEIRA, D. P.; MACHADO, R. A. A proteção dos direitos humanos LGBT e os princípios consagrados contra a discriminação atentatória. **Revista Direitos Humanos e Democracia**. Ano 6, n.11, jan/jun. 2018, p.167-201.

SOUZA, F. P. R. de. **Orelhões emoldurados**: a expulsão escolar de mulheres trans e travestis na cidade do Rio de Janeiro. 2021. 135f. Dissertação (Mestrado em Educação), Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

SOUZA, J. A. C. de. **A política educacional brasileira em interface com a diversidade sexual no período de 2003 a 2014**. 2016. 172f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Tuiuti do Paraná, 2016.

SPINDOLA, T.; SANTOS, R. S. Trabalhando com história de vida: percalços de uma pesquisa (dora?). **Revista de Enfermagem USP**. v. 37, n. 2, 2003, p. 119 – 126.

STEPHEN, L. Sexualities and genders in zapotec Oaxaca. **Latin American Perspectives**, v. 29, n. 2, p. 41–59, 2002. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/3185126>. Acesso em: 28 maio 2023.

THE YOGYAKARTA principles plus 10: additional principles and state obligations on the application of international human rights law in relation to sexual orientation, gender identity, gender expression and sex characteristics to complement the Yogyakarta principles. Geneva, nov. 2017. Disponível em: http://yogyakartaprinciples.org/wp-content/uploads/2017/11/A5_yogyakartaWEB-2.pdf. Acesso em: 18 out. 2023.

THOMPSON, P. **A voz do passado**: história oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

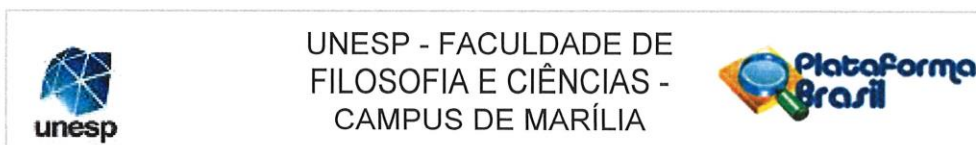
WAJSKOP, G. **Brincar na pré-escola**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

XAVIER, T. P. de O. **Direito às pessoas trans à educação no município de São Paulo**: histórias de abjeção, exclusão e resistência. 2020. 122f. Dissertação (Mestrado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

YORK, S. W. **Tia, você é homem? Trans da/na educação**: des(a)fiando e ocupando os "cistemas" de Pós-Graduação. 2020. 185 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

APÊNDICE A

(Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa, com Parecer Aprovado)

**PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP****DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

Título da Pesquisa: MEMÓRIAS DA DIVERSIDADE NA ESCOLA: o que dizem as vozes de travestis e transexuais

Pesquisador: WAGNER ANTONIO JUNIOR

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 53187121.4.0000.5406

Instituição Proponente: Faculdade de Filosofia e Ciências/ UNESP - Campus de Marília

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.210.804

Apresentação do Projeto:

Projeto importante para a compreensão da Diversidade na escola.

Os direitos humanos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais têm ganhado destaque no cenário nacional e internacional, pela luta histórica de movimentos sociais que buscam fortalecer a promoção da equidade social, da identidade de gênero e da orientação sexual. Ao mesmo tempo, busca-se mobilizar a sociedade para enfrentamento de condutas preconceituosas por meio de garantias sociais. Desse modo, o objetivo geral deste projeto é investigar o processo de exclusão social de travestis e transexuais por meio de suas próprias histórias de vida. As participantes da pesquisa são travestis e transexuais em uma cidade do interior do estado de São Paulo, que em algum momento foram excluídas da escola em razão do preconceito. A metodologia adotada será a pesquisa biográfica, tendo como instrumento de coleta de dados a entrevista não estruturada. O foco da pesquisa são as memórias de infância e adolescência dessas participantes a fim de analisar as situações de preconceito que levaram à exclusão escolar.

Endereço: Avenida Hygino Muzzi Filho, 737, Prédio da Administração, Sala nº 20

Bairro: Campus Universitário

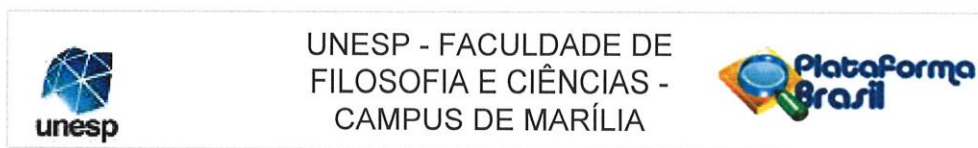
CEP: 17.525-900

UF: SP

Município: MARILIA

Telefone: (14)3402-1346

E-mail: cep.marilia@unesp.br



Continuação do Parecer: 5.210.804

Objetivo da Pesquisa:

De acordo com as normas e com a proposta do projeto:

Este projeto tem como objetivo geral analisar o processo de exclusão social de travestis e transexuais da escola por meio de suas histórias de vida. Constituem-se como objetivos específicos:

- Compreender o contexto histórico dos LGBTQI+.

- Analisar as histórias de vida de travestis e transexuais no período da infância e adolescência, em especial na vida escolar.

- Entender, por meio das memórias, as bases dos processos de exclusão social desses grupos, a partir da própria exclusão escolar.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Não há riscos, já explicitado no termo de consentimento.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Pesquisa importante para a compreensão da necessidade da inclusão, luta por não exclusão e por compreensão da diversidade na escola, com as vozes de pessoas travestis e transexuais.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os documentos obrigatórios foram entregues e estão devidamente assinado pelos responsáveis.

O Termo de Consentimento Livre Esclarecido está redigido de forma clara e de acordo com a resolução vigente.

O recurso foi deferido, sendo que neste o pesquisador explica que o cronograma do sistema está com a data de início da coleta de dados em 2022, porém que anexou erroneamente o projeto e cronograma do processo seletivo do doutorado e, em cumprimento as regras deste Comitê, anexou os documentos corretos. Em verificação ao cronograma do sistema foi verificado que o pesquisador colocou as datas do início da coleta correta no momento da submissão do projeto.

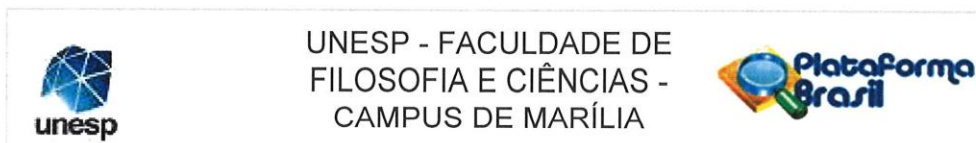
Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Aprovado.

Considerações Finais a critério do CEP:

O CEP da FFC da UNESP de MARÍLIA, em reunião ordinária de 24/01/2022, após acatar o parecer do membro relator previamente aprovado para o presente estudo e atendendo a todos os dispositivos das resoluções 466/2012, 510/2016 e complementares, bem como ter aprovado o

Endereço: Avenida Hygino Muzzi Filho, 737, Prédio da Administração, Sala nº 20
 Bairro: Campus Universitário CEP: 17.525-900
 UF: SP Município: MARÍLIA
 Telefone: (14)3402-1346 E-mail: cep.marilia@unesp.br



Continuação do Parecer: 5.210.804

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido como também todos os anexos incluídos na pesquisa, resolve APROVAR a pesquisa "MEMÓRIAS DA DIVERSIDADE NA ESCOLA: o que dizem as vozes de travestis e transexuais".

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Recurso do Parecer	recurso.pdf	06/01/2022 17:35:49		Aceito
Cronograma	cronograma_doutorado_recurso_wagner.doc	06/01/2022 17:35:29	WAGNER ANTONIO JUNIOR	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto_doutorado_recurso_wagner.doc	06/01/2022 17:35:12	WAGNER ANTONIO JUNIOR	Aceito
Recurso Anexado pelo Pesquisador	recurso_wagnerjr.pdf	06/01/2022 17:34:38	WAGNER ANTONIO JUNIOR	Aceito
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1842553.pdf	10/11/2021 12:05:02		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	tcle_waj.doc	10/11/2021 11:59:24	WAGNER ANTONIO JUNIOR	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto_doutorado_waj.doc	10/11/2021 11:59:12	WAGNER ANTONIO JUNIOR	Aceito
Folha de Rosto	folha_de_rosto_WAJ.pdf	10/11/2021 11:45:02	WAGNER ANTONIO JUNIOR	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

MARILIA, 25 de Janeiro de 2022

Assinado por:
MEIRE LUCI DA SILVA
(Coordenador(a))

Endereço: Avenida Hygino Muzzi Filho, 737, Prédio da Administração, Sala nº 20

Bairro: Campus Universitário

CEP: 17.525-900

UF: SP

Município: MARILIA

Telefone: (14)3402-1346

E-mail: cep.marilia@unesp.br

APÊNDICE B

(Termo de Consentimento Livre e Esclarecido)



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidada a participar voluntariamente de uma pesquisa. Após ser esclarecida sobre as informações a seguir e, caso aceite participar, assine ao final deste documento, em duas vias (uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável). Colocamo-nos à disposição para mais informações.

1. INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

Título do Projeto: **Histórias de vida e a exclusão escolar: as narrativas de mulheres transgênero**

Pesquisador Responsável: **Wagner Antônio Júnior**

Orientador do projeto: **Profa. Dra. Tânia Suely Antonelli Marcelino Brabo**

Contato (telefone e e-mail): (14) 99114-9114 | wag.antonio@gmail.com

2. Descrição da pesquisa: este estudo tem por objetivo analisar o processo de exclusão social de mulheres travestis e transexuais da escola por meio de suas histórias de vida; as participantes da pesquisa são travestis e transexuais em uma cidade do interior do estado de São Paulo, que, em algum momento foram excluídas do processo de escolarização; a metodologia adotada será a pesquisa biográfica, por meio da entrevista não estruturada, com foco nas memórias de infância e adolescência, a fim de analisar as situações que levaram à exclusão escolar, portanto as participantes poderão expressar-se livremente durante as entrevistas; as participantes terão sua identidade preservada; os dados coletados serão utilizados exclusivamente para a presente pesquisa.

3. Especificação dos riscos: essa investigação não oferecerá nenhum tipo de risco aos seus participantes.

4. Benefícios: essa pesquisa será uma oportunidade para dar voz a mulheres trans, historicamente excluídas, bem como apoiar futuras ações no combate ao preconceito e à discriminação.

5. Procedimentos de coleta de dados: entrevista não estruturada, com registro de áudio (voz), posterior transcrição e análise de dados.

6. Cessão de direitos sob dados coletados: a partir do consentimento livre e esclarecido, cada participante cederá os direitos para utilização dos dados coletados no desenvolvimento e publicação da pesquisa, com garantia de sigilo e a preservação da identidade.

7. Esclarecimentos: esse trabalho será realizado durante o período de 2021 a 2024, sendo garantido total sigilo sobre sua identidade. A participante poderá retirar o consentimento a qualquer tempo, sem nenhum prejuízo ou penalidade.

Wagner Antonio Junior
RG 25.174.444-9

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO

Eu, _____, RG _____, abaixo assinada, confirmo minha participação no estudo acima descrito. Declaro que fui devidamente informada e esclarecida pelo pesquisador sobre os procedimentos envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes dessa participação. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer prejuízo.

Bauru/SP, ____/____/____

Assinatura da participante

Presenciamos a solicitação de consentimento, esclarecimentos sobre a pesquisa e o aceite de participação.

Testemunhas:

Observações complementares: não há observações a serem feitas.